

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA DA FILOSOFIA MODERNA E
CONTEMPORÂNEA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ASCENSÃO SEMÂNTICA E O PRINCÍPIO DO CONTEXTO NA OBRA DE
MICHAEL DUMMETT**

RAFAEL RIBEIRO SILVA

CURITIBA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FILOSOFIA

RAFAEL RIBEIRO SILVA

ASCENSÃO SEMÂNTICA E O PRINCÍPIO DO CONTEXTO NA OBRA DE
MICHAEL DUMMETT

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre do
Curso de Mestrado em Filosofia do Setor
de Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Noronha
Machado

CURITIBA

2014

AGRADECIMENTOS

Meu profundo reconhecimento e gratidão ao Prof. Dr. Alexandre Noronha Machado por sua orientação vigorosa, por suas marcantes lições de como proceder em filosofia e, sobretudo, por sua amizade.

Agradeço à minha amiga Aline Da Silva Dias pela ajuda com a burocracia da vida acadêmica, pelo estímulo constante e por ter, pacientemente, escutado algumas das reflexões sobre a filosofia de Dummett que registro aqui neste trabalho.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro, sem o qual a realização desta pesquisa teria se tornado improvável ou impossível.

RESUMO

O presente trabalho oferece uma apresentação da interpretação de Dummett do princípio do contexto. Além disso, neste trabalho consta uma apresentação de um caso paradigmático de ascensão semântica: o debate entre realistas e antirrealistas, tal como Dummett o concebeu. O princípio do contexto parece ter um papel na formulação do debate contemporâneo sobre o realismo, bem como parece favorecer uma interpretação antirrealista. À primeira vista, esse duplo papel que o princípio do contexto parece desempenhar na obra de Dummett é incompatível com a pretendida neutralidade da caracterização do debate entre realistas e antirrealistas. O principal propósito deste trabalho é oferecer um diagnóstico da tensão que há entre estes três elementos: o princípio do contexto como um princípio que participa da caracterização do debate entre realistas e antirrealistas; a neutralidade da caracterização do debate em relação à questão disputada entre realistas e antirrealistas; e as consequências antirrealistas do princípio do contexto. Na conclusão do trabalho, sugerimos que a tensão pode ser dirimida por meio da constatação de que o princípio do contexto admite duas interpretações nos textos de Dummett.

Palavras-chave: Dummett. Realismo. Princípio do Contexto.

ABSTRACT

This master thesis provides a presentation of Dummett's interpretation of the context principle. Moreover, this master thesis contains a presentation of a paradigmatic case of semantic ascension: Dummett's formulation of the contemporary debate about realism. The context principle seems to have a role in characterization of the dispute between realists and anti-realists, but it also seems to favor anti-realist interpretation. At first sight, this dual role that the principle of context appears to play in the work of Dummett is incompatible with the neutrality of the characterization of the debate between realists and anti-realists. The main purpose of this work is to provide a diagnosis of the tension between these three elements: the context principle as a principle that participates in the characterization of the debate between realists and anti-realists; the neutrality of the characterization of debate; and the anti-realists consequences of the principle of context. In the conclusion, we suggest that the tension can be resolved through the realization that the context principle, in the work of Dummett, admits two interpretations.

Key-words: Dummett. Realism. Context Principle.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: METAFÍSICA E SEMÂNTICA	20
1. METAFÍSICA.....	20
2. SEMÂNTICA.....	23
3. SEMÂNTICA E METAFÍSICA	30
3.1. UMA OBSERVAÇÃO SOBRE O STATUS DA RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA ENTRE SEMÂNTICA E METAFÍSICA: O PRINCÍPIO C.....	32
3.2. A PRIMAZIA DA SEMÂNTICA SOBRE A METAFÍSICA	35
4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O USO DE DUMMETT DAS NOÇÕES DE SIGNIFICADO, SENTIDO E REFERENTE.....	41
4.1. BREVE COMENTÁRIO SOBRE O QUE É UMA TEORIA DO SIGNIFICADO	47
5. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A ANÁLISE DUMMETTIANA DO CONCEITO DE REALISMO.....	52
5.1. A CARACTERIZAÇÃO DO REALISMO.....	56
CAPÍTULO II: OS PRINCÍPIOS DO CONTEXTO.....	64
1. O PRINCÍPIO DO CONTEXTO COMO UMA TESE SOBRE O SENTIDO	64
1.2. A PRIMAZIA NA EXPLICAÇÃO	71
1.3. OBSERVAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO DO CONTEXTO COMO UMA TESE SOBRE O SENTIDO, OUTROS PRINCÍPIOS E TESES	77
2. O PRINCÍPIO DO CONTEXTO COMO UMA TESE SOBRE A REFERÊNCIA	79
2.1. DEFINIÇÕES CONTEXTUAIS E O PRINCÍPIO DO CONTEXTO CONCEBIDO COMO UMA TESE SOBRE A REFERÊNCIA.....	86
2.2. O PRINCÍPIO DO CONTEXTO COMO UMA TESE SOBRE A REFERÊNCIA E A NOÇÃO DE VALOR SEMÂNTICO	89
CAPÍTULO III: REALISMO E PRINCÍPIO DO CONTEXTO.....	93
1. O REALISMO E O PRINCÍPIO DO CONTEXTO	93
2. O PRINCÍPIO DO CONTEXTO E A CARACTERIZAÇÃO DO REALISMO	93
2.1 UMA BREVE INCURSÃO PELA CARACTERIZAÇÃO INICIAL DE DUMMETT DO REALISMO.....	94

2.2 A PROPOSTA DE GREEN	96
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE KAREN GREEN	98
2.4 O PRINCÍPIO DO CONTEXTO NA CARACTERIZAÇÃO FINAL DO REALISMO	105
3. ANTIRREALISMO E O PRINCÍPIO DO CONTEXTO	107
3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	107
3.2. ANTIRREALISMO SOBRE A REFERÊNCIA	110
3.3 UMA DÚVIDA SOBRE O ANTIRREALISMO SOBRE A REFERÊNCIA.....	112
3.4. TRÊS MODOS DE ENTENDER AS DEFINIÇÕES CONTEXTUAIS	113
3.5. DUAS NOÇÕES DE REFERÊNCIA E A INOPERÂNCIA SEMÂNTICA.....	115
3.6. WEISS E UMA DIFICULDADE PARA A ESTRATÉGIA SEMANTICISTA DE DUMMETT	120
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
APÊNDICES.....	132
1. UMA INTERPRETAÇÃO COMPOSICIONAL DO PRINCÍPIO DO CONTEXTO E O MOLECURARISMO.....	132
2. GUIA PARA O ARGUMENTO DO TERCEIRO CAPÍTULO.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o diagnóstico de uma tensão implicada pelo modo como Dummett interpretou o princípio do contexto, o princípio fregeano que enuncia que apenas no contexto de uma frase uma palavra tem significado. É, pois, centralmente um trabalho sobre a interpretação dummettiana desse princípio. Posto de modo esquemático, a tensão é a seguinte. O princípio do contexto é constitutivo do método adotado por Dummett na investigação dos problemas filosóficos, método este exemplificado por sua célebre formulação do debate contemporâneo sobre o realismo. O debate foi o modo por meio do qual Dummett julgou ser possível realizar um frutífero estudo comparativo das disputas acerca do realismo e suas reações de modo relativamente uniforme. Além disso, julgou que sua formulação, por si só, não favoreceria nenhuma das posições contendentes. Ou seja, a formulação, a seu ver, não prejudicaria qual posição seria a correta ou a incorreta em qualquer área disputada. Paralelamente, no entanto, o princípio do contexto é interpretado por ele como sendo um princípio que, auxiliado por outros princípios e teses, tem consequências incompatíveis com o realismo. Desse modo, ora o princípio figuraria nos seus textos auxiliando a formulação dos problemas em termos semânticos, ora, ao que parece, favorecendo a posição antirrealista. Diante disso, parece que a adesão de Dummett ao princípio do contexto faria com que a questão disputada entre realistas e antirrealistas estivesse prejudicada, de tal modo que a presunção de neutralidade da formulação não poderia ser sustentada.

Esta dissertação pretende avaliar se essa tensão (entre a alegada neutralidade da formulação do debate e os supramencionados papéis do princípio do contexto) esconde algum tipo de incompatibilidade, ou se é uma tensão que pode ser dirimida por meio de uma análise do modo como Dummett entendeu o princípio do contexto e as posições realistas e antirrealistas. Nesta introdução, ocupar-nos-emos em expor essa tensão de modo mais claro, bem como em expor qual será o modo de proceder dos capítulos que a seguirão a fim de realizar o seu diagnóstico.

A ideia de que o princípio do contexto é um princípio metodológico consta já de sua primeira ocorrência, na introdução de *Os Fundamentos da Aritmética*, onde Frege o enuncia como um dos princípios aos quais se ateve nas

investigações sobre o conceito de número realizadas naquele livro.¹ O modo de acordo com o qual Dummett entende o tópico evidencia-se no seguinte trecho: “a ênfase sobre o papel central das frases na linguagem é muito evidente em *Grundlagen* [Os Fundamentos da Aritmética], sendo consagrada no dito, três vezes repetido, de que é apenas no contexto de uma frase que uma palavra tem significado. Frege estava muito consciente do *papel metodológico fundamental desse princípio*”.² Pouco depois, Dummett acrescenta a observação de que esse princípio pertence à “teoria do significado, e, se aceito, *deve determinar o padrão de investigação em todas as áreas da filosofia*”.³ Essas citações deixam pouco espaço para dúvida em relação a se Dummett entendia o princípio como metodológico ou não.

Ora, se o princípio “deve determinar o padrão de investigação em todas as áreas da filosofia”, deve fazê-lo também no que diz respeito ao próprio programa de investigação de Dummett, sua reformulação do debate sobre o realismo. Isso se segue das citações de Dummett acima com o auxílio de algumas outras nas quais ele manifesta sua adesão ao princípio do contexto assim entendido; como, por exemplo, em *The Interpretation of Frege's Philosophy*, onde ele escreveu que “o princípio do contexto (...) é completamente aceitável”.⁴

A participação do princípio do contexto como um princípio metodológico nos textos de Dummett é também reconhecida por, pelo menos, dois de seus comentadores. Bob Hale, por exemplo, em um texto sobre o debate contemporâneo sobre o realismo, sustenta que a adoção do princípio do contexto na investigação filosófica implica uma mudança no tratamento das questões ontológicas, aquelas relativas à existência ou não de certo tipo de entidade. Para ele, uma vez adotado o princípio do contexto, as questões ontológicas passam a ser formuladas como questões sobre a verdade ou a forma lógica de certos enunciados.⁵ Na mesma linha, Karen Green escreve na introdução de seu livro sobre Dummett: “[o princípio do contexto] acaba sendo central à caracterização

¹ Os Fundamentos da Aritmética, p. xxii.

² F: POL 630-31. Grifos meus.

³ Idem 631. Grifos meus.

⁴ The Interpretation of Frege's Philosophy, p. 370. Cf. também: F:POL, p. 196 e The Logical Basis, p. 101-2.

⁵ The Blackwell Companion, p. 273

inicial de Dummett da disputa entre realistas e antirrealistas”.⁶ Tem-se, portanto, motivo para crer que o princípio do contexto tem participação nos termos nos quais o debate encontra-se formulado.

Segundo Dummett, realismo e antirrealismo são doutrinas metafísicas.⁷ A um só tempo, elas também seriam doutrinas sobre o tipo de significado que certos enunciados possuem. Na verdade, teses metafísicas seriam teses sobre o significado de nossas expressões, isto é, o conteúdo de teses metafísicas e de certas teses sobre o significado seria o mesmo.⁸ Com base nisso, Dummett apresentou uma nova caracterização das posições realistas e antirrealistas. A posição realista se caracterizaria por sustentar, grosso modo, que somos bem-sucedidos em nos referir aos objetos externos, cuja existência é independente de nosso conhecimento sobre eles, e que os enunciados de nossa linguagem têm um tipo de significado que faz com que sejam verdadeiros ou falsos em virtude de uma realidade objetiva, cuja existência e constituição também são independentes de nosso conhecimento.⁹

Em especial, seria característico de uma posição realista sustentar o princípio de bivalência e a tese da indispensabilidade da noção de referência. O princípio de bivalência é o princípio segundo o qual todos os enunciados são determinadamente verdadeiros ou falsos. Assim, seria essencial a uma posição realista sustentar que, dado um enunciado **A** qualquer, esse enunciado é determinadamente ou verdadeiro ou falso, embora possa ser impossível para nós, mesmo em princípio, vir a saber qual dos dois é o seu valor de verdade.¹⁰ O realismo envolveria também uma detalhada concepção de como o valor de verdade de nossos enunciados é determinado pela realidade que eles descrevem. Um elemento dessa concepção faz uso da noção de referência, quando aplicada aos termos singulares, por manter que um termo singular colabora para determinação do valor de verdade de um enunciado no qual ocorre por ter um objeto associado a ele. Desse modo, também seria constitutivo de uma posição realista sustentar que, por exemplo, o termo singular “Londres”

⁶ Dummett: POL, p.1

⁷ The Interpretation of Frege's Philosophy, p. 428.

⁸ Na seção 3.2 do primeiro capítulo desta dissertação apresentaremos uma interpretação dessa tese dummettiana.

⁹ The Interpretation, p. 446.

¹⁰ Sobre a passagem do princípio de bivalência para uma noção de verdade não-epistêmica conferir as pp- 53-54 e a nota 128 desta dissertação.

colabora para a determinação de “Londres é barulhenta” como verdadeira ou falsa por manter uma relação de referência com certa cidade europeia.

“Antirrealismo” é o nome dado por Dummett às reações ao modelo de significado proposto pelo realista. Essas reações podem assumir muitas formas, mas Dummett dedicou-se quase que exclusivamente a considerar as formas resultantes da rejeição da bivalência e do papel da noção de referência na determinação do valor de verdade de nossos enunciados. Ou seja, dedicou-se principalmente a considerar as propostas de análise dos significados de nossos enunciados que permitiriam que um enunciado qualquer pudesse ser significativo e não ter, de forma determinada, nem o valor verdadeiro, nem o falso; bem como a considerar que forma assumiria uma crítica ao mecanismo canônico de determinação do valor de verdade de uma frase.

Tudo leva a crer que Dummett entendeu que sua formulação do debate não prejudicaria a questão disputada entre realistas e antirrealistas. Na introdução de *The Logical Basis of Metaphysics*, referindo-se aos princípios que devemos obedecer na formulação da concepção do significado de realistas e antirrealistas, ele escreve: “não devemos prejudicar nenhuma questão”.¹¹ Mais adiante, ainda na introdução, ele alerta o leitor para o fato de que a adoção de uma posição realista ou antirrealista tem consequências para as formas de argumento dedutivo que devemos considerar como válidas.¹² Depois observa que o modo de formular a disputa entre realistas e antirrealistas “deve permitir todas as possibilidades. Não deve assumir a correção de qualquer sistema lógico (...)”.¹³ Esse modo de se posicionar indica que ele entendia o debate como um programa de investigação neutro em relação ao conteúdo debatido.

Em seus textos, Dummett afirma que o princípio do contexto está em tensão com o realismo. Por exemplo, lê-se em *The Interpretation of Frege's Philosophy*: “o princípio do contexto parece contrariar o realismo”.¹⁴ E em *Frege: Philosophy of Language*, ele escreveu: “há, indisputavelmente, uma tensão considerável entre o realismo de Frege e a doutrina do significado apenas

¹¹ *The Logical Basis*, p. 16.

¹² *The Logical Basis*, p. 16.

¹³ *The Logical Basis*, p. 18. Em razão disso, a neutralidade da formulação de Dummett neste trabalho será representada, sobretudo, pela escolha de formulações dos termos técnicos – relativamente aos quais Dummett apresenta sua formulação – que se adéquam a todos os sistemas lógicos.

¹⁴ *The Interpretation of Frege's Philosophy*, p. 457.

no contexto [de uma frase]”.¹⁵ O realismo de Frege, para Dummett, é o mesmo de sua formulação.¹⁶ Assim, pode-se ler a última citação como exprimindo que há uma indisputável tensão entre o realismo, como Dummett o entende, e o princípio do contexto.

Mas, estamos autorizados pelos textos de Dummett a dizer algo mais forte, a dizer que, para Dummett, o princípio do contexto e o realismo são incompatíveis? Segundo Hans D. Sluga, sim. Quando Dummett diz que há uma tensão entre o princípio do contexto e o realismo, o que ele teria pretendido dizer é que eles são incompatíveis. Pode-se constatar essa interpretação de Sluga a partir do seguinte trecho:

Dummett mantém que o realismo de Frege, sua insistência na relação nome-portador como sendo a relação prototípica [de referência], forçou Frege a abandonar o seu princípio que palavras têm significado apenas no contexto de uma frase.¹⁷

Na passagem citada acima, Sluga apresenta a tensão (ou melhor, a incompatibilidade) do princípio do contexto em relação a apenas um elemento do realismo, a saber, a relação nome-portador como paradigma da relação de referência. Esse é o elemento ao qual nos reportamos acima quando dissemos ser essencial ao realismo dummettiano certo modo de pensar como os enunciados têm os seus valores de verdade determinados pela realidade. Esse modo de pensar tem como seu componente central um apelo à noção de referência, isto é, um apelo à tese que um termo singular colabora para a determinação do valor de verdade de um enunciado no qual ocorre por ter certo objeto a ele associado. Se Sluga interpretou Dummett corretamente ou não, não é uma questão com a qual nos ocupamos neste trabalho. Para os propósitos desta introdução, gostaríamos apenas de fazer notar que há na literatura secundária (sobre o tema da tensão entre princípio do contexto e realismo na filosofia de Dummett) registros de interpretações tais como a de Sluga.

¹⁵ F:POL, p. 499. E a mesma observação é reiterada em “Frege as Realist”, p. 83.

¹⁶ The Interpretation, p. 442.

¹⁷ Inquiry (18), Frege and the Rise of analytical philosophy, p. 478.

A razão para pensar que o princípio do contexto é incompatível com a noção de referência, como o realista a entende, pode ser vista a partir de um exemplo. Consideremos o debate sobre se é possível atribuir uma noção de referência realista aos termos para direções.¹⁸ Temos inúmeras frases que contém nomes para direções e muitas delas estão quantificadas existencialmente, algumas das quais são verdadeiras. Em razão de certa interpretação do princípio do contexto, às vezes se considera isso suficiente para justificar a crença na existência desse tipo de objeto. Suponhamos agora que as condições de verdade de todas as frases sobre direções *apenas* pudessem ser estabelecidas por meio de uma tradução sistemática delas para frases que contivessem somente nomes para, e quantificação sobre, linhas – o que significaria dizer que a apreensão desse sistema de tradução seria um componente de nossa compreensão dos enunciados sobre direções. A determinação das condições de verdade dos enunciados sobre direções se daria, nesse caso, por meio da relação de equivalência entre frases sobre direções e uma, ou mais frases, sobre linhas: por exemplo, “as direções *a* e *b* são as mesmas” seria equivale a “a linha *a* e a linha *b* são paralelas”. Nesse cenário, o que se faria notar seria que, ao que parece, a noção de referência que atribuiríamos aos termos para direções não teria tido participação na determinação das condições de verdade desse tipo de frase e nem poderia ter, portanto, participação na determinação de seus valores de verdade. Mesmo assim, poderia ser o caso que o comportamento sintático dos nomes para direções e as leis de inferência dedutiva que se aplicam às frases sobre direções fossem semelhantes aos de qualquer outro termo singular genuíno. Segundo Dummett, poderíamos, por isso, atribuir uma referência aos nomes de direções, o que não poderíamos fazer de forma justificada seria atribuir-lhes uma noção de referência realista.¹⁹ Não poderíamos, portanto, justificar nossa crença na existência de direções como objetos independentes de nossa mente pelo fato de termos alguns enunciados verdadeiros sobre direções. Desse modo, o princípio do contexto justificaria a atribuição de referência aos nomes de direções, ao

¹⁸ O sentido relevante do termo “direção” aqui e nas demais ocorrências do termo nesse trabalho é aquele no qual se pode dizer que a direção de duas retas é a mesma, ainda que seus sentidos sejam opostos.

¹⁹ A noção de referência é dita realista quando ela é semanticamente operante; conferir a seção 3.5 do terceiro capítulo.

passo que se oporia à concepção de acordo com a qual essa noção de referência poderia ser realista.

Dummett defendeu expressamente ainda outra tese que parece ter o mesmo efeito de dizer que o princípio do contexto é um princípio antirrealista. Ele escreveu em *Wittgenstein on Necessity: Some Reflections*: “[o] princípio que um termo tem significado apenas no contexto de uma frase é um fortemente internista”²⁰, e logo depois, no mesmo artigo, ele reforça a natureza do princípio: “Igualmente internista é o corolário derivado por Frege do princípio do contexto, que a qualquer termo deve estar associado um critério de identidade”.²¹ O uso do termo “internismo” se deve ao fato de ele apresentar nesse artigo as suas reflexões sobre a viabilidade das posições internista e externista radicais. Essas reflexões fazem parte de sua controvérsia com Hilary Putnam, então, é natural recorrer aos trabalhos deste último a fim de tentar entender o par de termos externismo/internismo.

Hilary Putnam qualificou de *externismo* a perspectiva filosófica que assume o ponto de vista de Deus como o seu. Essa perspectiva foi também denominada por ele “realismo metafísico”. Como propôs Hartry Field,²² o realismo metafísico segundo Putnam pode ser caracterizado por meio das seguintes teses: o mundo consiste de uma totalidade fixa de objetos independentes da mente; existe apenas uma descrição verdadeira e completa de como o mundo é; verdade envolve algum tipo de correspondência. Cada uma dessas teses, observou Putnam, “não têm conteúdo por si próprias, uma por uma; cada uma apoia-se na outra e em uma variedade de outras suposições e noções”.²³ A perspectiva oposta ao externismo é, por Putnam, denominada “internismo”. Esse rótulo teria o propósito de enfatizar que as perguntas metafísicas, como, por exemplo, “de quais objetos o mundo é composto?”, só fazem sentido no *interior* de uma teoria ou descrição. A visão internista caracterizar-se-ia fundamentalmente por sua concepção da noção de verdade; como escreve Putnam, “‘verdade’, em uma visão internista, é algum tipo de aceitabilidade racional (idealizada) – algum tipo de coerência ideal de nossas

²⁰ The Seas, p.457.

²¹ The Seas, p. 458.

²² Realism and Relativism, p 553-554.

²³ Realism with a human face, p. 31

crenças umas com as outras e com nossas experiências *tal como são representadas em nosso sistema de crenças*".²⁴

Sem um escrutínio adicional, é tentador igualar a posição internista com um tipo de antirrealismo. Mas, será essa tentação motivada unicamente pela superficialidade com a qual estamos, nesta introdução, apresentando os pares realismo/antirrealismo e internismo/externismo? Sem dúvida, *identificar* prontamente os pares seria precipitado, visto que não apresentamos por completo nem o que Dummett entendeu por realismo e antirrealismo, nem o que ele entendeu por internismo e externismo. Em todo o caso, é possível detectar semelhanças entre as posições. Uma delas encontra-se na noção de verdade característica da posição externista que, assim como a realista, também está comprometida com a adoção irrestrita da bivalência. Por exemplo, para um externista do tipo apresentado acima, o enunciado "todo número ordinal tem um sucessor" seria verdadeiro – ou falso – em razão do domínio de quantificação já estar determinado, isto é, já estaria determinado, para além do qualquer conta ou cálculo humanamente possível, todos os números da série dos números ordinais e, em virtude disso, o enunciado acima teria o seu valor de verdade também determinado. Em outras palavras, dado que os números ordinais constituiriam uma totalidade fixa de objetos, os enunciados que falam sobre essa totalidade seriam verdadeiros ou falsos em virtude unicamente da correspondência ou não com essa totalidade. Dessa forma, teríamos razão para dizer que todas as instâncias do enunciado "todo número ordinal tem um sucessor" – isto é, "sétimo tem um sucessor", "octogésimo tem um sucessor", etc. – deveriam possuir um valor de verdade determinado e, por isso, o enunciado quantificado universalmente também deveria ter seu valor de verdade determinado. Em contrapartida, para o internista, o domínio dos números ordinais não está de antemão determinado e, por isso, o internista não precisa se comprometer com a ideia de que todos os enunciados que envolvem números ordinais já estão determinados em seu valor de verdade. Nesse caso, portanto, o externista manteria, como é típico do realista dummettiano, o princípio de bivalência; já o internista, por rejeitar a bivalência, seria acuradamente descrito como um antirrealista.

²⁴ Reason, Truth and History, p. 49-50

A propósito desse mesmo exemplo sobre os números ordinais, Dummett escreveu: “Aqui chegamos a uma ligação entre o externismo [...] e o realismo, no sentido no qual frequentemente o tenho discutido e no qual ele crucialmente envolve o princípio de bivalência”.²⁵ E em um comentário a um texto de Dummett, Putnam escreveu: “O tema central nos escritos de Dummett sobre o realismo, nos primeiros e nos mais recentes, é que a verdade nunca pode ser totalmente transcendente em relação ao seu reconhecimento. Minha própria imagem de verdade [...] foi uma tentativa de mostrar a compatibilidade dessa ideia com o realismo do senso comum”.²⁶ Por tudo isso, a seguinte hipótese ganha força: ao afirmar que o princípio do contexto é internista, pode ser que Dummett esteja se comprometendo com a incompatibilidade do princípio com a bivalência e, em razão disso, o princípio do contexto seria um princípio com consequências antirrealistas.

Tendo em vista o que foi dito até o presente momento, estamos diante do seguinte cenário. O princípio do contexto é aceito por Dummett e, segundo ele mesmo, é um princípio que deve determinar o padrão de investigação em todas as áreas da filosofia. Dummett formulou um programa de investigação em filosofia, o debate contemporâneo sobre o realismo. Então, o princípio do contexto deve ter determinado o padrão de investigação de seu próprio programa de investigação filosófica. Um programa de investigação, diga-se, que se pretende neutro em relação à questão disputada entre realistas e antirrealistas. Ao mesmo tempo, Dummett sustenta que o princípio do contexto está em tensão com a posição realista. Também afirma que o princípio é um princípio internista, o que sugere que o princípio do contexto é incompatível com o realismo. Diante de tudo isso, surge a questão: o princípio do contexto prejudica a controvérsia entre realistas e antirrealistas? Essa foi a questão que motivou a redação deste trabalho. No que resta desta introdução, comentaremos algumas escolhas que foram feitas na investigação dessa questão e como o texto encontra-se dividido.

Para responder à questão mote desta dissertação, era preciso dizer que papel o princípio do contexto desempenha na caracterização de Dummett do debate entre realistas e antirrealistas. Por sua vez, isso envolvia apresentar a caracterização de Dummett e a sua interpretação do princípio do contexto. A

²⁵ The Seas of Language, p. 455.

²⁶ Reading Putnam, p. 256-257.

primeira dessas duas tarefas é realizada no primeiro capítulo. Esse capítulo é dividido em duas grandes partes. Na primeira parte, que vai da seção 1 até à 4.1, apresentamos uma interpretação que visa conciliar as afirmações de Dummett de que realismo e antirrealismo são doutrinas metafísicas, bem como doutrinas sobre o tipo de significado que nossas expressões possuem. Ainda nessa primeira parte, explicamos alguns dos termos técnicos usados por Dummett, tais como “valor semântico”, “significado” e “referência”. Por fim, na segunda parte do capítulo, apresentamos sua caracterização do debate entre antirrealistas e realistas.

O segundo capítulo é uma exposição do princípio do contexto. Ou melhor, *dos princípios do contexto*; pois, segundo Dummett, o princípio pode ser interpretado ou como uma tese sobre o sentido, ou como uma tese sobre a referência. Na primeira parte do capítulo, expomos o princípio como uma tese sobre o sentido; na segunda, o princípio como uma tese sobre a referência.

No terceiro e último capítulo, apresentamos e avaliamos a proposta de Karen Green sobre o papel que o princípio do contexto teria na formulação do debate. Na segunda parte do capítulo, exploramos uma sugestão de que o princípio do contexto como uma tese sobre a referência implicaria antirrealismo. Manifestamos aqui a convicção de que essa parte do texto ganharia muito em clareza caso as posições dos neo-fregeanos Bob Hale e Crispin Wright tivessem sido explicitamente consideradas. Um número considerável de posições que Dummett sustentou sobre o princípio do contexto como uma tese sobre a referência foi uma resposta à interpretação dos neo-fregeanos desse princípio. Infelizmente, devido à política adotada por Dummett de nem sempre citar os filósofos aos quais suas críticas são dirigidas e de raramente indicar referências bibliográficas, seu diálogo com os neo-fregeanos passou despercebido em boa parte da composição do presente trabalho. Se isso não justifica as deficiências da argumentação da segunda parte do terceiro capítulo, esperamos que, ao menos em parte, a explique.

Desde logo, devemos informar ao leitor que apenas um caso de antirrealismo derivado do princípio do contexto é analisado neste trabalho. Sem dúvida, isso representa uma omissão, dado que as sugestões de que o princípio do contexto é um princípio incompatível com o realismo não se limitam apenas ao caso que neste trabalho consideraremos. Dentre essas omissões, além da

supramencionada interpretação do princípio do contexto como um princípio internista, merece menção uma tese proposta por Davidson que, segundo Dummett, é consequência do princípio do contexto e implicaria um antirrealismo global, isto é, em todas as áreas disputadas.²⁷ Esperamos que, no futuro, essas posições possam vir a ser consideradas. Em razão de tais omissões, o presente trabalho nem mesmo pretende oferecer um diagnóstico completo da tensão entre os papéis do princípio do contexto na obra de Dummett, mas apenas um diagnóstico parcial.

Gostaríamos de dizer uma palavra sobre o título desta dissertação, e outra sobre a inclusão de dois apêndices. A expressão “ascensão semântica” foi extraída do livro *Introdução à Filosofia da Linguagem*, de Carlo Penco. Nesse livro, a expressão é usada para sintetizar o projeto filosófico de Dummett; o que este teria feito ao formular o debate contemporâneo sobre o realismo teria sido uma *ascensão semântica*. O próprio Dummett qualifica a estratégia que favorece no tratamento de questões metafísicas de “bottom-up”, uma estratégia que aconselha resolver os desacordos metafísicos por resolvermos os desacordos sobre os significados de nossas expressões. A estratégia preterida, a estratégia “top-down”, seria a de tentar resolver as questões metafísicas primeiro e então derivar das respostas a essas questões um modelo de significado para as nossas expressões.²⁸ Nessa dissertação, o uso de “ascensão semântica” faz alusão àquilo que Dummett chamou de estratégia *bottom-up*.

Originalmente, o primeiro apêndice compunha parte do segundo capítulo. Mas, uma vez que os assuntos ali tratados não estavam diretamente conectados à questão mote deste trabalho, este material foi retirado do corpo do texto. No entanto, os assuntos ali tratados são mencionados em duas ocasiões nesta dissertação, motivo pelo qual tal texto migrou para o apêndice, a fim de servir de material de consulta para essas duas menções.²⁹ O segundo apêndice contém um esquema que visa auxiliar a leitura do terceiro capítulo, nesse esquema é

²⁷ The Interpretation, p. 457-461.

²⁸ The Logical Basis of Metaphysics, p. 12-13. Segundo o dicionário Oxford, as expressões adjetivas “bottom-up” e “top-down” significam, respectivamente: “começar com os detalhes e então depois alcançar princípios mais gerais”, “começar com uma ideia geral aos quais detalhes serão acrescentados depois”. A expressão “bottom-up”, portanto, não se aproxima tanto da palavra portuguesa “ascensão” quanto pode parecer à primeira vista. Ainda assim, acredito que a expressão “ascensão semântica” é adequada para exprimir, de modo lacônico, o que Dummett pretendeu com a sua estratégia *bottom-up*, por isso ela foi mantida no título desta dissertação.

²⁹ Cf. p. 64, 112.

possível encontrar boa parte das relações asseridas entre algumas teses discutidas nesse capítulo.

Por fim, concluímos esta introdução observando que este trabalho tem como objetivo secundário servir como uma exposição das interpretações de Dummett do princípio do contexto. O princípio que ele julgou ser “a ideia mais difícil em toda a filosofia de Frege” ³⁰ e cuja aceitação irrestrita ou não se lhe afigurou como “uma questão cuja resolução é de importância primordial para a filosofia”. ³¹

³⁰ Context principle: Centre of Frege's Philosophy, p 245.

³¹Context principle: Centre of Frege's Philosophy, p 249.

CAPÍTULO I: METAFÍSICA E SEMÂNTICA

1. METAFÍSICA

É um ponto crucial da filosofia de Dummett a alegação de que decisões sobre a forma da teoria semântica que devemos adotar afetam a metafísica que devemos aceitar. Mas, o que exatamente devemos entender por “metafísica” e pela expressão “teoria semântica”? ³² E “o que depende do que – a metafísica da semântica ou semântica da metafísica?”. ³³ Responder a essas questões, da perspectiva de Dummett, é o objetivo desta e das próximas seções. ³⁴

Em *The Interpretation of Frege's Philosophy*, Dummett nos diz que a definição óbvia de metafísica é: “o ramo da filosofia que diz respeito às características mais gerais da realidade, isto é, do mundo como é em si mesmo, em vez de que com nosso conhecimento ou relação com o mundo”. ³⁵ Dummett observou sobre essa definição que, de acordo com ela, a metafísica teria a peculiaridade de, ao que parece, não ter nenhuma questão que lhe pertencesse exclusivamente; isto é, de não circunscrever um domínio de questões que caberia apenas ao metafísico responder. Sobre isso, Dummett escreveu:

Não é [...] que a metafísica seja uma parte da filosofia na qual questões sem sentido são propostas e respostas sem sentido são dadas; é, em vez disso, que não parece haver qualquer questão que esteja especialmente dentro de sua província.³⁶

De acordo com a definição proposta (e avalizada) por Dummett, os seguintes problemas seriam tipicamente metafísicos: os objetos que compõe o mundo físico existem independentemente de nós? O discurso matemático versa sobre uma realidade que existe independentemente de nós? O passado pode mudar? Existem objetos abstratos? As entidades teóricas da ciência – quarks, elétrons, supercordas, etc. – existem de fato ou são apenas úteis ficções que auxiliam os cientistas a prever eventos observáveis? A partir desses exemplos é possível ver o que Dummett pretendeu ao dizer que a metafísica não teria questões que cairiam “especialmente dentro de sua província”: questões metafísicas sobre o

³² Doravante, usaremos as expressões “teoria semântica” e “semântica” como sinônimos perfeitos.

³³ *Thought and Reality*, p. 14.

³⁴ Mais precisamente, é o objetivo das seções 1, 2, 3 do presente capítulo.

³⁵ *The Interpretation*, p.429.

³⁶ *The Interpretation*, p. 428.

universo físico seriam também questões da filosofia da percepção e da ciência; questões metafísicas relativas ao mental pertenceriam igualmente à filosofia da mente; questões sobre a natureza do tempo seriam comuns à metafísica e à filosofia do tempo; e assim por diante.

Dentre todas as questões com as quais o metafísico se ocupa, Dummett considera como uma das principais a questão sobre o que há, ou, em outras palavras, “de que tipo ou tipos de coisas a realidade consiste?”.³⁷ Essa questão, assim como as outras questões metafísicas, seria uma questão que a metafísica compartilharia com outro ramo da filosofia; nesse caso, com a ontologia – entendida como o ramo da filosofia que tem por objetivo enumerar e caracterizar as categorias mais gerais das coisas que existem. Dado que a “ontologia [...] é a parte da metafísica que é propriamente o território da lógica, como outras partes da metafísica são propriamente o território de outros ramos da filosofia”³⁸, poder-se-ia dizer que a metafísica compartilharia com a lógica a questão sobre o que há.

Ainda tendo em vista a elucidação da definição de metafísica apresentada acima, outra observação útil é uma sobre como devemos interpretar a expressão “características mais gerais da realidade”. Parte do que Dummett pretende por essa expressão diz respeito à natureza daquilo sobre o que falamos, isto é, às características necessárias das coisas que compõe a realidade. As categorias de necessidade e possibilidade ônticas se opõem às categorias epistêmicas.³⁹ As últimas dizem respeito ao nosso conhecimento sobre a realidade e as primeiras, as categorias ônticas, se referem à natureza daquilo sobre o que falamos.

Além disso, cumpre notar que, para Dummett, a fim caracterizar a realidade de forma generalíssima não é suficiente dizer quais tipos de objetos existem e descrever suas naturezas. E isso se deve ao fato dele ter aderido a

³⁷ Thought and Reality, p.1.

³⁸ The Interpretation, p. 431. Nessa passagem, Dummett usa a palavra “lógica” em dois sentidos: em um primeiro, como a ciência que estuda a inferência; em um segundo sentido, como sinônimo de teoria do significado. A razão dele assim usar o termo “lógica” é exegética, ele pretende mostrar que Frege usava o termo nos dois sentidos. No trecho, o sentido relevante é apenas o segundo. Cf. The Interpretation, p. 37-38.

³⁹ A raiz histórica dessa distinção é a distinção de Tomás de Aquino entre enunciados que são *per se nota* e *nota quoad nos*. Dummett entende a distinção como uma entre o modo como conhecemos o valor de verdade de um enunciado e em virtude do que um enunciado sobre aquilo seria verdadeiro. Cf. F:POL, p. 118, F:POM, 307, The Philosophy of Michael Dummett, p. 789.

uma concepção de realidade segundo a qual a realidade é determinada pela totalidade de fatos que são o caso, e não pela totalidade de objetos que existem.

⁴⁰ Assim, as “características mais gerais da realidade” devem incluir também uma descrição de quais fatos são, em geral, o caso.

Definir metafísica como Dummett faz parece ter o defeito de não fornecer um critério para separá-la da ciência mais geral dentre as ciências, a física. Em certo sentido, a física trata também dos aspectos mais gerais da realidade; é possível dizer até que algumas das teorias físicas são teorias sobre a natureza da realidade da qual elas tratam. Por exemplo, a teoria da relatividade tem como um de seus resultados a relatividade da simultaneidade, que, por sua vez, implica que uma resposta à questão de se dois eventos aconteceram ao mesmo tempo depende da estrutura de referência que estamos usando. Ou seja, a simultaneidade ou não de dois eventos seria relativa a um ponto de vista particular, àquilo a que os físicos costumam chamar de um sistema de referência.

⁴¹ Se adotarmos a concepção de Dummett de metafísica, como poderíamos separar teses como a tese da relatividade da simultaneidade, por exemplo, de teses metafísicas? Essa é uma pergunta complexa que pressupõe que uma resposta afirmativa foi dada à questão sobre se deveríamos sempre separar as questões metafísicas das questões da física teórica. Dummett nem sempre separa essas questões. Para ele, a tese da relatividade da simultaneidade é também uma tese metafísica; em particular, uma tese sobre a realidade do espaço e do tempo. ⁴² No entanto, isso não significa que metafísica e física teórica sejam coextensivas, no sentido em que todo enunciado da física teórica seria um enunciado metafísico e vice-versa. A metafísica diferenciar-se-ia da física teórica por ser mais abrangente; enquanto a física teórica proporia algumas teses metafísicas sobre a realidade física, a metafísica coligiria teses sobre a realidade moral, sobre a realidade matemática, etc.

Voltaremos a comentar a concepção de metafísica de Dummett no transcorrer deste capítulo, depois de expormos o que ele entendeu por teoria semântica.

⁴⁰ Cf. *Tractatus* 1.1. Cf também: *Truth and The Past*, p. 35; *Thought and Reality*, p. 2-3.

⁴¹ A palavra “referência” nesse período não está em sua acepção semântica.

⁴² *Thought and Reality*, p. 2

2. SEMÂNTICA

O modo padrão de entender o que é uma teoria semântica ⁴³ (ou, simplesmente, uma semântica⁴⁴) é concebê-la como uma teoria que explica como as frases são determinadas como verdadeiras ou não-verdadeiras com relação às suas expressões componentes. ⁴⁵ Essa concepção, contudo, não é acurada. Para uma semântica intuicionista, por exemplo – como veremos mais adiante neste capítulo –, a expressão “determinadas como verdadeiras ou não-verdadeiras” não se adéqua bem, visto que em uma semântica desse tipo nem toda frase está determinada como verdadeira ou não-verdadeira. Em vista disso, Dummett propôs uma formulação segundo a qual uma teoria semântica é uma teoria que:

Exibe o modo no qual o valor semântico de uma frase é determinado pelos valores semânticos de suas [expressões] componentes, e dá a condição geral para uma frase ser verdadeira, relativamente aos seus valores semânticos. ⁴⁶

Por “valor semântico” deve-se entender a característica de uma expressão da qual depende a verdade (ou a não-verdade) de qualquer frase na qual ocorra.⁴⁷ Naturalmente, essas definições de semântica e de valor semântico não são autoexplicativas. E o mesmo pode ser dito da distinção que pretendemos fazer notar aqui entre ser a característica da qual *depende* a verdade ou não-verdade de uma frase e ser a característica que *determina* a verdade ou não-verdade de uma frase. Em razão disso, comentários são úteis para esclarecer tanto as definições como a distinção proposta. Esses comentários serão feitos no que imediatamente se segue.

Para construir uma semântica, é preciso estar de posse de uma explicação da estrutura sintática de nossas frases, de como elas são formadas pelos diversos tipos de expressões. A explicação padrão, a *sintaxe clássica*, é a que nos foi legada por Frege. Tal sintaxe é baseada na ideia de que a construção

⁴³ Uma teoria semântica não é em si mesma uma teoria do significado: “uma vez que não se ocupa com o que é conhecido por um falante e constitui a sua compreensão do uso de uma expressão: um conhecimento do significado de um predicado não consiste em saber de que objetos que ele é verdadeiro e de que ela é falsa, e o conhecimento do significado de uma frase não consiste em conhecer seu valor de verdade.” C.f. The Seas, p. 233. Comentaremos isso numa das próximas seções deste capítulo.

⁴⁴ Truth and other Enigmas, p.118.

⁴⁵ Thought and Reality, p. 14.

⁴⁶ The Logical Basis, p. 61.

⁴⁷ Cf. The Logical Basis, p. 61.

da frase se dá em dois estágios. Em um primeiro momento, construímos as formas mais elementares de frase – as frases atômicas – que são as frases nas quais não ocorrem operadores sentenciais; em um segundo momento, por meio operadores lógicos e quantificadores, construímos as frases complexas – que são justamente aquelas frases nas quais ocorrem operadores sentenciais. As frases atômicas seriam aquelas formadas por um predicado com um número fixo de lugares de argumento e por um número equivalente de termos singulares – ter-se-ia, por exemplo, algo como Fa , para um frase atômica com apenas um lugar de argumento, ou aRb , para uma com dois lugares de argumento. As frases complexas seriam construídas, a partir das atômicas, por meio de operadores sentenciais – disjunção, conjunção, condicionalização, etc. – ou por meio dos quantificadores, que são os dispositivos por meio dos quais é possível, nas linguagens formalizadas, exprimir generalidade.⁴⁸ Tipicamente, os quantificadores são dois: o universal, que pode assumir a forma “para todo x, \dots ”; e o existencial, que pode ser informalmente grafado como “para algum x, \dots ”. Quando removemos de uma frase atômica uma ou mais ocorrências de um termo singular, obtemos um predicado (“ Fx ”, “ xRy ”...), se ligarmos esse predicado a um quantificador teremos como resultado uma frase quantificada – por exemplo, “para todo x, Fx ”. A frase a partir da qual, pela supressão da ocorrência de um ou mais termos singulares, pode-se obter um predicado, ao qual um quantificador pode ser associado dando origem a uma frase complexa, pode ser então considerada como uma das instâncias da frase quantificada.

A sintaxe apresentada acima é um esboço de uma sintaxe fregeana para uma quantificação de primeira ordem. Embora pudesse ser ampliada para quantificação de segunda ordem, não o faremos, pois, o exposto já é suficiente para continuar a responder o que é uma semântica para Dummett.

Dada a sintaxe clássica, a fim de formular uma teoria semântica, ainda é preciso estabelecer qual o valor semântico das expressões dessa sintaxe. Numa primeira aproximação, podemos dizer que o valor semântico de um termo singular é um objeto; o valor semântico de um predicado, uma função de um ou mais objetos para valores de enunciados. Por ora, não diremos o que poderia ser o valor semântico de uma frase, mas vamos seguir Dummett e denominar de

⁴⁸ Note-se que diferença essencial entre frases atômicas e complexas é que nas primeiras não ocorrem explicitamente operadores lógicos. Cf. *Thought and Reality*, p.7-8.

“valor de enunciado” (*statement-value*) o nome do que quer que seja o valor semântico de frases.⁴⁹

Segundo Dummett, essas estipulações dos valores semânticos dos termos singulares e dos predicados podem integrar qualquer teoria semântica. A estipulação de que os valores semânticos de termos singulares são objetos é uma estipulação formal que nos diz como a palavra “objeto” deve ser usada.⁵⁰ Em relação ao valor semântico dos predicados, a situação é a mesma: “dado que saibamos o que o valor semântico de uma frase deve ser, em geral, [...] e dado que os valores semânticos dos termos [singulares] são objetos, então não há escolha quanto ao que, em geral, o valor semântico de um predicado de *n*-lugares deve ser”; deve ser uma função de objetos para valores de enunciado.⁵¹ Desse modo, essas estipulações constituiriam o núcleo duro de qualquer teoria semântica.

A noção de valor semântico não é a noção fregeana de referência. Da perspectiva de Dummett, a noção fregeana de referência têm quatro componentes: a identificação do referente de um termo singular com o seu portador (por exemplo, o de “Aristóteles” com Aristóteles, o de “Maceió” com a atual capital alagoana, etc.); a inter-substituibilidade de qualquer expressão “*t*” com a expressão “ao que ‘*t*’ se refere”; a tese que os referentes de nossas palavras são aquilo sobre o que falamos; e a tese que os referentes de nossas expressões são seus valores semânticos, isto é, são aquilo do qual depende a verdade ou não-verdade de quaisquer frases nas quais ocorram tais expressões. A noção de valor semântico seria, pois, apenas um dos componentes da noção fregeana de referência. Alguns comentários sobre os motivos para evitar a pronta identificação do valor semântico de um termo singular com seu portador são úteis

⁴⁹ Cf. *The Logical Basis*, p. 30. E aqui cabe uma observação sobre como estamos, neste trabalho, usando os termos “frase” e “enunciado”. Tradicionalmente, frase é um item linguístico complexo e um enunciado é a elocução, em uma ocasião particular por um indivíduo particular, de uma frase. Respeitar a distinção entre frases e enunciados é importante, sobretudo, quando o assunto em pauta é o fenômeno da indexicalidade e suas consequências filosóficas. Nesse trabalho, não nos ocuparemos com tal fenômeno e tampouco com suas consequências filosóficas. Por conveniência e por acreditarmos que a diferença entre frase e enunciado não são importantes para os assuntos tratados neste trabalho, usaremos os pares de termos frase/enunciado como sinônimos.

⁵⁰ Do mesmo modo, também uma é estipulação formal dizer que o domínio deve consistir de objetos. Cf. *The Interpretation*, p. 158: “A noção de objeto é, em si mesma, vazia”.

⁵¹ *The Logical Basis*, p. 31

para elucidar a própria noção de valor semântico. Faremos alguns comentários sobre isso no que imediatamente se segue.

É tentador identificar o valor semântico de um termo singular com o seu portador. Se analisarmos “João tem dois braços” com a sintaxe clássica teríamos algo como “F(a)”, onde “a” é termo singular e “F(...)” é a expressão conceitual. O valor semântico de “a” é aquilo com que “a” colabora para a determinação do valor de enunciado de “F(a)”. Ao que tudo indica, “a” colabora para a determinação do valor semântico de “F(a)” por manter, com João, uma relação de referência; isto é, por ter João como seu referente, por tê-lo como portador do nome. Assim, “F(a)” será determinada como verdadeira se, primeiro, João existir e, segundo, se ele tiver dois braços. É, pois, natural dizer que o valor semântico de um termo singular é o seu portador.

Todavia, essa identificação é apressada. A noção de valor semântico envolve que a substituição de uma expressão com o mesmo valor semântico de outra não altere o seu valor de verdade (de modo mais preciso, seu valor de enunciado ⁵²). Se uma expressão “n” é substituída por uma expressão “v” em todas as frases nas quais ocorre, e, apesar disso, os valores de verdade dessas frases permanecem inalterados, então “n” e “v” têm o mesmo valor semântico. Essa é uma condição suficiente para duas expressões terem o mesmo valor semântico. ⁵³

Entretanto, deve-se levar em conta que existem os chamados contextos intensionais; aqueles nos quais importa, para a determinação do valor de verdade de certas frases nas quais ocorrem expressões intensionais (“querer”, “saber”, “temer”, etc.), o que os sujeitos querem, esperam, temem, creem, conhecem, etc. Por exemplo, deixe-nos supor que Maria conheça João da empresa onde ambos trabalham e que ela o odeie, mas que ame um sujeito que ela conhece apenas pela internet, de codinome “J”. Ocorre que sem que Maria saiba, ou mesmo desconfie, J é João. Nesse caso, a frase “Maria acredita amar João” seria falsa ao mesmo tempo em que a frase “Maria acredita amar J” seria verdadeira. Nesse caso, “João” e “J”, apesar de terem o mesmo portador,

⁵² Sobre a razão devido à qual evitamos identificar valores de verdade com valores de enunciado, ver os últimos quatro parágrafos da presente seção.

⁵³ Se é, além disso, também uma condição necessária irá depender de como os contextos intensionais são acomodados na teoria.

colaboram para a determinação do valor de verdade de modo distinto nas duas frases. Ora, visto que a única diferença entre essas frases é a presença de “João”, na primeira, e de “J”, na segunda, a diferença de valor de verdade entre a primeira e a segunda deve, ao que parece, ser explicada por uma diferença de valor semântico dessas duas expressões. Assim, uma vez que essa diferença de valor semântico não corresponde a uma diferença de portador, a existência de contextos intensionais forneceria, ao menos em primeira análise, uma evidência em favor da tese de que o valor semântico dos termos singulares não pode ser identificado com o seu portador.

Como se sabe desde Frege, parece ser possível contornar essa dificuldade e continuar a manter a identificação do valor semântico de um termo singular com o seu referente. Um dos modos de fazer isso é reservar os contextos intensionais a um tratamento não padrão e alegar que, em tais contextos, o valor semântico de um termo singular seria o seu sentido.⁵⁴ Em todo o caso, os contextos intensionais servem para ilustrar que o portador do nome nem sempre poderá ser considerado seu valor semântico e que identificar valor semântico de um termo singular com seu referente exige uma justificativa.

Outra razão para evitar a pronta identificação do valor semântico de um termo singular com o seu referente é a existência de termos singulares sem portador, ou, no mínimo, sem portador evidente. Consideremos o exemplo de Russell, “o atual rei da França”, mas não sua análise, isto é, deixe-nos supor que, na frase “o atual rei da França é calvo”, a descrição definida “o atual rei da França” é um termo singular genuíno – como, aliás, pensou Frege. Ao menos de maneira óbvia, “o atual rei da França” não tem portador. Entretanto, não é evidente que a frase “o atual rei da França é calvo” não tenha valor de verdade (um valor de enunciado). Afinal, parece que alguém que asserisse essa frase diria algo incorreto, o que poderia ser entendido como uma asserção falsa. Por isso, à primeira vista, a existência de frases com termos singulares vazios, isto é, sem portador, mas que ainda parecem ter valor de verdade, fornece mais uma razão para não identificarmos valor semântico de uma expressão com aquilo que consideramos ser o seu portador.

⁵⁴ Sobre o uso do termo “sentido” conferir a seção 4 deste capítulo.

Antes de terminar essa seção, vamos dizer algo sobre a variedade de teorias semânticas. Como é sabido, não há apenas uma teoria semântica, isto é, não há apenas uma análise de como os valores de enunciado das frases dependem dos valores semânticos das expressões que compõem sua estrutura interna. Temos a semântica clássica, a semântica bivalente; a semântica dos mundos possíveis; a semântica intuicionista; etc. Além disso, semânticas diferentes podem ser aplicadas a diferentes regiões de nosso discurso, por exemplo, podemos aplicar a semântica clássica à região de nosso discurso que corresponde à física ao mesmo tempo em que aplicamos a semântica intuicionista ao nosso discurso matemático.

Um dos princípios de classificação das semânticas se dá por meio da noção de valor de enunciado.⁵⁵ A semântica clássica, a semântica bivalente, tem como tese fundamental que o valor semântico de uma frase consiste em seu ser ou não ser verdadeiro. Assim, tendo em vista a definição de valor semântico, isso implica que na semântica clássica o valor semântico de uma frase complexa dependerá tão somente da frase ou das frases atômicas que a compõe serem verdadeiras ou não-verdadeiras. Por exemplo, dado duas frases atômicas, **A** e **B**, e o conectivo lógico da conjunção como entendido na lógica clássica⁵⁶, ambas as frases atômicas irão colaborar com o valor semântico da frase complexa (**A** e **B**), apenas em serem verdadeiras ou não-verdadeiras.

Do outro lado, de acordo com o princípio de classificação via valores de enunciados, temos todas as outras teorias semânticas, que são as semânticas que exigem outra noção, além da noção de verdade, para caracterizar a noção de valor de enunciado. São exemplos de tais semânticas: as semânticas para lógicas modais nas quais os valores semânticos de enunciados são dados relativamente a mundos possíveis (verdade em um mundo possível *w*, @, etc.); as semânticas das lógicas temporais, nas quais os valores de enunciado são dados com relação a um tempo particular (verdade em *t*, verdade em *s*); algumas semânticas para a lógica intuicionista, nas quais a noção de verdade é considerada como relativa a estados de informação ou de provas; etc.

Na verdade, nem toda semântica intuicionista assume como valor de enunciado um valor de verdade relativizado, isto é, assume que o valor de

⁵⁵ Cf. The Logical Basis, p. 33-5.

⁵⁶ Isto é, como tornando a fórmula verdadeira apenas se ambos os disjuntos também o forem.

enunciado consiste em ser verdadeiro ou falso *relativamente* a um estado de informação, a uma evidência, ou a uma prova. A semântica intuicionista de Heyting, por exemplo, estipula que o valor semântico de uma frase é um princípio de classificação das construções naquelas que provam e nas que não provam a frase.⁵⁷ Em tal semântica, o verdadeiro e o falso não são os valores de enunciado; nem de modo absoluto, como na semântica clássica, nem de modo relativo, como nas semânticas que listamos no parágrafo anterior. Para marcar a diferença entre uma semântica desse tipo e uma semântica clássica, podemos dizer que enquanto em uma semântica clássica conhecer o valor de enunciado de uma frase é conhecer o seu valor de verdade, na semântica intuicionista de Heyting é conhecer uma classificação efetiva de provas, uma classificação entre aquelas que provam a frase e aquelas que não a provam. Apesar disso, os valores de verdade, o verdadeiro e o falso, ainda serão relevantes em tal semântica intuicionista, mas eles serão obtidos por meio de quantificação existencial – a frase será verdadeira caso *exista* uma construção que a prove e será falsa caso tenhamos uma prova da impossibilidade de realizarmos tal construção. Em uma semântica desse tipo, então, é possível saber qual é o valor de enunciado de uma frase e, ao menos tempo, não saber se a frase em questão é verdadeira ou falsa; porque saber o valor de enunciado da frase não implica – nem tampouco equivale a – saber que existe uma construção matemática que prova a frase ou a sua negação.

Agora estamos em uma melhor situação para considerar a diferença entre ser uma característica da qual *depende* a verdade ou não-verdade de uma frase e ser a característica que *determina* a verdade ou não-verdade de uma frase. Caso Dummett definisse valor semântico do segundo modo, uma frase que tivesse um valor de enunciado deveria ser ou verdadeira ou falsa, pois, seu valor de verdade já estaria determinado pelos valores semânticos de suas expressões componentes. É característico da semântica clássica assumir que a contribuição da realidade extralinguística já é levada em conta pelos valores semânticos de suas expressões.⁵⁸ Por isso, em tal semântica, a condição de verdade de todas as frases está, de modo determinado, satisfeita ou não. Em uma semântica como a de Heyting, os valores semânticos dos componentes de uma frase não a

⁵⁷ Cf. Truth and Other Enigmas, p. 121. The Logical, p. 29, 125.

⁵⁸ Truth and Other Enigmas, p. 121.

determinam como verdadeira ou não-verdadeira, o que eles determinam é a condição para a frase ser verdadeira. Assim, em tal semântica, nem todo enunciado com condições de verdade é determinado como verdadeiro ou não. Na presença de tais semântica, não podemos definir valor semântico como aquela característica de uma expressão que a determina como verdadeira ou não-verdadeira. Por isso, a fim de não prejudicar a questão sobre qual é a teoria semântica correta, Dummett define valor semântico como a característica da expressão da qual *depende* a verdade ou não-verdade de qualquer frase na qual ocorra. Afinal, também para o semânticista clássico valor semântico é a característica de uma expressão da qual depende a verdade ou não-verdade das frases nas quais ela ocorre.

Essas poucas considerações sobre semântica servirão como uma base para prosseguirmos. Alguns de seus aspectos receberão um tratamento mais adequado nas próximas seções.

3. SEMÂNTICA E METAFÍSICA

É digno de nota como, para Dummett ⁵⁹, há uma relação de equivalência entre semântica e metafísica, de tal modo que uma decisão de uma questão em qualquer uma das duas implicaria uma decisão na outra. O seguinte exemplo ilustra essa relação. Está pressuposto na tese fundamental da semântica clássica que a condição para a verdade de todas as frases atômicas sempre está satisfeita ou não. Isso significa que toda frase com sentido tem um valor de verdade determinado, afinal, os valores de enunciado da semântica clássica não são relativos a um tempo, a um mundo possível, a um estado de informação, etc. Adotar esse pressuposto equivale a dizer que fomos bem-sucedidos em conferir certo tipo de sentido às nossas frases; um tipo de sentido que faria de nossas frases sempre verdadeiras ou falsas. A essa assunção corresponde uma tese metafísica, a saber: existe uma realidade objetiva independente de nosso conhecimento, isto é, as coisas são como são independentemente de as conhecermos ou mesmo de as podermos conhecer ou não. ⁶⁰

⁵⁹ Cf. *Thought and Reality*, p. 14.

⁶⁰ Cf. *Truth and Other Enigmas*, p. 121. Aqui já está prefigurado como o debate entre realistas e antirrealista irá proceder, vide as próximas seções.

Outro exemplo da relação de equivalência entre semântica e metafísica pode ser extraído da filosofia do tempo. Dummett atribuiu a Arthur Prior a tese que a realidade é mutável, no sentido em que ela seria composta por fatos que passariam a existir e que depois deixariam de existir; ou seja, os fatos não se tornariam passados, eles seriam, por assim dizer, desfeitos com o passar do tempo e não apenas realocados em relação ao presente. Ao defender tal concepção da natureza da realidade, Prior teria se oposto, por exemplo, a Frege, para quem a realidade seria composta por fatos eternos, indiferentes à passagem do tempo.

O desacordo entre eles pode ser exprimido, segundo Dummett, em termos semânticos. A posição de Prior pode ser caracterizada como uma atribuição de valores semânticos aos enunciados do passado e do futuro com relação à evidência de que dispomos no presente. Então, pelo que vimos, ou ele teria proposto que os valores de enunciado são valores de verdade *relativos* à evidência disponível, ou teria sustentado que os valores de enunciado nem mesmo são valores *de verdade*. De todo modo, visto que aquilo que torna os enunciados verdadeiros ou falsos seria algo que poderia deixar de existir (ou mesmo nunca ter existido) – memórias, documentos históricos, tendências, etc. – o valor de verdade dos enunciados sobre eventos temporais poderia vir a mudar.

Por outro lado, a posição de Frege poderia ser expressa por meio da noção de verdade por dizermos que os enunciados sobre o passado, o presente e o futuro teriam seus valores de verdade imutáveis, isto é, o valor semântico dos nossos enunciados teria uma natureza tal que não estaria sujeito à mudança. Visto que evidências podem ser perdidas com o passar do tempo, isso significa que o valor semântico dos enunciados não dependeria da evidência disponível para ele.

Um terceiro exemplo nos é fornecido pelo debate entre os intuicionistas e platonistas em filosofia da matemática. O platonista defende a existência de uma realidade matemática, composta por objetos e estruturas matemáticas, que existe independentemente de nosso conhecimento. Por sua vez, o intuicionista sustenta que as entidades matemáticas são criações da mente humana, que são entidades exclusivas do pensamento humano.

Segundo Dummett, o equivalente semântico de tais teses seria, por um lado, a adoção do princípio semântico da bivalência – o princípio que diz que todo enunciado é determinadamente verdadeiro ou falso – ⁶¹ por parte do platonista e, por outro, a recusa desse mesmo princípio pelo intuicionista. Consideremos, por exemplo, a conjectura de Goldbach, de acordo com a qual todo número par, maior do que 2, é igual a soma de dois números primos. A adoção do princípio semântico da bivalência pelo platonista permitiria que ele considerasse que essa conjectura é ou verdadeira ou falsa determinadamente⁶²; muito embora não tenhamos, no presente momento, nem uma prova de que essa conjectura seja verdadeira, nem uma prova de que ela seja falsa – nem, na verdade, nenhuma garantia de que algum dia encontraremos uma prova de sua verdade ou de sua falsidade. Já o intuicionista sustentaria que essa conjectura, dada a ausência de provas em favor de sua verdade ou falsidade, não seria nem verdadeira nem falsa – ele poderia assim proceder se sua semântica fosse uma segundo a qual o valor de enunciado fosse um valor de verdade relativizado ou se sua semântica fosse uma na qual a noção de verdade é obtida por meio de quantificação existencial, como na semântica de Heyting. ⁶³

Como esses exemplos ilustram, Dummett crê que as decisões em metafísica afetam a teoria semântica que devemos adotar e vice-versa. Nos casos que consideramos, os equivalentes semânticos das disputas metafísicas foram todos formulados em termos dos valores de enunciado. No entanto, como veremos ainda nesse capítulo, nem sempre é assim; às vezes os desacordos metafísicos são formulados no nível semântico por meio da noção de referência.

3.1. UMA OBSERVAÇÃO SOBRE O STATUS DA RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA ENTRE SEMÂNTICA E METAFÍSICA: O PRINCÍPIO C

Tão logo se note a relação de equivalência entre semântica e metafísica, uma questão surge quase que naturalmente: o que garante essa relação de

⁶¹ Esse princípio será explicado nas próximas seções.

⁶² Sobre o uso desse advérbio; conferir próximas seções.

⁶³ Essa é uma boa ocasião para dirimirmos uma dúvida frequente. O intuicionista não pensa que um enunciado matemático é dotado de significado no momento em que ele é provado ou refutado. Seria difícil de explicar como alguém poderia começar a tentar provar ou refutar uma conjectura matemática antes mesmo de saber o seu significado. Para os intuicionistas, o significado de um enunciado matemático é um método efetivo de classificação de construções matemáticas entre aquelas que provam o enunciado e aquelas que não o provam. Compreender um enunciado matemático consiste, então, em estar apto a reconhecer uma prova ou refutação dele. Cf. Reply to Jan Dejnozka, p. 125.

equivalência entre semântica e metafísica? Ou melhor, como Dummett justifica que, nos exemplos apresentados acima e em alguns outros que encontramos em seus textos, não se trata apenas de um feliz acaso que as questões metafísicas tenham um equivalente semântico? Uma resposta completa a essa questão demandaria uma exposição muito mais abrangente das ideias de Dummett sobre semântica e metafísica do que a que estamos realizando neste trabalho. Vamos nessa seção nos limitar a oferecer uma resposta parcial.⁶⁴ Essa resposta se dará com o auxílio do princípio C; por isso, passaremos agora a expô-lo e a fazer alguns comentários sobre ele.

O princípio C⁶⁵ é o princípio que estabelece que “se um enunciado é verdadeiro, deve haver algo em virtude do que ele é verdadeiro”.⁶⁶ Esse princípio, de acordo com Dummett, subjaz a tentativa de explicar a noção de verdade como uma correspondência entre os enunciados e a realidade. Mas ele não é uma formulação da teoria da verdade por correspondência, teoria que Dummett considera errada por tentar explicar a noção de verdade assumindo que já temos uma caracterização daquilo ao que o predicado “...é verdadeiro” se aplica, ou seja, assumindo que já dispomos de uma caracterização da noção de significado. Em vez disso, deveríamos caracterizar as noções de verdade e significado simultaneamente; isto é, ao explicar o que é o significado de uma frase deveríamos explicar as suas condições de *verdade* e ao explicar que tipo de propriedade a verdade é deveríamos explicar o tipo de significado que as frases têm.⁶⁷

Na verdade, o princípio C não é uma teoria, nem mesmo uma parte específica de uma ou outra teoria da verdade: ele é um princípio regulativo. A força desse princípio fica evidente quando ele é infringido. Um exemplo de infração ao princípio C são os contrafactuais tal como vistos por certa escola teológica e que seriam os objetos da *scientia media* de Deus. Segundo os teólogos dessa escola, Deus saberia o valor de verdade de contrafactuais sobre

⁶⁴ Uma resposta completa deveria mostrar o vínculo entre as questões ontológicas e as questões relativas à noção de referência. Deveria mostrar de que forma e por qual razão questões como “existem objetos abstratos?” deveriam ser interpretadas como questões sobre o domínio de quantificação ou sobre a participação da noção de referência na determinação do valor de verdade de certas frases. Cf. F:POM, p. 226-228.

⁶⁵ A letra “C” aqui é uma referência à primeira letra da palavra inglesa “correspondence”. Cf. The Seas, p. 52.

⁶⁶ The Seas, p. 52. Cf também Truth, e The Philosophy of Michael Dummett, p. 894.

⁶⁷ Cf. The Interpretation, p. 37; The logical Basis, p. 331.

o comportamento de seres que não criou, nem criará. Assim, seja *X* uma dessas criaturas, deus saberia o valor de verdade de “Se *X* tivesse entrado na loja de conveniência no dia tal, do mês tal, então, *X* teria comprado uma barra de cereais”. Dummett observou que a maioria das pessoas se oporia ao fato de que tal contrafactual poderia ter seu valor de verdade conhecido até mesmo por Deus; e isso simplesmente porque elas não pensariam que tal enunciado teria um valor de verdade para ser conhecido. Afinal, não haveria nada que tornaria esse enunciado verdadeiro; a criatura *X* não existiu, não existe e nem existirá. (Note-se também que tampouco esse enunciado seria falso, visto que também não haveria algo que tornaria o contrafactual oposto verdadeiro – um contrafactual com o mesmo antecedente e conseqüente contraditório).

Está implícito no parágrafo acima que um contrafactual não pode ser *simplesmente verdadeiro* (*barely truth*). Um enunciado é dito *simplesmente verdadeiro* se não há um enunciado ou conjunto de enunciados em virtude do qual, ou dos quais, podemos dizer que ele é verdadeiro.⁶⁸ Ou, dito de outro modo, um enunciado é simplesmente verdadeiro se não há um conjunto de enunciados, ao qual esse enunciado não pertence⁶⁹, cujas verdades constituam uma condição necessária e suficiente para sua verdade. Para usar um exemplo já mencionado, em uma semântica intuicionista, a conjectura de Goldbach, se verdadeira, seria verdadeira em virtude da verdade do enunciado existencial “há uma prova que confirma a conjectura de Goldbach”. Um semanticista clássico, por sua vez, deveria dizer que a conjectura é verdadeira em virtude de todo número par, com a exceção do número 2, ser a soma de dois números primos: ela seria verdadeira em virtude do próprio fato que exprime. Ou seja, o semanticista clássico sustentaria que, no caso da conjectura ser verdadeira, ela seria simplesmente verdadeira.⁷⁰

No caso do contrafactual sobre o comportamento de *X*, o enunciado seria simplesmente verdadeiro se o enunciado “*X* entrou na loja de conveniência no dia tal, do mês tal, e comprou uma barra de cereais” fosse verdadeiro. Mas, por

⁶⁸ Cf. *The Logical Basis*, p. 328; ver também *The Seas*, p.53.

⁶⁹ E ao qual também não pertencem, é claro, suas paráfrases.

⁷⁰ Dois exemplos de enunciados que *não* são simplesmente verdadeiros: “João bebeu café ou chá, um dos dois, após o almoço ontem”; “Rafael e Tiago são irmãos”. Se o primeiro enunciado for verdadeiro, será em virtude de João ter bebido café, ou em virtude de ter bebido chá. O segundo enunciado, se verdadeiro, será verdadeiro em virtude de Rafael e Tiago serem homens, e em virtude de terem os mesmos pais. Cf. *Reply to Wolfgang Künne*, p. 345-356.

hipótese, tal enunciado não poderia ser verdadeiro, dado que também não haveria nada em virtude do que esse enunciado categórico seria verdadeiro. Por isso, se o contrafactual fosse verdadeiro, ele deveria ser simplesmente verdadeiro e, dado que não haveria nada em virtude do qual seria verdadeiro, ele infringiria o princípio C.

Há um paralelismo entre semântica e metafísica pelo fato do princípio C ser “uma parte constitutiva de nossa noção de verdade” ⁷¹ e a noção de verdade ser essencial à teoria semântica. Assim, como escreveu Dummett: “a noção de verdade que assumimos como governando nossos enunciados determina, via o princípio C, como consideramos que a realidade está constituída.” ⁷² Isso significa que nossa concepção semântica está vinculada, via princípio C, à nossa metafísica. Se, por exemplo, admitirmos uma noção de verdade sujeita ao princípio da bivalência, teremos certa concepção da realidade; por outro lado, se adotarmos uma noção de verdade para a qual a bivalência não se aplica, então, teremos outra concepção da realidade, outra metafísica. Nesse último caso, adotaríamos uma concepção metafísica segundo a qual haveria lacunas na realidade, de tal modo que nem toda pergunta inteligível teria uma resposta. Assim como há perguntas sobre as características das personagens dos romances para as quais não parece haver resposta, nomeadamente aquelas sobre as quais nada é dito nem indicado pelo autor, o mesmo valeria para as perguntas sobre a realidade não ficcional. ⁷³

3.2. A PRIMAZIA DA SEMÂNTICA SOBRE A METAFÍSICA

Além da constatada relação de equivalência entre semântica e metafísica, Dummett sustentou a seguinte tese: “nossa metafísica deve ser determinada por nossa semântica”. ⁷⁴ Na formulação dessa tese, o sentido relevante de “determinação” é o epistêmico; por isso, a tese poderia ser assim reformulada: na ordem da investigação, devemos começar investigando qual a semântica correta para a nossa linguagem e, com base nos resultados obtidos nessa investigação, devemos adotar certas concepções metafísicas. A presente seção é um comentário a essa tese dummettiana.

⁷¹ The Seas, p. 52.

⁷² The Seas, p. 56.

⁷³ The Metaphysics of Verificationism, p. 146. Cf. Thought and Reality, p. ix.

⁷⁴ Thought and Reality, p. 15.

Vamos começar por descrever o que seria um tipo de flagrante negação dessa tese, isto é, o que seria sustentar que nossa semântica deve ser determinada por nossa metafísica. Consideremos, novamente, o exemplo da controvérsia entre platonistas e intuicionistas em filosofia da matemática. Um platonista afirma que, por exemplo, a conjectura de Goldbach diz respeito a uma realidade que existe independentemente de nosso conhecimento, do mesmo modo que as galáxias – supõe-se – existem independentemente de as conhecermos ou não. Diante disso, o platonista poderia acrescentar que aquilo que torna nossos enunciados verdadeiros ou falsos é essa realidade sobre a qual o enunciado versa (princípio C). Assim, se a conjectura é verdadeira ou falsa não depende nem de termos uma prova para ela, nem de termos uma prova da impossibilidade de se construir tal prova.⁷⁵ Por conseguinte, a noção de verdade de nossos enunciados seria uma noção à qual se aplicaria o princípio semântico da bivalência.

Um intuicionista argumentaria de modo semelhante. Ele começaria por enunciar sua tese metafísica: os objetos matemáticos são criações da mente humana. Depois, visto que eles são criações da mente humana, poderia estabelecer que o que torna os enunciados matemáticos verdadeiros ou falsos é o fato de termos construído, por meio de provas, os objetos e estruturas matemáticas sobre os quais versam esses enunciados (princípio C). Por isso, dado que, até o presente momento, não construímos ainda uma prova nem a favor nem contra a conjectura de Goldbach, segue-se que tal conjectura não seria nem verdadeira nem falsa. Assim, o princípio de bivalência não seria um princípio aceito dentro de uma semântica intuicionista, visto que haveria contraexemplos a ele, isto é, enunciados que, apesar de terem sentido, não seriam determinadamente nem verdadeiros nem falsos.

A linha argumentativa adotada nos dois parágrafos acima exemplifica o que seria para a metafísica determinar a semântica: seria usar uma frase que exprimisse uma concepção metafísica como premissa em um argumento que tivesse como conclusão uma tese semântica. Segundo Dummett, entretanto, como dissemos, essa não é a ordem de investigação correta. Ele apresenta duas

⁷⁵ Vale lembrar que dizer que uma frase é falsa, para um intuicionista como Heyting, é o mesmo que dizer que a suposição de que construímos uma prova para essa frase conduz a uma contradição. Cf. *Intuitionism: An introduction*, p. 102.

razões contra ela. A primeira consiste em dizer que não dispomos de critérios para decidir a favor ou contra qualquer concepção metafísica; ao menos, não antes de decidirmos qual a teoria semântica correta para a região de discurso à qual diz respeito à concepção metafísica. Nenhuma investigação matemática poderia, de acordo com Dummett, revelar se os enunciados matemáticos versam, na verdade, sobre provas e não sobre objetos que existem independentemente de nossas capacidades epistêmicas, ou vice-versa. Do mesmo modo, nenhuma observação dos objetos físicos macroscópicos poderia nos ajudar a decidir se eles são, na verdade, construções feitas por nós a partir de dados dos sentidos; ou se, em vez disso, eles são objetos que existem independentemente de nossos sentidos – caso no qual a possibilidade de serem percebidos não seria uma condição necessária para suas existências. E observações semelhantes poderiam ser feitas sobre outras teses metafísicas.

Se a investigação matemática não pode nos ajudar a decidir a favor dessa ou daquela concepção metafísica da realidade matemática, nem a investigação empírica pode nos ajudar a decidir a favor dessa ou daquela concepção metafísica sobre a realidade física – e algo semelhante pode ser dito sobre qualquer concepção metafísica – como podemos decidir entre teses metafísicas opostas? De forma notória, os filósofos vêm tentando convencer uns aos outros sobre qual é a concepção metafísica correta da realidade. A situação dessas disputas metafísicas é bem conhecida: um desacordo generalizado sobre qual é a concepção correta da realidade.

A segunda razão para evitarmos construir nossa semântica com base em nossa metafísica explica em parte o cenário de desacordo mencionado acima. A segunda razão é: o conteúdo das teses metafísicas não é claro. De acordo com Dummett, não é claro o que se pretende dizer ao enunciar que os objetos matemáticos existem independentemente de nós; ou que o futuro ainda não é; ou que os fatos passados já não são mais; ou que os objetos materiais são constructos lógicos feitos a partir dos dados dos sentidos, etc. Em sua opinião, o que essas formulações tipicamente metafísicas fazem é nos apresentar certas imagens sobre a natureza da realidade à qual elas dizem respeito. A fim de obtermos clareza sobre o conteúdo dessas teses, deveríamos formulá-las em uma linguagem não imagética. Uma formulação, contudo, que se mantivesse fiel às pretendidas aplicações dessas imagens.

Assim, de acordo com Dummett, há dois problemas com a estratégia de construir uma teoria semântica tomando por base concepções metafísicas, a saber: não temos clareza sobre o conteúdo das teses metafísicas e, em parte devido a isso, não sabemos a quais critérios apelar para decidir entre teses metafísicas opostas.

Nesse momento, nos deparamos com as seguintes questões: qual é a natureza do conteúdo não imagético de uma tese metafísica – isto é, qual a natureza do conteúdo objetivo de uma tese metafísica –, e em quais termos ele deve ser formulado? Quanto à natureza do conteúdo objetivo de uma tese metafísica, as seguintes passagens são elucidativas:

A tarefa de construir uma teoria do significado pode, em princípio, ser abordada sem pressuposições metafísicas ou *arrière-pensées*: o sucesso deve ser estimado conforme a teoria forneça ou não uma explicação viável da prática [de usar a linguagem] que concorde com aquilo que de fato observamos. Assim, ela nos fornecerá um meio de resolver as disputas metafísicas sobre o realismo; não um meio indireto, mas um [meio] de acordo com sua *verdadeira natureza*, a saber, como disputas sobre o tipo de significado que deve ser atribuído aos vários tipos de frases.⁷⁶

E em *The Metaphysics of Verificationism* é possível ler: “a distinção [entre enunciados metafísicos e aqueles que pertencem à teoria semântica] é mais de estilo do que de conteúdo”.⁷⁷

Sobre a primeira citação, o fragmento de *The Logical Basis of Metaphysics*, é importante fazer dois esclarecimentos. Em primeiro lugar, para Dummett: “realismo e antirrealismo são doutrinas metafísicas”.⁷⁸ Então, dado o que é dito no trecho, isso significa que, de acordo com sua verdadeira natureza, uma disputa metafísica é uma disputa sobre o tipo de significado que as expressões de nossa linguagem possuem. E essa é a natureza das disputas metafísicas porque as teses disputadas têm o mesmo conteúdo objetivo de teses da teoria do significado.

Nossa segunda elucidação é sobre a expressão “teoria do significado”. Falaremos sobre essa expressão em outra seção do presente capítulo, mas, por

⁷⁶ Grifos meus; *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 13.

⁷⁷ *The Metaphysics Of Verificationism*, p. 133.

⁷⁸ *Realism* (1982), p. 106. Cf também: *The Interpretation Of Frege's Philosophy*, p. 428. Mais adiante neste capítulo veremos como Dummett caracterizou a doutrina do realismo.

enquanto, vamos nos restringir a dizer que uma teoria do significado envolve uma teoria semântica. Desse modo, e fazendo uso da citação acima de *The Metaphysics of Verificationism*, podemos dizer de forma mais precisa que o conteúdo de uma tese metafísica é uma tese semântica.

Portanto, a resposta de Dummett às questões que propomos acima consiste em dizer que o conteúdo das teses metafísicas é o mesmo conteúdo de teses semânticas e, em virtude disso, as teses metafísicas podem ser formuladas, em linguagem não imagética, como teses semânticas.⁷⁹

Ora, poder-se-ia perguntar, se o conteúdo das teses metafísicas e semânticas é o mesmo, então, como “nossa metafísica deve ser determinada por nossa semântica”?⁸⁰ Afinal, por via de regra, com a exceção dos casos onde ocorre autodeterminação, uma condição para que algo determine algo é que eles não sejam a mesma coisa. Com o propósito de resolver essa dificuldade, vejamos alguns trechos nos quais Dummett sustentou que nossa metafísica deve ser determinada por nossa teoria semântica:

Minha convicção é que uma teoria do significado tem *consequências* metafísicas, quer as menosprezamos como imagens ou lhe atribuamos o status de teses, mas que devemos atentar à teoria do significado (*meaning-theory*) primeiro e construir nossa metafísica de acordo com ela, em vez de primeiro enunciar assunções metafísicas e então tentar extrair delas conclusões sobre a teoria do significado.⁸¹

Em outro trecho do mesmo livro:

A seleção da teoria semântica correta para servir como uma base é (...) o primeiro passo na construção de uma teoria do significado, e, se ele for errado, toda teoria do significado estará errada. É também o passo mais importante: é a sua escolha que tem repercussões (...) sobre quais concepções metafísicas devemos favorecer.⁸²

E em *Thought and Reality*: “nossa metafísica, portanto, deve ser determinada por nossa teoria semântica”.⁸³

⁷⁹ Cf. *The Logical Basis*, p. 10-15, 148 e 339.

⁸⁰ *Thought and Reality*, p. 15.

⁸¹ *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 305. Grifos meus.

⁸² *The Logical Basis Of Metaphysics*, p. 148.

⁸³ *Thought and Reality*, p. 15.

Inegavelmente, há uma aparência de incompatibilidade entre as duas teses de Dummett que estamos considerando, entre a tese que o conteúdo de uma tese metafísica é, em última análise, o mesmo conteúdo de uma tese semântica e a tese que a teoria semântica deve determinar nossa metafísica. Mas, essas teses podem ser compatibilizadas, como é possível ver a partir do seguinte trecho:

Uma vez tenhamos nos decidido em favor de uma doutrina particular [do significado], a imagem da realidade que acompanha a doutrina e que dá a ela a sua expressão metafísica irá, automaticamente, por si mesma, forçar-se sobre nós; mas ela não tem nenhum conteúdo adicional por si mesma. Seu conteúdo não-metafísico consiste no modelo de significado que sugere; por mais que a imagem, por si mesma, nos impressione poderosamente, temos que ter em mente que seu conteúdo é uma tese dentro da teoria do significado, e que, além disso, ela não é mais do que uma imagem.⁸⁴

De início, deve-se observar que sustentar que teses metafísicas e semânticas possuem o mesmo conteúdo não é sustentar que não há diferença alguma entre elas. Para Dummett, há entre elas uma diferença de estilo. Essa diferença é marcada pelo fato das formulações imagéticas – que conferem a essas formulações seus ares metafísicos – serem mais psicologicamente atrativas ou repulsivas do que as teses semânticas que lhes são equivalentes; ou seja, é marcada pelo fato de sermos mais sensíveis às formulações metafísicas do que às formulações semânticas.⁸⁵ O conteúdo das teses semânticas e metafísicas é o mesmo, mas as teses metafísicas veiculam consigo, ao lado de seu conteúdo objetivo e, portanto, disputável, uma imagem.

Pelo menos nas ocasiões onde discute as relações entre semântica e metafísica, Dummett usa a expressão “metafísica” de forma ambígua. Pois, ora ela a usa para falar apenas sobre as imagens de um setor da realidade, ora para falar sobre essas imagens somadas aos seus conteúdos disputáveis, objetivos – aqueles conteúdos que podem ser adequadamente descritos como verdadeiros ou falsos. Portanto, temos a seguinte situação. Quando ele diz que teses metafísicas e semânticas têm o mesmo conteúdo, ele está sustentando que o conteúdo disputável das teses em ambos os registros é o mesmo. Por outro lado, quando afirma que a semântica deve determinar nossa metafísica, o

⁸⁴ The Logical Basis of Metaphysics, p. 15.

⁸⁵ Cf. The Logical Basis of Metaphysics, p. 10.

que ele está defendendo é que, uma vez que tenhamos decidido o valor de verdade de uma tese metafísica – que é o mesmo de uma tese semântica –, uma imagem da realidade nos será imposta como a imagem adequada. Desse modo, no momento em que nos conscientizamos de que o uso de Dummett do termo “metafísica” é ambíguo, não mais estaremos inclinados a ver uma incompatibilidade entre o primado da semântica sobre a metafísica e a tese que metafísica e semântica têm o mesmo conteúdo.

E a semântica, por sua vez, poderia ser realizada sem apelo às imagens metafísicas? Para Dummett, uma teoria semântica precisa passar pelos seguintes testes para ser aceita como correta. Ela deve ser coerente em si mesma, ela deve possibilitar uma explicação sistemática e completa do uso das frases da linguagem à qual se aplica. Ela também deve atribuir, pelo menos em grande medida, as condições de verdade corretas para os nossos enunciados, aquelas condições que reconhecemos como corretas em virtude do fato de compreendermos nossa linguagem. Além disso, deve tornar plausível uma explicação da compreensão do falante de sua linguagem. Por fim, a teoria semântica deve tornar compreensível como adquirimos uma linguagem. Se uma semântica passa por esses testes, então, para Dummett, ela é uma teoria correta; e não parece que para passar por esses testes um apelo às imagens metafísicas seja necessário.

4. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O USO DE DUMMETT DAS NOÇÕES DE SIGNIFICADO, SENTIDO E REFERENTE

É natural distinguir o sinal daquilo que ele significa. Essa distinção nos possibilita dizer, por exemplo, que o sinal “Curitiba” não é aquilo que ele significa; o que é, afinal, muito razoável, tendo em vista que poderíamos dar outro nome àquilo que chamamos “Curitiba” sem que seu significado fosse, em razão disso, alterado. Frege operou com uma distinção semelhante na primeira fase de sua carreira, uma distinção entre sinal e conteúdo (*Inhalt*). Posteriormente, essa distinção lhe pareceu insuficiente para explicar alguns fenômenos, dentre os quais se destaca o do caráter informativo de algumas frases de identidade. Uma frase de identidade é informativa quando, ao descobrir que ela é verdadeira, por meio disso podemos vir a adquirir uma nova informação.⁸⁶ Por via de regra, as frases

⁸⁶ Cf. The Logical, p. 124. F: POL, 94-95.

de identidade informativas têm a forma $a=b$ e as não informativas têm a forma $a=a$. Assim, a frase “Cícero é Cícero” não seria informativa; por outro lado, a frase “Cícero é Túlio” seria informativa, porque, se verdadeira, poderia representar um acréscimo em nosso conhecimento sobre certa personagem da Roma antiga.

Naturalmente, só é possível adquirir uma nova informação ao descobrir que “Cícero é Túlio” é verdadeira se conhecermos os sinais e os conteúdos dessa frase. Aquilo que é informativo nesse enunciado, e em outros com a mesma forma lógica, pode então ser considerado aquilo que alguém que conhecesse esses sinais e seus conteúdos, mas que não tivesse qualquer outro conhecimento relevante, poderia vir a saber ao descobrir que o enunciado é verdadeiro. Ora, surge a questão, se um sujeito conhecesse os sinais “Cícero” e “Túlio” e conhecesse também os seus conteúdos, então, como seria possível que não soubesse o valor de verdade da frase “Cícero é Túlio”? Assim como conhecer os sinais e os conteúdos dos sinais da frase “Cícero é Cícero” é suficiente para saber o seu valor de verdade, parece que também deveria ser suficiente conhecer os sinais e os conteúdos de “Cícero é Túlio” para saber seu valor de verdade. Ocorre que, se fosse suficiente, nenhuma frase com a forma $a=b$ poderia ser informativa. Desse modo, a distinção entre sinal e conteúdo parece ser insuficiente para explicar o caráter informativo das frases de identidade não-triviais – as com a forma $a=b$.⁸⁷

Com o propósito, dentre outras coisas, de explicar como frases com forma $a=b$ podem ser informativas, isto é, de explicar como descobrir os seus valores de verdade pode representar uma extensão em nosso conhecimento, Frege distinguiu dentro da noção de conteúdo dois elementos: o sentido e o referente. Em linhas gerais, o sentido de uma expressão seria parte⁸⁸ daquilo que se compreenderia ao se compreender uma expressão, já o referente de uma expressão seria aquilo ao que a expressão se referiria e que seria conhecido por meio do sentido associado à expressão. Como o referente de “Cícero” e “Túlio” é o mesmo, isto é, como “Cícero” e “Túlio” se referem à mesma pessoa, a frase “Cícero é Túlio” poderia ser informativa apenas em razão de estarem associados sentidos diferentes a “Cícero” e a “Túlio”. Ao descobrir que “Cícero é Túlio” é

⁸⁷ Cf. F:POL, p. 95.

⁸⁸ As outras partes são: o colorido e a força. Cf. A próxima seção do presente trabalho.

verdadeira, descobriríamos que aquela pessoa que conhecemos pelo sentido associado ao sinal “Cícero” é a mesma pessoa que conhecemos por meio do sentido associado ao sinal “Túlio”. É nesse tipo de descoberta que consistiria o caráter informativo de frases com a forma $a=b$.

Das reflexões de Frege sobre o caráter informativo de certas frases de identidade, Dummett extrai a conclusão que o referente não pode ser um ingrediente do significado – um ingrediente daquilo que se compreende ao se compreender uma expressão de uma linguagem.⁸⁹ Porque, se compreender uma expressão fosse (também) conhecer seu referente – seu valor semântico –, todas as vezes que uma frase com a forma “ $a=b$ ” fosse verdadeira – e compreendêssemos os sinais “ a ”, “ b ” e “ $=$ ” – saberíamos que tal frase é verdadeira. Isso é falso; pois, como bem se sabe, frequentemente não sabemos o valor de verdade de frases com a forma “ $a=b$ ”, a despeito de compreendermos todas as suas expressões constituintes.⁹⁰

Na formulação do argumento proposto por Frege, ele faz uso de sua noção de referente. Nessa concepção, o referente de um termo singular como Aristóteles é um determinado homem; o referente do termo singular “Vênus” é determinado corpo celeste; o de “Curitiba”, determinada cidade do sul do Brasil, etc. Em geral, o referente de um termo singular é a sua colaboração para a determinação do valor de verdade da frase na qual a expressão ocorre, ou melhor, é aquilo com o que a expressão colabora para que a frase tenha este ou aquele valor de enunciado. Desse modo, a frase “Aristóteles nasceu em 384 a.C”, por exemplo, vai ser determinada como verdadeira ou falsa a depender de se o referente do termo singular “Aristóteles” nasceu nesse ano ou não. Assim sendo, como já vimos, dentro da filosofia de Frege, o referente de um termo singular é o que chamamos na segunda seção de “valor semântico”, e o mesmo

⁸⁹ F:POL, p.91. Cf. também F:POL, p. 95: “(...) significado é aquilo que um homem conhece quando compreende uma palavra”.

⁹⁰ O argumento poderia ser estendido para qualquer frase atômica. Dado um predicado unário qualquer, digamos, “ $F(x)$ ”, que tivesse como referente uma função de objetos para valores de verdade, conhecer o referente de “ $F(x)$ ” seria saber, de cada objeto, se o predicado é verdadeiro ou não dele. Assim, alguém que conhecesse o referente de um termo singular, chamemo-lo de “ a ”, e o referente de “ $F(x)$ ”, saberia o valor de verdade de “ Fa ”. Em outras palavras, alguém que compreendesse “ Fa ” saberia o seu valor de verdade. Em uma semântica onde a noção de verdade é obtida por quantificação existencial, a situação é diferente. Nesse caso, conhecer os referentes de um enunciado é estar apto a reconhecer uma prova dele quando apresentado a uma. Por conseguinte, um sujeito poderia compreender uma frase e, além disso, conhecer os referentes de todas as suas partes logicamente relevantes e ainda assim não saber se ela é verdadeira ou falsa.

pode ser dito, em geral, de todas os outros referentes de expressões logicamente relevantes dentro da filosofia de Frege – o valor semântico de uma frase será o verdadeiro ou o falso, o valor semântico de um predicado unário será um conceito, etc. Todavia, nem todas as semânticas terão seus valores semânticos identificados àquilo que Frege considerou serem os seus referentes. Já mencionamos isso no que respeita aos valores de enunciados e aos valores semânticos dos termos singulares. Considere-se o exemplo da semântica intuicionista. Nessa semântica – na qual os contextos extensionais não são o padrão, e sim os intensionais ⁹¹ –, o valor semântico de um termo singular é uma classe de sentidos equivalentes. Isto é, nessa semântica o valor semântico dos termos singulares é aquilo que para um semanticista clássico seria um conjunto composto por sentidos equivalentes, entre os quais se cumpriria uma relação de estrita identidade, uma relação de identidade que sempre podemos decidir se é verdadeira ou falsa de dado objeto. ⁹²

Entretanto, apesar de o argumento acerca do caráter informativo dos enunciados de identidade ter sido formulado nos termos da filosofia de Frege, na qual o valor semântico das expressões é aquilo que Frege chamou de seus referentes, Dummett julgou que a aplicação do argumento é geral. Por isso, desse argumento ele extrai a seguinte observação: o valor semântico de uma expressão não é o seu sentido. Isto significa que conhecer o sentido de uma expressão não implica conhecer o seu valor semântico; por conseguinte, saber o valor semântico de uma expressão seria saber mais do que seria necessário para compreender o sentido de uma expressão.

Mas, o que Dummett entende pela noção de sentido? Ele a define como aquela parte do significado de uma expressão que é relevante para a determinação do valor de verdade de qualquer frase na qual a expressão ocorre, ou pode ocorrer. ⁹³ Uma explicação desse aspecto do significado deve, para Dummett, estar em conformidade com os seguintes princípios: (i) dar o sentido de uma expressão é dar uma caracterização completa de parte do conhecimento que os falantes têm relativo à expressão; (ii) dado como o mundo é ⁹⁴, o sentido da expressão determina o seu valor semântico; (iii) apenas pertence ao sentido

⁹¹ The Logical, 126.

⁹² Cf. The Logical, 125.

⁹³ F:POL, p. 89. Cf. The Logical, p. 113-114

⁹⁴ Um comentário é feito sobre essa expressão no fim da seção corrente.

de uma expressão o que é requerido para determinar o valor semântico da expressão; (iv) o sentido de uma expressão complexa é composto dos sentidos de suas expressões constituintes; (v) uma expressão tem sentido apenas no contexto de uma frase.⁹⁵

O princípio (v) é uma formulação do princípio do contexto como uma tese sobre o sentido. Discutiremos esse princípio e sua relação com o princípio (iv) no próximo capítulo, ocasião na qual também comentaremos o princípio (iv), que nada mais é do que uma versão do princípio de composicionalidade. O princípio (i) tem como base o reconhecimento de que o sentido é parte do significado, isto é, parte daquilo que se compreende ao se compreender uma expressão. Dado o princípio (i), o princípio (iii) complementa o princípio (ii), no sentido em que estabelece que não há outro elemento componente do sentido de uma expressão que não seja a prescrita por (ii). Resta por comentar, nesta seção, o princípio (ii), acerca do qual passaremos agora a fazer algumas considerações.

Tomemos como ponto de partida a seguinte passagem: “O sentido (...) determina [o] valor semântico; isto é dizer, o valor semântico de uma expressão segue-se de seu sentido junto com características relevantes da realidade externa.”⁹⁶ Para começar vamos comentar como a expressão “o sentido determina o valor semântico” deve ser entendida. Dummett propõe dois modos de entender essa expressão. Em uma interpretação, ela pode ser entendida como estabelecendo que, uma vez que duas expressões tenham o mesmo sentido, elas, em virtude disso, têm o mesmo valor semântico. Em outra interpretação, ela deve ser entendida como estabelecendo que conhecer o sentido de uma expressão é conhecer a condição para essa expressão ter um certo valor semântico. Em uma semântica clássica, isso significa que conhecer o sentido de uma frase é compreender a condição para ela ser verdadeira e conhecer o sentido de um termo singular é conhecer a condição que qualquer objeto deve satisfazer para ser o referente daquele termo singular – uma condição, diga-se, cuja satisfação por qualquer objeto podemos não ter nenhum meio de decidir.⁹⁷ Em uma semântica intuicionista, essa segunda interpretação

⁹⁵Cf. *The Logical*, p. 136-7. Há ainda um sexto princípio: (vi) uma estipulação de qual é o valor semântico de uma expressão confere a expressão um sentido particular. Esse princípio não parece estar conectado com a presente investigação, por isso, iremos negligenciá-lo. Cf. *The Logical*, p. 148-151.

⁹⁶ *The Logical*, p. 123.

⁹⁷ Frege and Other, p. 87.

do princípio (ii) estabelece que conhecer o sentido de um nome é conhecer mais do que a condição que ele deve satisfazer para ser o nome de tal objeto: deve envolver um modo de efetivamente identificar o valor semântico do nome. De forma análoga, para um intuicionista, conhecer o sentido de uma frase deverá envolver a habilidade de sempre poder reconhecer quando a frase é verdadeira, no caso dela ser verdadeira, ou de ser falsa, no caso dela ser falsa, bem como deve envolver a habilidade de reconhecer que certa frase não é ainda nem verdadeira nem falsa, quando este for o caso.

Segundo Dummett, a tese de que o sentido determina o valor semântico pode ser entendida em ambas as interpretações. Ambas são neutras em relação ao tipo de determinação que ocorre entre sentido e referência, isto é, neutras sobre se o sentido determina a referência de tal modo que nos fornece, no mínimo, um método para descobrir o valor semântico da expressão, ou se apenas nos dá a conhecer a condição que algo deveria satisfazer para ser o valor semântico da expressão. A partir disso é possível perceber que o princípio (ii) envolve que, no pior dos casos, ao compreender uma expressão, devemos saber o tipo de valor semântico que ela tem. Desse modo, para compreender uma expressão, não seria necessário que conhecêssemos o seu valor semântico, mas seria necessário (embora não suficiente) saber o tipo de valor semântico que a expressão poderia ter – p. ex., a fim de compreender o termo singular “Margaret Thatcher” não precisaríamos conhecer o seu referente, mas precisaríamos saber que o referente de tal termo deve ser uma pessoa.

Na formulação do princípio (ii) consta a cláusula “dado como o mundo é”. Na citação acima, essa cláusula aparece representada pela expressão “realidade externa”. Contra todas as aparências, contudo, de acordo com Dummett, essa expressão não deve ser entendida como uma expressão metafísica. Sobre o uso dessa expressão em uma explicação do princípio (ii), ele escreveu que “a expressão ‘realidade externa’ não é aqui uma [expressão] metafísica: ela simplesmente significa quaisquer fatos relevantes que não são fatos conhecidos pelo falante em virtude de seu conhecimento da linguagem.” Nesse passo, pode parecer que Dummett está trocando apenas uma expressão por um nome; isto é, em vez de “realidade externa”, ele propõe que usemos

“fato”.⁹⁸ Entretanto, Dummett sugere que também é possível evitar o apelo à ontologia dos fatos, por falarmos em enunciados verdadeiros.⁹⁹ Assim, a expressão “realidade externa” equivale a: qualquer ou quaisquer enunciados verdadeiros que o falante não precisa conhecer para compreender determinada expressão como ela é usada na linguagem. Nessa última roupagem, pensou Dummett, os ares metafísicos da expressão tendem a desaparecer.

O princípio (ii) será um dos protagonistas do terceiro capítulo. Vamos chamá-lo doravante de “princípio da determinação do valor semântico”, porque acreditamos que com esse nome será mais fácil para o leitor lembrar-se de seu significado. Outras observações sobre como interpretar esse princípio também serão feitas no terceiro capítulo.

4.1. BREVE COMENTÁRIO SOBRE O QUE É UMA TEORIA DO SIGNIFICADO

Além da noção de sentido, Dummett distingue dentro da noção de significado duas outras noções, as noções de colorido e força. Consideremos as frases “o gato Bubu miou?” e o “gato Bubu miou”. Essas frases diferem em relação aos atos linguísticos que poderíamos realizar por meio de uma elocução delas. Em condições normais, por meio da elocução da primeira perguntaríamos se certo evento aconteceu e por meio da elocução da segunda afirmaríamos que determinado evento aconteceu. Essa diferença corresponderia a uma diferença de *força*. Por sua vez, o *colorido* de uma expressão diz respeito aos aspectos literários de uma expressão, isto é, às associações sentimentais e às atmosferas evocadas por uma expressão, mas que não afetam o valor de verdade do enunciado na qual a expressão ocorre. Atente, por exemplo, para o tipo de associação sugerida se o nome do gato, em vez de “Bubu”, fosse “Belzebu”.

Que essas três noções – de sentido, de força e de colorido – compõem a noção de significado, revela-se, segundo Dummett, no fato de que se um sujeito falha em apreender qualquer um desses três elementos associados a uma expressão, então esse sujeito não pode ser considerado como tendo uma compreensão completa de tal expressão. Se um sujeito escuta a elocução da frase “o gato miou”, mas a ouve de tal modo que não consegue perceber, pela

⁹⁸ Cf. O Capítulo 1 de *Thought and Reality*.

⁹⁹ The Logical Basis, p. 320.

entoação com a qual foi proferida, se a frase foi asserida, ou se por meio dela se propôs uma questão, ou ainda se por meio dela não se fazia uma coisa ou nem outra, mas apenas cantava-se uma cantiga, etc., então podemos dizer que tal sujeito não entendeu (completamente) o que foi dito.

Algo semelhante pode ser dito sobre o colorido. Por exemplo, imaginem alguém que, ao ler um poema, não note o que o autor do poema tentou transmitir pela escolha de determinada palavra, em vez de outra que seria mais natural, ambas tendo o mesmo sentido. Também poderíamos dizer desse sujeito que ele não compreendeu completamente o poema. É também em razão do colorido que alguns leitores de certa tradução em língua portuguesa do livro *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal, avaliam que na adaptação do nome da personagem principal, do original *Julien* para o aportuguesado Julião, houve um erro de tradução. Eles alegam que o colorido do termo “Julião” é diferente do colorido do nome “Julien”. Além disso, dado que a personagem é descrita como um rapaz de aparência frágil, o erro seria ainda mais grave, dado que o colorido do termo “Julião” seria tal que evocaria associações com pessoas de traços mais grosseiros. Nesse trabalho, no entanto, vamos negligenciar a relação da noção de colorido com a compreensão. Para simplificar, vamos supor que alguém que compreendeu o sentido e a força associados a uma expressão compreendeu a expressão completamente.

Uma teoria do significado é uma teoria desses três componentes do significado. Essa teoria pretende tornar inteligível o fenômeno do uso de uma linguagem, assim como outras teorias pretendem explicar outros fenômenos. Nas palavras de Dummett, uma teoria do significado é “uma detalhada especificação dos significados de todas as palavras e operadores formadores de frases, gerando uma especificação do significado de toda expressão e frase da linguagem”.¹⁰⁰ Ele não pensou que uma teoria concebida dessa maneira tivesse que, de fato, ser realizada para que resolvêssemos todos os nossos problemas relativos ao conceito de significado (tais como: qual a natureza do significado linguístico? Qual característica do uso de uma expressão determina seu significado? Como o significado de uma expressão deve ser explicado? Etc.). Isto é, ele não pensou que para resolver nossos problemas relativos ao conceito

¹⁰⁰ What is a theory of Meaning? (I), p. 1.

de significado tivéssemos que realizar uma caracterização do significado de cada uma das expressões de uma linguagem – dos conectivos lógicos às constantes não-lógicas. Em vez disso, Dummett defendeu que, uma vez que pudéssemos enunciar os princípios de acordo com os quais tal teoria pudesse ser construída, resolveríamos nossos problemas concernentes ao conceito de significado.

Não é uma objeção a Dummett o fato de o conhecimento de uma linguagem consistir no domínio de um conjunto de habilidades práticas. Uma teoria do significado é uma representação teórica de certa habilidade prática ou conjunto de habilidades práticas, envolvidas naquilo que pode ser descrito como competência linguística: a capacidade de tomar parte em trocas linguísticas, ou, dito de outra forma, de dominar uma linguagem. O fato do conhecimento de uma linguagem ser um conhecimento prático não impede sua representação teórica. Da mesma maneira que podemos representar o conhecimento daquele que domina a técnica do nado crawl como um conhecimento de certo conjunto de proposições – por exemplo, que os braços devem entrar na água de forma alternada; que os pés devem estar em constante movimento vertical; etc. –, uma teoria do significado representará “a habilidade prática possuída por um falante como consistindo em sua apreensão de um conjunto de proposições”.¹⁰¹

Esse conjunto de proposições estará organizado dedutivamente, de tal modo que algumas proposições serão os axiomas da teoria; e outras, os teoremas.¹⁰² O conhecimento dessas proposições por um falante será, em boa medida, um conhecimento implícito. Isto significa dizer que atribuir ao falante o conhecimento de certas proposições da teoria não implica dizer que ele é capaz de formulá-las explicitamente, isto é, verbalmente. Em virtude do fato da teoria do significado atribuir ao falante um conhecimento implícito das proposições da teoria, a teoria deve caracterizar não apenas o que é que o falante sabe quando domina uma linguagem, mas deve também explicar em que consiste ter esse conhecimento. Essa tarefa a teoria irá realizar por estabelecer o que conta como uma manifestação desse conhecimento.¹⁰³ Se a teoria não fornecer uma explicação do que é esse conhecimento implícito que ela atribui a um falante

¹⁰¹ What is a theory of Meaning (II), p. 36.

¹⁰² Weiss, p. 9.

¹⁰³ What is Theory of Meaning (II), p.37.

competente, ela não especificará ao que equivale dizer que um falante tem tal tipo de conhecimento. Isso seria um defeito fundamental de tal teoria, porque, nesse caso, estaria desfeita a conexão entre a teoria e a prática da qual ela pretende ser uma representação teórica.

Assim, a teoria deve correlacionar certas proposições a certas habilidades práticas. Por exemplo, em relação à sintaxe da linguagem, a teoria deve atribuir ao falante o conhecimento da categoria lógica dos termos. Para Dummett, não há apenas uma habilidade que ateste a compreensão do falante de que, por exemplo, “Londres” é um termo singular e mostre não mais do que isso. Afinal, a capacidade de reconhecer como bem-formadas certas frases nas quais “Londres” ocorre depende do conhecimento de outras categorias sintáticas e das regras de formação de frases. Tudo indica que uma habilidade específica pode apenas ser correlacionada às frases, a habilidade de reconhecê-las como bem-formadas ou não. No entanto, uma frase é mais bem caracterizada como um teorema da teoria do significado, um teorema derivado dos axiomas que estabelecem a categoria sintática dos termos da frase e da regra relevante de formação de frases. Por exemplo, os axiomas:

“Londres” é um termo singular;

“é um cidade inglesa” é um predicado unário;

Auxiliados pelo axioma relevante sobre a formação de frases, permitiriam a derivação do teorema;

“Londres é uma cidade inglesa”

A essa frase a teoria associaria a habilidade de reconhecê-la como uma frase bem-formada. Dessa forma, aos axiomas sintáticos da teoria estariam correlacionados capacidades gerais de reconhecer, acerca de qualquer frase particular, se ela é bem formada ou não. Os axiomas teriam um lugar na teoria apenas se fossem úteis para a derivação dos teoremas aos quais a teoria do significado correlacionaria habilidades específicas.

Naturalmente, muito mais precisaria ser dito sobre como Dummett concebeu tal teoria, sobre o que ele entende por uma especificação do significado dos termos de uma linguagem e, principalmente, sobre como o estabelecimento dos princípios de uma teoria do significado poderia resolver os

problemas relativos ao conceito do significado. Contudo, essas são questões complexas com as quais não precisamos nos ocupar. Vamos nos limitar a uma menção a dois elementos relativos a tal teoria. Primeiro, Dummett concebeu essa teoria como uma teoria da compreensão, dado que o significado de uma expressão é aquilo que se compreende. Por fim, cumpre também mencionar que, para Dummett, uma teoria do significado envolve uma teoria semântica; uma teoria do sentido, uma teoria que explica em que consiste o conhecimento (frequentemente implícito) de um falante da teoria semântica de uma linguagem; uma teoria da força, que é a teoria que explica a capacidade do usar a linguagem para realizar atos linguísticos (asserir, perguntar, ordenar, etc.); e uma teoria do colorido, uma teoria sobre aquele aspecto da linguagem que não afeta o valor de verdade de uma elocução, mas que é responsável por evocar no ouvinte associações e atmosferas.¹⁰⁴

Como já deve estar claro, uma teoria semântica não é uma teoria do significado. Uma teoria semântica não o é porque não se ocupa com o que é conhecido pelo falante e em que consiste seu domínio do uso de uma expressão. Isso é mais evidente quando a teoria semântica é a clássica. Em tal semântica, o conhecimento do significado de um predicado não consiste no conhecimento de todos os objetos dos quais é verdadeiro e de quais é falso e, ainda de modo mais evidente, no fato de o conhecimento do significado de uma frase não consistir no conhecimento de seu valor de verdade.¹⁰⁵ Aliás, essa consequência deveria ser esperada, visto que o valor semântico de uma expressão não é um ingrediente de seu significado.

Mas, poder-se-ia perguntar, se o valor semântico não é parte do significado, daquilo que se compreende, por que uma teoria do significado deve envolver uma teoria semântica? A resposta para essa questão é: “[...] uma teoria semântica, enquanto não sendo em si mesma uma teoria do significado, forma a base para tal teoria, e é plausível apenas se uma teoria do significado viável pode ser construída sobre ela como base”.¹⁰⁶ Dummett pretende o seguinte

¹⁰⁴ The Nature, p. 116

¹⁰⁵ Cf. Realism, 60. Mas, uma vez que “uma compreensão de uma frase deve envolver uma apreensão de como ela é determinada como verdadeira, se ela é verdadeira, de acordo com sua composição” (Cf 61-62) parte do que se compreende ao se compreender uma elocução é a teoria semântica subjacente àquele enunciado. Assim, a teoria semântica não consiste em toda compreensão de uma elocução, mas é parte integrante dela.

¹⁰⁶ Realism, p. 63

com a tese que uma teoria do significado tem uma teoria semântica como sua base. Quando Frege elucidou sua noção de sentido enunciando que o sentido de uma expressão era o modo de apresentação de sua referente, ele elucidou a noção de sentido por meio da noção de referente (valor semântico). De modo semelhante, Dummett julgou que uma teoria semântica é parte indispensável para a construção de uma teoria do significado, porque, sem uma semântica, não teríamos como explicar em que consiste a nossa compreensão do sentido de uma expressão. A fim de explicar, por exemplo, em que consistiria o sentido de uma frase seria preciso dizer que conhecer o sentido de uma frase é conhecer a condição para ela ser verdadeira (ou para ter outro valor semântico qualquer); ou ainda, para explicar em que consiste o sentido de um termo singular seria preciso explicar qual a condição que determinado objeto deve satisfazer para ser o seu valor semântico; e assim por diante.¹⁰⁷ Em todos esses casos, explica-se o sentido da expressão com relação ao seu valor semântico; ou seja, toma-se como base para a explicação do sentido determinada teoria semântica.

Desse modo, segundo Dummett, se não dispuséssemos de uma teoria semântica – uma teoria que estipularia o tipo de valor semântico de cada expressão – em termos da qual poderíamos explicar a noção de sentido, não teríamos nenhuma ideia de como explicar aquela parte da compreensão do falante de uma expressão que é relevante para a determinação do valor de verdade da frase.

5. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A ANÁLISE DUMMETTIANA DO CONCEITO DE REALISMO

Nos contextos dos debates metafísicos frequentemente menciona-se o termo “realismo” para designar uma das posições do debate; diz-se de certa posição que se opõe ao nominalismo na querela dos universais que ela é realista; a mesma designação é dada a certas posições que se opõem a determinados tipos de idealismos; também se alcunha de “realismo” uma das posições sobre os mundos possíveis, o realismo modal; etc. Em suma, a lista de posições que receberam, ou às quais parece correto atribuir a alcunha de “realismo”, é extensa. Entretanto, apesar da mesma designação, as posições não foram tradicionalmente tratadas como tendo algo em comum, algo que justificasse a

¹⁰⁷ Cf. O Princípio II.

mesma designação para as diversas posições. A ocorrência repetida do termo “realismo” como um nome de posições tão diversas caracterizaria, assim, mais um caso de ambiguidade na história da filosofia.

Dummett avaliou que, em certo sentido, a expressão “realismo” como empregada na história da filosofia não constituía apenas mais um caso de ambiguidade. Ocorre-lhe que havia analogias relevantes entre as posições ditas realistas que justificariam, ao menos em parte, o uso da mesma designação. Isso não significa que a expressão não era, de modo algum, ambígua; pois, como entendida, compreendendo uma gama bem diversificada de posições e de temas, a expressão era, de fato, equívoca. Ou melhor, se entendida como um nome próprio das posições – como rotulando boa parte das teses, argumentos e o tema peculiar ao debate –, então o termo “realismo” era, de fato, ambíguo. Nesse sentido, por mais que possa parecer que o realista sobre eventos mentais, por exemplo, argumenta de modo semelhante ao realista que se opõe ao fenomenalista, o uso da mesma designação em ambos os casos não deixaria de ser ambíguo.

A constatação de Dummett foi que a ambiguidade não era completa, isto é, que havia muito em comum às diversas posições e que, por isso, deveríamos adotar o expediente de tratar “realismo” como um substantivo comum – poderíamos então falar em “realismos”. Para ele, esse algo em comum é o que poderíamos obter caso desconsiderássemos os assuntos particulares tratados em cada disputa e o que justificaria, em parte, o uso da mesma designação para as diversas posições. Nessa seção e na seguinte, veremos como Dummett caracterizou o realismo, entendido como aquilo que as diversas posições tradicionais teriam em comum.

Um dos propósitos principais de Dummett ao apresentar sua caracterização do realismo é realizar uma tarefa, a seu ver, raramente realizada, qual seja: explicar o que se pretende dizer ao se caracterizar uma posição como realista ou como não-realista.¹⁰⁸ Em muitas ocasiões, como Dummett notou, as disputas sobre o realismo foram apresentadas como embates sobre a existência de certos tipos de entidades.¹⁰⁹ Sendo fiel às formas tradicionais de apresentação das disputas, boa parte delas poderia ser expressa por meio de

¹⁰⁸ Cf. *The Interpretation of Frege's Philosophy*, p. 462.

¹⁰⁹ Cf. *Realism* (1963)

perguntas como as seguintes: “objetos materiais existem?”, “os universais têm realmente existência?”, “números existem?”, etc. As disputas convergiriam, então, na questão da existência ou não de certos tipos de objetos. Nesse sentido, atribuir o rótulo de realismo a certa doutrina seria o mesmo que dizer que aquela doutrina está comprometida com existência de determinados objetos.

Apesar dessa caracterização do realismo ser uma forma geral de apresentar o que haveria em comum em diversas posições ditas realistas, Dummett não a considerou acurada por ela se concentrar sobre classes de objetos – os números, os objetos materiais, entidades mentais, etc. Contra uma formulação que se concentre em uma classe de objetos, Dummett observou que tal concentração tornaria a caracterização muito restritiva, de tal modo que algumas posições que poderiam ser caracterizadas como realistas ficariam excluídas.

A esse propósito, o exemplo favorito de Dummett são os dos debates sobre a metafísica do passado e do futuro. Nesses casos, não parece haver um tipo de objeto acerca do qual o realista sobre o passado ou futuro poderia ser descrito como defendendo a existência. Talvez uma saída fosse considerar um estado de coisas como um objeto. Nesse caso, o realista sobre o passado ou sobre o futuro deveria estar comprometido com a existência de objetos peculiares, o primeiro com objetos que seriam fatos passados; o segundo, com objetos que seriam fatos futuros. No entanto, a inclusão de fatos passados ou futuros ao conjunto dos objetos pareceu a Dummett, por razões que veremos no próximo capítulo, um expediente enganador.¹¹⁰

Com base na inadequação que possuiria uma caracterização geral das posições realistas relativamente a objetos, Dummett escreve: “tomarei como minha caracterização preferida de uma disputa entre realistas e antirrealistas uma que a represente como relativa, não a uma classe de entidades ou uma classe de termos, mas [a] uma classe de *enunciados*”.¹¹¹ A classe de enunciados seria então composta por enunciados que conteriam termos para os objetos sobre os quais, na formulação anterior, se perguntava pela existência ou

¹¹⁰ Realism(1963) e The Seas p, 465.

¹¹¹ Realism(1963), p. 149.

pela independência em relação à nossa mente e à nossa linguagem. Tal classe de enunciados é chamada por Dummett de “classe em disputa”.¹¹²

Ainda sobre os motivos para preferir caracterizar o realismo como uma doutrina sobre uma classe de enunciados, o seguinte fragmento é esclarecedor:

A formulação em termos de uma classe de enunciados, em vez de putativas entidades, e a ênfase na lógica subjacente que deve ser considerada como governando aqueles enunciados, torna mais plausível a estratégia que recomendei, de começar, não com o status metafísico das entidades, mas com a explicação a ser dada dos significados dos enunciados. Esse não foi o fundamento da recomendação, todavia. Em vez disso, uma vez que esses desacordos metafísicos envolvem imagens divergentes da realidade à qual esses enunciados tematizados relacionam-se, pareceu-me evidente que o que subjazia a eles eram imagens divergentes do significado daqueles enunciados. Dado que nenhum meio se oferecia por si mesmo para decidir qual imagem da realidade era a correta, a abordagem mais frutífera assentava-se em determinar qual imagem do significado era [a correta], uma vez que nesse caso havia uma teoria do significado a ser construída e uma prática linguística com a qual conferi-la.¹¹³

A opção por uma classe de enunciados dá plausibilidade à estratégia de Dummett, aquela já mencionada, a de tentar resolver querelas metafísicas por meio de uma teoria do significado. O fundamento da escolha em favor de uma classe de enunciados seria justamente o fato de apenas podermos ter esperança de resolver as questões metafísicas (isto é, decidir qual a imagem correta da realidade) por decidirmos qual a imagem correta do significado dos termos de nossa linguagem.

Curiosamente, como veremos na próxima seção, a caracterização dada por meio de uma classe de enunciados não é abrangente o suficiente. Para que uma caracterização geral o suficiente do realismo pudesse ser obtida, Dummett suplementou a sua formulação, dada relativamente à validade do princípio semântico da bivalência para certos enunciados da classe em disputa, com uma tese sobre o papel da noção de referência na determinação do valor de verdade dos enunciados da classe em disputa. Nas palavras de Dummett: “a menos que tomemos a referência em consideração, não seremos bem-sucedidos em incluir sob nossa caracterização geral do realismo toda doutrina filosófica que tem

¹¹² Essa classe também aparece referida por ele pela expressão “given class”, traduzida aqui por “classe dada”.

¹¹³ The Seas, p. 465.

tradicionalmente sido assim chamada.” ¹¹⁴ Desse modo, o realismo envolveria, além de uma tese sobre a classe de enunciados (que ainda não foi apresentada por nós) uma tese sobre a referência.

5.1. A CARACTERIZAÇÃO DO REALISMO

Para Dummett, o que caracteriza a interpretação realista dos enunciados da classe em disputa? A resposta é: a adoção de uma teoria semântica clássica para esses enunciados. Nessa seção, vamos apresentar de modo um pouco mais detalhado essa resposta.

Tomemos a seguinte passagem de *Realism*(1982) como ponto de partida:

O mínimo que se pode sustentar que o realismo envolva é que [os] enunciados na classe dada relacionam-se a alguma realidade que existe independentemente de nosso conhecimento dela, de tal modo que aquela realidade torna cada enunciado na classe dada determinadamente verdadeiro ou falso, novamente de modo independente de se conhecemos, ou mesmo de estarmos aptos a descobrir, seu valor de verdade. ¹¹⁵

Assim, em parte, o realismo envolveria adotar uma interpretação particular do tipo de entidade que pode satisfazer o princípio C, ou seja, do tipo de entidade em virtude do qual os enunciados são verdadeiros, quando verdadeiros. Para um realista, o tipo de coisa que torna os nossos enunciados verdadeiros ou falsos é uma realidade que existe independentemente de a conhecermos, e até mesmo de sermos capazes de vir a conhecê-la.

A afirmação de que o que torna os nossos enunciados verdadeiros é uma realidade que existe independentemente de a conhecermos foi atribuída acima, em relação aos enunciados matemáticos, ao platonista. No que diz respeito ao discurso matemático, o platonista é um realista. Dissemos também que Dummett, por ter restrições a um tratamento direto às questões metafísicas, aconselha a estratégia de substituir a tese metafísica do platonista por seu equivalente semântico, nesse caso, o princípio da bivalência. Essa mesma estratégia é seguida por Dummett de modo geral. Em outras palavras, onde quer que o que caracterize o realismo seja um compromisso com uma realidade que torna os nossos enunciados determinadamente verdadeiros ou falsos

¹¹⁴ The Interpretation, p. 441.

¹¹⁵ Realism(1982), p. 55

independentemente de podemos vir a conhecer seus valores de verdade, Dummett dirá que o que caracteriza a interpretação realista desses enunciados é a adoção do princípio da bivalência. Desse modo, chegamos à primeira característica do realismo para Dummett: “realismo envolve a aceitação, para os enunciados da classe dada, do princípio de bivalência, o princípio que todo enunciado é determinadamente ou verdadeiro ou falso”.¹¹⁶

Antes de prosseguirmos na caracterização do realismo, vamos fazer alguns comentários sobre como Dummett entendeu o princípio de bivalência. O princípio semântico da bivalência é uma versão mais forte do princípio de valência.¹¹⁷ Este último princípio estabelece que toda frase não ambígua deve ser determinadamente verdadeira ou não-verdadeira. As semânticas que aceitam este princípio são chamadas de “objetivistas”. Todos que aceitam a bivalência, por aceitá-la, aceitam também o princípio de valência, mas o contrário não se verifica. Por exemplo, Frege sustentou a partir de certo momento de sua carreira que um enunciado que contivesse um termo singular com sentido, mas sem referente, não seria nem verdadeiro nem falso. Desse modo, Frege teria negado a bivalência para tais enunciados, mas não necessariamente o princípio de valência, uma vez que não ser verdadeiro nem falso também satisfaz a condição de ser não-verdadeiro.

O advérbio “determinadamente” que ocorre na formulação da bivalência também é importante para a formulação da posição realista. Ele serve para mostrar que uma adesão à lei lógica do terceiro excluído e à tese da equivalência não são suficientes para aceitar o princípio semântico da bivalência. A lei do terceiro excluído diz que todo enunciado da forma “A ou não-A” é verdadeiro. A tese da equivalência, se aplicada tanto à noção de verdade quando à de falsidade, diz no primeiro caso que, para qualquer enunciado “A”, “é verdadeiro que A se e somente se A” e, no segundo, “é falso que A se e somente se não-A”. Ora, se se iguala asserir que “A” é verdadeiro a asserir que “é verdadeiro que A” e a asserção de que “A” é falso a “é falso que A”, então, segue-se que, para qualquer enunciado “A”, “A” é verdadeiro ou falso.¹¹⁸

¹¹⁶ Realism(1982,p. 55)

¹¹⁷ Cf. The seas, p. 467. Cf. Realism(1982), p.61.

¹¹⁸ Cf. The Interpretation, p. 435.

A fim de revelar a diferença entre uma adesão a esses princípios e uma adesão à bivalência é útil considerar o exemplo de um neutralista em relação aos enunciados sobre o futuro.¹¹⁹ O neutralista sobre o futuro sustenta que há várias possibilidades futuras em aberto e que um enunciado sobre o futuro pode ser corretamente asserido apenas quando uma dessas possibilidades se realiza. Sendo “A” um enunciado sobre o futuro cuja verificação depende da realização de um estado de coisas ainda em aberto, então ele nem considerará “A” como asserível, nem “não-A”. Mas, apesar disso, ele considerará correto dizer que “A” é verdadeiro ou falso. Para marcar a diferença entre o que o realista defende de posições como de tal neutralista, Dummett considerou ser preciso dizer que a bivalência compromete seu defensor com o fato de que, se *A ou não-A*, então um dos dois disjuntos já deve ser verdadeiro absolutamente, isto é, já deve haver uma resposta à seguinte questão: a disjunção é verdadeira em virtude da verdade de qual dos disjuntos, em virtude da verdade de “A” ou da verdade de “não-A”?

Há vários outros modos de exprimir o que Dummett pretendeu ao qualificar a disjunção que aparece na formulação do princípio de bivalência com a palavra “determinadamente”. Por exemplo, afirmar que *a* é determinadamente branco ou vermelho é dizer que há um enunciado, que pode ser ou “*a* é branco” ou “*a* é vermelho”, que é mais informativo do que “*a* é branco ou vermelho” e tão verdadeiro quanto ele. Outro modo de exprimir o poder do termo “determinadamente” é dizer que, se uma disjunção (**A** ou **B**) aceita a qualificação “determinadamente”, então (**A** ou **B**) poderia ter sido derivado pela regra da introdução da disjunção de **A** ou de **B**. Por meio da ideia de onisciência, podemos ainda dizer que (*A ou não-A*) é determinadamente verdadeira caso alguém que seja onisciente saiba qual dos dois disjuntos é verdadeiro.¹²⁰

Como Dummett assinalou, embora o princípio de bivalência constitua parte importante de uma interpretação realista dos enunciados da classe em disputa, ele não é suficiente para uma interpretação realista de tais enunciados. Dito de outro modo, a bivalência é uma condição necessária, mas não uma

¹¹⁹ Cf. *The Interpretation*, p. 435-6.

¹²⁰ Cf. *The Logical Basis of Metaphysics*, p. 75. Dummett explica quais são as condições necessárias e suficientes para a aplicação do advérbio “determinadamente” no mesmo livro, nas páginas 77-78.

condição suficiente para uma interpretação realista dos enunciados disputados. A esse propósito, o seguinte trecho de *Realism*(1982) é revelador:

Para ter uma concepção realista, não é suficiente supor que os enunciados da classe dada estão determinados, pela realidade à qual eles se relacionam, como verdadeiros ou como falsos, tem que se ter também certa concepção da maneira pela qual eles são assim determinados. Essa concepção consiste essencialmente na semântica bivalente: e isso, por sua vez, envolve um apelo à noção de referência como uma noção indispensável à teoria semântica.¹²¹

Além da bivalência, é essencial ao realismo uma tese sobre como um enunciado é determinado como verdadeiro ou não-verdadeiro de acordo com sua composição. Como vimos, a explicação de como as frases complexas são determinadas como verdadeiras ou não-verdadeiras se dá por meio dos valores semânticos das frases atômicas. Por sua vez, a explicação de como o valor semântico das frases atômicas é determinado é realizada por meio dos valores semânticos de suas partes logicamente relevantes. Segundo Dummett, é característico do realismo que a noção de referência tenha um papel fundamental nessa estrutura semântica, em particular, que os valores semânticos das frases atômicas sejam explicados como determinados via noção de referência dos termos singulares.

Para Frege, a noção de referência¹²² aplicar-se-ia a todas as expressões logicamente relevantes de uma linguagem; assim, termos singulares manteriam uma relação de referência com um objeto, expressões funcionais de um argumento manteriam uma relação de referência com conceitos – funções de objetos para valores de verdade –, frases teriam o mesmo tipo de relação referencial com o verdadeiro e o falso, e assim por diante. No entanto, a noção de referência à qual Dummett atribui papel relevante na caracterização da posição realista é mais restrita; aplica-se apenas àquilo que Frege rotulou de “nomes próprios”¹²³, e que hoje predominantemente recebe a alcunha de “termo singular”. Para Dummett, então, ao menos no que diz respeito ao conceito de

¹²¹ *Realism*(1982), p. 56-57.

¹²² O leitor atento para a diferença de uso entre o termo “referência” desta passagem em diante e o uso do mesmo termo na segunda seção do presente capítulo. O sentido relevante de “referência” nesta e nas páginas seguintes é aquele no qual o termo denota uma relação entre uma expressão linguística e uma entidade extralinguística, já na segunda seção, o uso do termo aproxima-se do uso de “referente” que neste trabalho estamos procurando preservar.

¹²³ Contrariando o que pensou Frege no período de sua filosofia madura, para Dummett, frases não são um tipo *sui generis* de termos singular.

realismo, referência é uma relação entre um termo singular (do tipo que pode ocorrer dentro dos enunciados em disputa) e algum objeto do domínio.¹²⁴

Mas, que papel essencial é esse que a noção de referência deve desempenhar dentro de uma semântica clássica – isto é, realista? A resposta é tão simples quanto familiar. Uma frase atômica – p. ex., $F(a)$ – é determinada como verdadeira ou não verdadeira em virtude do fato de o referente de “a” ter ou não certas características que são expressas pela expressão conceitual $F(x)$; se ele as tiver, a frase atômica será verdadeira, caso contrário, não. Desse modo, a determinação do valor de verdade da frase atômica “ $F(a)$ ” se dá por meio da relação de referência entre “a” e um objeto específico do domínio; no nosso caso, o objeto *a*. Consideremos agora um caso menos abstrato: a frase atômica “Sócrates é humano”. Se a analisarmos do modo que parece mais natural, teríamos “Sócrates” como um termo singular, e “...é humano” como uma função de um argumento para valores de verdade. Assim, temos que a frase “Sócrates é humano” será verdadeira, se e somente se, o objeto referido pela palavra “Sócrates” cair na extensão do predicado “...é humano”; ou seja, nos termos de Dummett, se o valor semântico do predicado “...é humano” mapear o valor semântico do termo singular “Sócrates” no valor de enunciado verdadeiro.

Ora, uma vez que a noção de referência tem esse papel em uma explicação de como, dentro da semântica clássica, as frases atômicas têm seus valores de verdade determinados, e dado que os valores de verdade das frases complexas são, nessa mesma semântica, uma função dos valores de enunciado de suas instâncias, então a noção de referência teria um papel na semântica de *todas* as frases que tivessem suas expressões atômicas explicadas desse modo. Por tudo isso, para Dummett, esse traço de uma teoria semântica – isto é, esse elemento da análise de como as frases são determinadas como verdadeiras ou não-verdadeiras na qual a noção de referência é essencial – é uma das características de uma interpretação realista desses enunciados, sejam esses enunciados atômicos ou complexos.

A inclusão da noção de referência como essencial à teoria semântica clássica representa aquele traço do realismo tradicional segundo o qual somos, de fato, bem-sucedidos em nos referir a uma realidade extralinguística. Ou, dito

¹²⁴ Realism (1982), p. 57

em termos mais tradicionais, esse aspecto da caracterização de Dummett “faz mais justiça à intuição de que realismo tem que ver com a existência de objetos.”

¹²⁵ Ou seja, faz justiça à intuição que o realista é aquele que se caracteriza por sustentar que certas entidades existem, enquanto que o seu opositor se caracteriza por negar que determinadas entidades existam. Esse aspecto do realismo é o que melhor se ajusta à querela dos universais e à descrição do realismo de Meinong, por exemplo. Muito embora, o realismo desse último, também descrito como ultra-realismo, não possa ser, segundo Dummett, caracterizado tão somente por apelo à noção de existência, pois Meinong separou os objetos reais dos meramente possíveis por dizer que os primeiros existem, mas não os últimos. O que caracterizaria, então, o realismo de Meinong sobre os objetos possíveis (e até mesmo em relação aos objetos impossíveis) seria a crença de que todo termo singular *sempre* denota objetos, isto é, que um termo singular deve sempre ser considerado em seu valor nominal (*face value*) e que há sempre um referente ao qual ele está associado. Já o defensor dos universais sustenta que os termos gerais devem entendidos como representando elementos da realidade. O universalista parece então merecer o rótulo de realista por sustentar que a noção de referência se aplica aos termos para os universais. ¹²⁶

Chegamos assim ao veredicto de Dummett sobre sua análise de conceito de realismo:

Podemos, assim, caracterizar uma interpretação realista de uma dada classe de enunciados como uma que aplica a eles, de acordo com a estrutura que eles parecem na superfície ter, a semântica bivalente clássica; em particular, tratando os (aparentes) termos singulares que neles ocorrem como denotando objetos (elementos relevantes do domínio) e os próprios enunciados como sendo determinadamente verdadeiros ou falsos. ¹²⁷

¹²⁵ Realism and Anti-Realism, p. 468.

¹²⁶ Entretanto, segundo Dummett, esse não é um bom exemplo de disputa entre realistas e antirrealistas, pois ele concebe a posição do realista como incoerente. Porque, dado que não podemos separar a noção de tipo lógico de uma entidade do tipo lógico da expressão por meio do qual nos referimos a ela, a doutrina dos universais, entendida como envolvendo a crença de que os universais podem figurar tanto como conceitos/relações e como objetos, seria incoerente. Cf. The Interpretation, p. 431. Note-se também que o termo “referência” figura aqui com aquele sentido que Dummett considera relevante para a formulação da posição realista.

¹²⁷ The Logical Basis, p. 326. Cf. também Realism and Anti-Realism, p. 468.

Note-se sobre esse veredicto que, de acordo com ele, a adoção de uma noção de verdade não-epistêmica não seria uma condição suficiente, nem mesmo uma condição necessária para a adoção de uma interpretação realista dos enunciados da classe em disputa. Uma noção de verdade não-epistêmica é uma concepção da verdade segundo a qual a verdade ou não-verdade de um enunciado é independente de podermos, mesmo em princípio, vir a conhecê-la. De acordo com Dummett, tal concepção de verdade é implicada pela adoção da bivalência para os enunciados da classe em disputa, o que significa dizer que a noção de verdade do realista é não-epistêmica.¹²⁸ Contudo, qualquer semântica que aceite o princípio mais fraco, o princípio de valência, terá uma noção de verdade não-epistêmica.¹²⁹ Por exemplo, uma semântica que admita três ou mais valores de verdade como valores de enunciado, será uma semântica na qual o princípio de bivalência não será aceito. Ainda assim, esses muitos valores de verdade poderiam estar associados determinada e independentemente de sermos capazes vir a descobrir o valor de verdade desses enunciados. Em uma palavra, realismo envolveria o compromisso com uma noção de verdade não-epistêmica, já a adoção de uma noção de verdade não-epistêmica nem sempre envolveria compromisso com realismo.

Por fim, gostaríamos de acrescentar que realismo, como o apresentamos até aqui, pode ser rejeitado de três principais formas: por rejeitar a explicação do significado de uma frase por meio da noção de condições de verdade, isto é, por negar que a teoria do significado deve ter uma semântica objetivista como sua base; por uma recusa em asserir o princípio de bivalência; ou por negar que a noção de referência tenha um papel na determinação dos valores semânticos de uma frase. Dessas três formas, segundo Dummett, a primeira levaria a uma forma mais radical de antirrealismo, a segunda, a uma forma mais moderada, e a terceira, a uma forma mais suave. No terceiro capítulo veremos como se dá a rejeição do realismo apenas em sua forma mais suave, pois é nessa forma de rejeição que o princípio do contexto desempenha um importante papel.

¹²⁸ McDowell, em "Truth Conditions, Bivalence and Verificationism", defende que o que caracteriza o realismo é a adoção de uma concepção de verdade não-epistêmica e que essa noção não é implicada pela adoção da bivalência. Dummett contesta a posição de McDowell em "Realism(1982)", p. 263-6. Uma resposta a McDowell também pode ser encontrada em *Philosophy Now*: Dummett, p. 59-62.

¹²⁹ Dummett denomina as teorias semânticas que aceitam o princípio de valência de semânticas objetivistas. Cf. *Realism(1982)*, p. 61, *The Logical Basis*, p. 326.

CAPÍTULO II: OS PRINCÍPIOS DO CONTEXTO

1. O PRINCÍPIO DO CONTEXTO COMO UMA TESE SOBRE O SENTIDO

Em seu artigo *Sobre o Conceito e o Objeto*, Frege nos informa que quando escreveu seu livro “*Os Fundamentos da Aritmética*, ainda não havia feito a distinção entre sentido e referência”.¹³⁰ O princípio do contexto aparece, na obra de Frege, formulado tão somente em *Os Fundamentos da Aritmética*, por conseguinte, antes da distinção entre sentido e referência ter sido introduzida.

¹³¹ Em uma das formulações do princípio, a do §60, Frege diz que é a apenas no contexto de uma frase que as palavras têm significado (*Bedeutung*). Ora, à luz da distinção entre sentido e referência, surge a questão de saber como o princípio do contexto deveria ser entendido. De imediato, três opções se apresentam: (a) o princípio deveria ser entendido como se fosse apenas sobre o sentido; (b) deveríamos entendê-lo como um princípio apenas sobre a referência; (c) seria um princípio sobre o sentido e sobre a referência. Uma vez que, depois de ter feito a distinção sentido/referência, Frege nunca mais voltou a formular o princípio do contexto, poderíamos cogitar ainda uma quarta opção: o princípio seria incompatível com a distinção.

Dummett foi talvez o primeiro a propor (c) como a melhor exegese de Frege, isto é, que se interpretasse o princípio como uma tese sobre o sentido e sobre a referência. Entretanto, a questão é controversa e Dummett mudou de opinião sobre o assunto algumas vezes. Para além de qualquer questão exegética, no entanto, sua opinião favorável ao princípio, interpretado como uma tese sobre o sentido, manteve-se estável ao longo de sua carreira filosófica. É possível constatar seu entusiasmo pelo princípio assim interpretado em frases como: “[o princípio do contexto como uma tese sobre o sentido] foi um enorme passo para o futuro de uma teoria do significado”¹³², ou, “o princípio do contexto, interpretado como uma tese sobre o sentido, é completamente aceitável”¹³³; e ainda nestas outras palavras: “A clara percepção de Frege do papel central das frases foi o primeiro passo, não apenas para uma teoria viável da linguagem,

¹³⁰ Frege (1892) p. 117.

¹³¹ A questão de saber se ele aparece reformulado em outros termos é controversa. Cf. *The Basic Laws of Arithmetic*, §32.

¹³² F:POL p. 195.

¹³³ *The Interpretation*, p. 370.

mas para que uma fosse mesmo plausível”.¹³⁴ Por fim, o princípio do contexto concebido como uma tese sobre o sentido acabou por ser incorporado à própria filosofia de Dummett em meio as suas reflexões sobre a teoria do significado. Mais precisamente, como mencionamos no capítulo anterior, esse princípio é um dos princípios da teoria do sentido – ele é o supramencionado princípio (v) – e, em função disso, ele é um princípio fundamental para uma teoria do significado. Iremos nos ocupar, no que segue, em expor o princípio do contexto como uma tese sobre o sentido. O princípio do contexto concebido como uma tese sobre a referência será considerado em outras seções do presente capítulo.

Segundo Dummett, entendido como uma tese sobre o sentido, o princípio do contexto diz que “o sentido de uma expressão está exclusivamente conectado ao seu papel em frases, e consiste em sua contribuição ao pensamento expresso por qualquer frase na qual ocorre”.¹³⁵ Essa tese é reformulada no seguinte trecho:

O sentido de uma palavra consiste em uma regra que, reunida com outras regras constitutivas dos sentidos de outras palavras, determina a condição para a verdade de uma frase na qual a palavra ocorre.¹³⁶

A contribuição que caracteriza os sentidos das expressões subfrasais seria, desse modo, semelhante ao tipo de contribuição que as regras dão aos sistemas a que pertencem. Esse tipo de contribuição especificaria parcialmente o sentido das frases que contivessem uma expressão à qual uma dada regra estaria associada. Entender a contribuição que constitui o sentido das expressões subfrasais como algo análogo à contribuição dada pelas regras aos sistemas aos quais pertencem serve a dois propósitos: chamar atenção para o caráter

¹³⁴ F: POL p. 196. Cf. também *Truth and Other Enigmas*, p. 94.

¹³⁵ F:POM p184. Evidência em favor deste princípio é o fato de, ao explicarmos o significado de uma palavra a outra pessoa, frequentemente fazemos uso de pistas que indicam a categoria gramatical da palavra, e isso, por sua vez, é útil apenas se instrui o aprendiz sobre como a palavra pode figurar em frases. *The Logical Basis*, p. 101.

¹³⁶ F:POL p. 194. Cf. também p. 4. Nesse trecho, o princípio é apresentado em termos da noção de condições de verdade. Isso não é essencial à interpretação de Dummett do princípio, no entanto. À primeira vista, essa versão do princípio poderia ser explicada por meio de outra noção, uma noção não comprometida com o princípio semântico de valência; por exemplo, relativamente a condições de prova, ou justificação. Há também no trecho uma formulação do princípio (ii), um dos princípios da teoria do sentido listados no capítulo anterior. Mais adiante comentaremos a relação do princípio do contexto como uma tese sobre o sentido com o princípio (ii).

recorrente do sentido, isto é, para o fato de que uma expressão subfrasal dotada de sentido poderia ocorrer em inúmeras frases; e destacar a uniformidade do sentido, ou seja, a contribuição que o sentido de uma expressão subfrasal daria ao pensamento expresso por uma frase na qual ocorre seria exatamente a mesma que daria a qualquer frase na qual poderia ocorrer. Desse modo, por exemplo, não apenas as palavras “quatro” e “pratos” poderiam ocorrer em diversas frases – como em “Há quatro pratos sobre a mesa”, “Coloque os quatro pratos sobre a mesa!” etc. –, como também essas palavras teriam o mesmo sentido em todas as frases em que ocorressem, e não apenas sentidos semelhantes.¹³⁷

Sem dúvida, no entanto, o mais importante aspecto da noção de contribuição é que ela deve ser entendida em relação ao sentido de frases. É seguramente um truísmo dizer que o sentido de um termo singular pode contribuir para o sentido de um termo singular complexo, que o sentido do nome “João” contribui para o sentido de “O pai de João”, por exemplo. Entretanto, o princípio do contexto envolveria dizer mais do que isso, a saber: o sentido de uma expressão componente de uma frase, que não equivalha a uma frase, não apenas contribui para o sentido de expressões mais complexas nas quais pode ocorrer, mas *consiste* na contribuição que pode dar ao sentido de um tipo de expressão complexa em particular, as frases.

A diferença que estamos indicando aqui é a diferença que há entre o princípio do contexto, como uma tese sobre o sentido, e o princípio de composicionalidade do sentido – o supramencionado princípio (iv). Este último estabelece que o sentido das expressões complexas é composto a partir dos sentidos de suas expressões componentes. O princípio de composicionalidade generaliza o que é intuitivo em casos simples – como, por exemplo, o da composição dos sentidos de “o pai de...” e “João” no sentido de “o pai de João” – para todas as expressões da linguagem. Desse modo, o princípio de composicionalidade também implica que o sentido das frases é composto pelo sentido de suas expressões componentes. O princípio do contexto como uma tese sobre o sentido, por outro lado, não estabelece nada sobre a relação dos sentidos das expressões “João” e “o pai de João”.¹³⁸ De modo mais geral, o

¹³⁷ Para simplificar, estamos ignorando o fenômeno da ambiguidade.

¹³⁸ Mais será dito sobre a relação desses dois princípios nas próximas seções.

princípio do contexto não estabelece nada sobre a relação de composição do sentido das expressões subfrasais mais simples com o sentido de expressões subfrasais mais complexas.

Diante disso, podemos destacar uma diferença entre os princípios (v) e (iv): o princípio do contexto estabelece uma relação entre os sentidos das *expressões subfrasais* e o sentido das *frases* nas quais essas expressões podem figurar; já o princípio de composicionalidade do sentido estabelece uma relação entre os sentidos de *quaisquer expressões* com os sentidos de *expressões de complexidade lógica superior*, nas quais as expressões de complexidade lógica inferior podem ocorrer. Em linhas gerais, então, pode-se dizer que o princípio de composicionalidade é mais geral do que o princípio do contexto como uma tese sobre o sentido.

Além disso, como veremos na próxima seção, para Dummett, o princípio (v) teria como uma marca característica implicar a prioridade na ordem da explicação do sentido das frases sobre os sentidos das expressões subfrasais. Essa prioridade, por sua vez, implicaria que o conceito de sentido das expressões subfrasais seria *dependente* daquele de frase com sentido.¹³⁹ Não seria possível, portanto, apreender o conceito de palavra com sentido independentemente de apreender o conceito de frase com sentido e, por meio dele, explicar o conceito de frase com sentido.

Dummett oferece uma razão para aceitarmos o princípio do contexto entendido como uma tese sobre o sentido.¹⁴⁰ Lê-se em *Frege's Distinction between Sense and Reference*:

Uma frase é o menor complexo linguístico que alguém pode usar para *dizer* algo: portanto, o significado de uma palavra deve ser dado em termos da contribuição que ela dá para determinar o que pode ser dito por meio de uma frase que a contenha.¹⁴¹

O ponto de partida de Dummett é alegar que apenas podemos realizar um ato linguístico por meio de uma frase. Não poderíamos *dizer* nada exceto por meio de uma frase, onde por “dizer” ele pretende designar os diversos atos linguísticos

¹³⁹ The logical, p. 101.

¹⁴⁰ Cf. também F:POL p. 4, p.495. Dummett oferece ainda outra razão para o princípio em *Frege: Philosophy of Mathematics*, p. 202.

¹⁴¹ Truth and Other Enigmas, p. 109.

que se pode realizar: fazer uma asserção, uma pergunta, dar uma ordem, exprimir um desejo, etc. Por via de regra, a elocução de uma palavra ou de uma expressão não seria, por si só, um uso de uma linguagem, não seria ainda “um lance em um jogo de linguagem”, como costuma dizer Dummett fazendo suas as palavras de Wittgenstein.

Naturalmente, em muitos casos, a elocução de apenas uma palavra é um meio através do qual realizamos um ato linguístico. Dummett reconhece esse fato. Quando, por exemplo, alguém nos pergunta se estamos com fome, podemos (e comumente o fazemos) responder com uma única palavra: “sim!”. Casos semelhantes ocorrem quando alguém profere, por exemplo, as palavras “chove” e “desculpe”. Porém, nesses casos, segundo Dummett, o contexto no qual essas palavras são proferidas nos forneceria elementos para as tomarmos como tendo o mesmo papel de frases. Esses seriam os casos nos quais poderíamos substituir a elocução de uma expressão subfrasal por uma frase completa, uma frase que teria uma complexidade correspondente à dos seus sentidos componentes – os sucedâneos de nossos exemplos poderiam ser algo como “estou com fome”, “chove em Curitiba às 12h” e “desculpe-me por meu atraso”.

Esse tipo de substituição deveria ser, ao menos em princípio, sempre possível, porque, para Dummett, mesmo uma frase atômica é necessariamente complexa.¹⁴² Isso não significa que, por exemplo, a palavra “chove”, quando utilizada para realizar um ato linguístico, torne-se complexa. A tese da complexidade essencial da frase estabeleceria que a elocução de “chove” caracterizaria a elocução de uma frase incompleta, caso no qual algum elemento

¹⁴² The Interpretation of Frege's Philosophy, p. 40. A tese que a frase é essencialmente complexa está em conflito com os §§ 19-20 das *Investigações Filosóficas*. Dummett não parece notar esse conflito, no entanto. Evidência disso é sua crítica à resenha de Strawson das *Investigações Filosóficas* (*Mind*, 1954). Dummett rotula a proposta de Strawson de uma linguagem na qual as frases não são divisíveis em palavras de “uma fantasia” que, no melhor dos casos, é altamente enganadora. (*Nominalism*, p. 39) Curiosamente, a crítica parece dirigir-se apenas a Strawson, ou melhor, apenas a interpretação de Strawson de Wittgenstein. Mas, o que Dummett poderia dizer sobre a linguagem dos construtores do §2 das *Investigações*? Dummett também diria que essa linguagem é uma fantasia enganadora? Infelizmente, Dummett não diz nada sobre o tópico. Em sua defesa, poderíamos dizer que a linguagem dos construtores do §2 não é uma linguagem completa, isto é, não representa uma forma de vida completa, mas apenas um fragmento dela. Em uma linguagem rica o suficiente para representar toda uma forma de vida, as frases deveriam estar aptas a serem divididas em suas palavras componentes dentro daquela própria linguagem. Essa defesa, é claro, não passa de uma sugestão.

do contexto, além de “chove”, também deveria funcionar como um sinal para que fosse possível realizar um ato linguístico.

Se devemos considerar como válido o argumento de Dummett citado no trecho acima, devemos reconhecer que há nele uma ou mais premissas implícitas. Essa premissa, ou pelo menos uma delas, parece ser: o sentido de uma expressão é, e tão somente é, o sentido daquilo que dizemos ou podemos dizer. Se essa é, de fato, uma premissa implícita no argumento supramencionado de Dummett, poderíamos reapresentar seu argumento da seguinte maneira. O sentido de uma expressão é tão somente aquilo ao que podemos associar uma força. Só é possível associar uma força a uma frase com sentido. Assim, dever-se-ia entender que uma palavra – ou um complexo delas que ainda não constitua uma frase – não pode ter um sentido por si mesma, independentemente de todas as frases nas quais pode ocorrer.

Reconstruído desse modo, o argumento parece autorizar uma conclusão diferente, a saber, apenas frases têm sentido. Mas, Dummett considera absurdo não reconhecer que as expressões subfrasais também têm sentido.¹⁴³ Pois, dentre outras coisas, isso seria o mesmo que dizer que, por exemplo, “Napoleão Bonaparte” não tem um sentido de modo relativamente independente das frases nas quais tal nome pode ocorrer (isto é, de algumas frases nas quais ocorre, mas não de todas) – o que envolveria aceitar, dentro do paradigma fregeano, que esse nome também não tem uma referência relativamente autônoma em relação aos enunciados nos quais pode ocorrer. Além disso, caso negássemos que as expressões subfrasais também têm sentido, tampouco se poderia, de acordo com Dummett, explicar como somos capazes de compreender novas frases *por* compreendermos suas expressões constituintes.¹⁴⁴ Não seria possível explicar, por exemplo, como alguém que nunca foi apresentado à frase “João tem 1,90m”, mas que já conhecesse as expressões “João” e “tem 1,90” e seus respectivos sentidos, seria capaz de compreender a frase “João tem 1,90m” sem que lhe fosse necessário uma lição adicional.

Para Dummett, então, as expressões subfrasais devem ter um sentido, mas esses sentidos devem estar completamente relacionados ao sentido das frases nas quais podem ocorrer. Caso se prefira, poder-se-ia dizer que, para

¹⁴³ Cf. *F:POL*, p.3 e pp. 194-95.

¹⁴⁴ Sobre isso, ver o primeiro apêndice.

Dummett, deveríamos dizer que expressões subfrasais têm um sentido em uma acepção diferente daquele no qual dizemos que frases têm sentido.

A razão para o princípio do contexto como uma tese sobre o sentido parece ser, pois, uma razão pragmática, isto é, uma razão ligada à prática de usar uma linguagem: o sentido das expressões seria um meio de realizar certos atos ou de colaborar com sua realização.¹⁴⁵ Por meio do princípio do contexto, seria possível “ver o significado de uma palavra como conectado à nossa prática efetiva de usar a linguagem”.¹⁴⁶ Por isso, caso uma expressão não possa ser conectada ao uso da linguagem à qual ela pertence, tampouco poderíamos lhe atribuir algum sentido.¹⁴⁷

De modo análogo, atribuir um valor semântico a um termo singular, para Dummett, não é um ato que possa ser entendido completamente, a não ser como uma preparação para um ato posterior de dizer algo sobre aquele referente. Em um de seus exemplos, ele supõe alguém que toma em suas mãos um conjunto de cartões coloridos e passa a dizer ao seu interlocutor, à medida que vai mostrando os cartões: “esse azul representa o governo; o verde representa a igreja; esse outro, as forças armadas; etc.”. O que faria tal sujeito seria compreendido pelo interlocutor, mas deixaria de sê-lo se o mesmo sujeito que realizou as estipulações, depois de tê-las feito, guardasse os cartões e, quando questionado sobre o porquê de ter feito tais estipulações, respondesse: “apenas queria que esses cartões representassem aquelas instituições: isso é tudo”. Deixaria de sê-lo, segundo Dummett, porque uma suposição que dava inteligibilidade à sua ação seria infundada, qual seja, a de que ele usaria os cartões para realizar um ato linguístico por meio deles. Por exemplo, que ele usaria um arranjo de cartões para representar algum estado de coisas – uma hierarquia de poder entre as instituições, ou as filiações existentes entre umas e outras, etc. –; ou que os usaria para dar ordens, ou manifestar um desejo¹⁴⁸,

¹⁴⁵ Cf. *The Seas of Language*, p. 38. Uma teoria da força impõe restrições ao que o sentido das expressões subfrasais pode ser. Uma teoria da força, uma teoria dos atos linguísticos, é a parte de uma teoria do significado encarregada de conectar o sentido das expressões com o emprego da linguagem.

¹⁴⁶ *Truth and Other Enigmas*, p. 94.

¹⁴⁷ Dito sem rodeios, Dummett não é um externista sobre o sentido; vide princípio (i).

¹⁴⁸ Nesses dois últimos casos, poderíamos realizar os respectivos atos linguísticos com o auxílio de pronomes demonstrativos acompanhados por gestos ostensivos. Por exemplo, indicando determinados cartões e dizendo “creia nisso!”, “gostaria que esse fosse o líder de todos os outros”, etc.

etc. Por semelhança de casos e baseando-se na assunção de que só é possível estipular a referência de um termo se ao mesmo tempo associarmos um sentido a ele¹⁴⁹, Dummett conclui: “a atribuição de um sentido a uma palavra, se um nome ou uma expressão de outro tipo lógico, apenas tem significância (*significance*) em relação à subsequente ocorrência daquela palavra em frases”.¹⁵⁰ Conferir sentido a uma expressão subfrasal seria estabelecer como ela poderia ser usada em frases e seria por esse motivo que, provavelmente, causaria estranheza caso uma nova palavra tivesse seu sentido fixado, mas propositalmente nunca fosse usada em frases.

1.2. A PRIMAZIA NA EXPLICAÇÃO

Consideremos a seguinte citação extraída de *The Interpretation of Frege's Philosophy*: “como um princípio sobre o sentido, o princípio do contexto destaca as frases como tendo um papel único em qualquer explicação do sentido das expressões”.¹⁵¹ O papel único das frases, ao qual alude Dummett nessa passagem, se traduz em uma prioridade na ordem da explicação da frase sobre as expressões subfrasais. Isto pode ser posto da seguinte maneira: o conceito de expressão subfrasal com sentido é dependente do conceito de frase com sentido; isso é dizer que apenas é possível explicar a noção de sentido de uma expressão subfrasal se estivermos de posse de uma explicação da noção de sentido quando aplicada às frases.¹⁵² Esta seção é um comentário a esta consequência do princípio do contexto entendido como uma tese sobre o sentido.

Dada a primazia explicativa das frases, pode parecer que nos movemos em círculo.¹⁵³ Pois, a explicação da noção de sentido de expressões subfrasais seria dada com referência à sua colaboração para a determinação do sentido de frases e *parece* que deveríamos explicar a noção de sentido de uma frase – isto é, do que é para frases, *em geral*, veicularem sentido – por meio dos sentidos de suas expressões componentes. Em outras palavras, parece que deveríamos explicar a noção de sentido de frases por meio do fato que frases são complexas, compostas por expressões às quais estariam associados sentidos que se

¹⁴⁹ Este é o já mencionado em nota princípio (vi).

¹⁵⁰ F: POL 193-194

¹⁵¹ *The Interpretation*, p. 369.

¹⁵² *The Logical*, p. 101.

¹⁵³ F:POL, p. 5.

combinam de determinado modo. Essa seria, então, um tipo de explicação que apelaria ao princípio de composicionalidade do sentido (princípio iv) para explicar o sentido das frases.

Entretanto, esse círculo deve ser entendido, pensa Dummett, como meramente aparente. A saída dele se daria por meio do apelo à noção de sentido das frases, como dado por meio de seus valores de enunciado. Por exemplo, caso a teoria do significado tivesse uma semântica clássica em sua base, a saída do círculo se daria por meio da noção *condições de verdade*; caso tivesse uma semântica intuicionista, por meio da noção de *condições asseribilidade*. Como todas as teorias do significado devem respeitar a primazia das frases na ordem da explicação, não deve importar, para a questão de saber qual a participação do princípio do contexto como uma tese sobre o sentido no debate entre realistas e antirrealistas, relativamente à qual noção apresentamos a saída do círculo. Assim, vamos prosseguir usando a noção da semântica realista, a noção de *condições de verdade*. Nessa concepção de sentido das frases, elas teriam sentido no caso de serem verdadeiras sob certas circunstâncias e falsas noutras; ou, dito de outro modo, dado que sentido é parte daquilo que se compreende, apreender o sentido de uma frase seria saber as condições sob as quais a frase é verdadeira e as condições sob as quais é falsa.¹⁵⁴

Podemos começar a explicar como ele concebeu a saída do supramencionado círculo por meio do exemplo de um código para palavras da língua inglesa. Esse código seria composto apenas por letras e numerais. Nele os numerais sempre viriam antes das letras, p. ex., “1bcd”, “2hwvq”. A função dos numerais no código seria a de determinar a regra de substituição das letras do alfabeto que viriam depois dos numerais. Dessa maneira, “1dbo” codificaria a palavra “can”, porque “1” nos diria que deveríamos substituir cada letra que o segue na inscrição do código por aquela que a antecede na ordem do alfabeto; do mesmo modo, “2hwv” seria a versão codificada da palavra “fat”, porque o significado de “2” nos diria que “h” está no lugar de “f”, “w” no de “a”, e que “v” deveria ser substituída por “t”. Sobre esse código, Dummett observou que:

Não se pode explicar o papel (*significance*) no código de qualquer numeral ou letra exceto por referência a *noção geral* de representação de uma palavra normal por meio de uma palavra-código: a menos que

¹⁵⁴ F:POL, p. 5.

essa concepção esteja de antemão presente, não há nada que possa ser dito sobre o que os numerais e as letras do código ‘significam’. ¹⁵⁵

Então, a fim de explicarmos o código a alguém que dominasse a língua inglesa, a primeira noção a ser explicada seria a de palavra-código e a primeira tarefa seria dizer algo como: “cada palavra-código é uma versão cifrada de uma palavra de língua inglesa”. Em um segundo momento, seria possível explicar como as letras e os numerais do código auxiliam na codificação, ou seja, seria possível dizer algo sobre como as letras e os números contribuem para a formação de uma palavra-código.

Mutatis mutandis, a noção de sentido de frases deveria ser explicada por meio do que é para esse tipo de item linguístico ter condições sob as quais é verdadeiro e outras sob as quais é falso. O sentido de qualquer expressão subfrasal poderia então ser caracterizado como uma contribuição para a determinação das condições de verdade das frases nas quais pode ocorrer. Dummett prontamente reconhece que esse modo de caracterizar o sentido das expressões subfrasais é “meramente programático” ¹⁵⁶, isto é, apenas oferece um programa a ser seguido a fim de explicarmos o sentido das expressões subfrasais. É preciso categorizar os tipos de expressões subfrasais (por exemplo, categorizá-las como termos singulares, expressões predicativas relacionais, etc.) para que seja possível dizer como colabora cada tipo de expressão.

Dummett resumiu a primazia conceitual da frase sobre as expressões subfrasais em seu famoso lema: “na ordem da *explicação* o sentido da frase é primário, mas na ordem de *reconhecimento* o sentido da palavra é anterior”. ¹⁵⁷

Até aqui temos dito que a frase tem primazia explicativa sobre as expressões subfrasais quanto à questão geral do que é para as expressões de nossa linguagem terem sentido. Vamos passar agora a considerar como as explicações de expressões particulares se ajustam a esse modelo, isto é, vamos considerar se, para Dummett, a primazia das frases deve ser respeitada também quando da explicação dos itens linguísticos particulares.

¹⁵⁵ F:POL, p. 5. Grifos nossos.

¹⁵⁶ F:POL, p. 5

¹⁵⁷ F:POL, p. 4. Tratamos da prioridade da palavra - das expressões subfrasais – na ordem do reconhecimento no apêndice 1.

Dummett frequentemente compara as explicações dos sentidos das expressões subfraseais às explicações que podem ser dadas sobre as regras de um jogo de cartas. Imaginemos alguém que pretendesse nos ensinar um jogo de cartas e para tanto nos dissesse: “a carta ás está acima de todas as outras”, ou “a carta ás é a mais valiosa”. Para oferecer tal explicação, não seria preciso fazer referência explícita ao modo de usar a carta para fazer um lance no jogo – o que seria o equivalente, no carteador, a explicar uma expressão com relação à sua contribuição para a determinação do sentido de frases. Contudo, se depois de enunciadas todas as outras regras do jogo, essa explicação não mostrasse como a carta ás está vinculada ao modo de jogar (digamos que nesse jogo, na prática, todas as cartas tivessem o mesmo valor), então tal explicação estaria incorreta.

Dummett oferece uma explicação semelhante em relação à nossa linguagem:

Qualquer explicação do sentido de uma palavra de qualquer tipo que é enunciada sem explícita alusão a determinação dos valores de verdade das frases nas quais a palavra ocorre alcança seu propósito apenas se, e desde que, os termos nos quais a explicação é dada são subsequentemente usados na estipulação das condições de verdade da frase.¹⁵⁸

Ou bem a explicação de uma expressão subfrasal faria uma alusão implícita, ou bem faria uma alusão explícita ao seu papel em relação às frases.¹⁵⁹ Consideremos o exemplo de uma explicação de uma expressão que compõe a nossa linguagem, a expressão relacional “...é igual a...”, representada pelo sinal “=”. Uma explicação do sentido desse predicado relacional poderia ser dada, sem explícita alusão às frases, do seguinte modo: “=” denota o que quer seja que todo objeto tem consigo mesmo e que nenhum objeto tem com qualquer outro objeto. A tese de Dummett é que essa explicação, mesmo sem fazer uma explícita referência à ocorrência de “=” em frases, pode ser interpretada apenas tendo em vista tais ocorrências. Isto é, tal explicação deveria ser tomada em conjunção com uma regra como: “Se ‘aRb’ é uma expressão relacional, e ‘a’ e ‘b’ são termos singulares, então ‘aRb’ é verdadeira apenas no caso do referente

¹⁵⁸ F:POL, p. 6.

¹⁵⁹ Compare tal modelo de explicação do sentido das expressões subfraseais com, por exemplo, aquele proposto por Locke, de acordo com as palavras exprimiriam ideias.

de ‘a’ ter com o referente de ‘b’ a relação denotada por ‘xRy’”.¹⁶⁰ Essa última regra revela que “=” deve ser entendido como uma expressão relacional. Uma expressão relacional, por sua vez, é concebida como tendo como seu valor semântico uma função de dois argumentos para valores de *enunciado*. Desse modo, revelar-se-ia a conexão entre a explicação do sentido de “=” e sua ocorrência em frases.

O princípio do contexto sobre o sentido, portanto, imporia uma restrição à qual, segundo Dummett, qualquer explicação de uma expressão subfrasal deveria se submeter, qual seja, que nenhuma explicação de uma expressão subfrasal, por mais rica em detalhes que seja, poderia ser avaliada por si mesma. Isso significa que, por exemplo, se **A** é uma frase que explica qual o sentido de uma expressão subfrasal “a”, não seria possível dizer se **A** é uma explicação adequada do sentido de “a” antes de sabermos como **A** poderia ser usada para explicar como o sentido de “a” poderia contribuir para o sentido das frases nas quais pode ocorrer. É por isso que a frase de nosso exemplo, “a carta ás é a mais valiosa”, não poderia ser considerada, por si só, como uma explicação do significado da carta ás. Na verdade, nenhuma frase poderia ser assim considerada, a menos que fosse auxiliada por outras frases sobre outras regras, que juntas forneceria uma explicação de como o jogo funciona. Do mesmo modo, nenhuma explicação poderia ser dada do sentido de uma expressão subfrasal se não levasse em conta a explicação de outras regras e de como essas regras juntas determinam as condições de verdade de certas frases.¹⁶¹

Isso é explicitamente mantido por Dummett em *The Interpretation of Frege’s Philosophy*. Nesse texto, depois de afirmar que o princípio do contexto como uma tese sobre o sentido é “um princípio pelo qual se avalia qualquer explicação de sentido proposta”, ele escreve:

Não podemos avaliar, por apelo a esse princípio, qualquer parte constituinte de uma explicação considerada por si mesma, por exemplo, uma explicação do sentido de uma expressão particular ou mesmo do tipo de sentido possuído por todas as expressões de um tipo lógico particular. Em vez disso, temos que investigar se as explicações dos sentidos das expressões de todos os tipos lógicos nos fornecem, quando tomadas em conjunto, uma explicação plausível de como as condições de verdade são determinadas, e não nos dá nada mais do que é necessário para isso.¹⁶²

¹⁶⁰ Cf. F:POL, 194.

¹⁶¹ Cf. F:POL, p. 6.

¹⁶² The Interpretation, p. 370.

É possível explicar o sentido de uma expressão particular antes de explicarmos a noção geral de sentido de uma frase. A primazia das frases não significa que não podemos enunciar uma explicação do sentido de uma expressão subfrasal antes de termos oferecido uma explicação das condições de verdade das frases nas quais a expressão subfrasal pode ocorrer. O que a primazia da frase estabelece é que não temos como avaliar se essa explicação é correta ou não antes de termos uma explicação do sentido das frases. A explicação será correta caso explique como a expressão subfrasal ajuda a determinar as condições de verdade das frases, em caso contrário, será inadequada. Assim, a fim de avaliar uma explicação de uma expressão subfrasal, é preciso estar de posse de uma explicação das condições de verdade da frase. É desse ponto de vista que o sentido da frase é primário *também* em relação à explicação do sentido das expressões particulares.

Consideremos uma vez mais a explicação da regra associada ao numeral “1” do código acima. Sem dúvida, é possível começar a explicar tal código enunciando a regra associada a esse numeral e às outras expressões que podem compor uma palavra-código. Mas, a fim de avaliar se essas explicações são corretas ou não, é preciso estar munido de uma explicação do que é uma palavra-código. Apenas depois de dispormos de tal explicação é possível avaliar se a explicação da regra associada ao numeral “1” fornece o que dela se exige, a saber, que ela ajude a explicar como uma palavra-código cifra uma palavra da língua inglesa.

Em suma, a noção de sentido de uma frase tem que estar de antemão presente para podermos dizer em que consiste o sentido de uma expressão subfrasal. Isso é relativamente claro, dada a caracterização do sentido das expressões subfrasais como uma colaboração para o sentido das frases. Essa é uma instância do esquema “X é a uma colaboração para Y”. Com base nesse esquema, para compreender “X” é preciso saber o que é “Y”. Assim, o que esse esquema estabelece é que “Y” têm prioridade explicativa sobre “X”; no que nos interessa: as frases têm prioridade explicativa sobre as expressões subfrasais. No que diz respeito às expressões particulares, o esquema ainda se mantém. Podemos explicar o sentido de uma expressão subfrasal, digamos “a”, dizendo: “o sentido de ‘a’ é isso e aquilo”. Mas, dado o esquema, para saber se essa é

uma explicação correta, precisamos estar de posse de uma explicação do sentido das frases nas quais “a” pode ocorrer.

1.3. OBSERVAÇÕES SOBRE O PRINCÍPIO DO CONTEXTO COMO UMA TESE SOBRE O SENTIDO, OUTROS PRINCÍPIOS E TESES

Foi observado que, de acordo com o princípio (v) – o princípio do contexto –, o sentido das expressões subfrasais deve ser entendido como uma contribuição para o sentido das frases, e que essa contribuição deve ser exatamente a mesma para o sentido de todas as frases nas quais a expressão subfrasal pode ocorrer.¹⁶³ No entanto, nada foi dito sobre o que é essa contribuição. Este silêncio deveu-se ao fato de, para Dummett, o princípio do contexto ser um princípio geral que não nos diz especificamente em que consiste o sentido de uma expressão.¹⁶⁴ Como dissemos acima, Dummett entende o princípio do contexto em sua versão sobre o sentido como um princípio por meio do qual devemos *avaliar* qualquer proposta de explicação da noção de sentido.¹⁶⁵ Uma resposta mais precisa sobre em que consiste o sentido de uma expressão subfrasal depende de uma resposta à questão sobre qual é a semântica correta de nossa linguagem. Em uma semântica intuicionista, na qual o valor semântico de um termo singular é um conjunto de sentidos equivalentes¹⁶⁶, a resposta será uma; em uma semântica clássica, na qual o valor semântico de um termo singular é determinado homem, determinada montanha, etc, a resposta será outra.

Há relações relevantes entre o princípio (ii), o princípio da determinação do valor semântico, o princípio (v), o princípio do contexto como uma tese sobre o sentido, e a concepção de Dummett de valor semântico. Dummett descreve suas relações de dois modos semelhantes, porém, ao menos à primeira vista,

¹⁶³ No apêndice, observa-se também que nem todas as frases nas quais pode ocorrer são constitutivas do sentido de uma expressão subfrasal, mas apenas certo número delas e que, por isso, a contribuição que caracteriza o sentido das expressões subfrasais não deveria ser entendida como constituída por todas as frases nas quais pode ocorrer.

¹⁶⁴ Para que o leitor tenha notícia de como Dummett entendeu essa contribuição, podemos dar dois exemplos. O sentido de um termo para um objeto abstrato consistiria em um critério para julgar a verdade de enunciados de identidade nos quais o termo poderia ocorrer. O sentido de um termo para um objeto concreto consistiria em um critério para julgar enunciados de reconhecimento, tais como “este é Pedro”, ou “o terrível comedor de batatas é Pedro”. Cf. F:POL, p. 232 e, em especial, o capítulo 4 do mesmo livro.

¹⁶⁵ Cf. *The interpretation*, p. 369-70.

¹⁶⁶ *The Logical Basis*, p. 125.

não equivalentes.¹⁶⁷ Em um desses modos, ele diz que sua concepção de valor semântico e o princípio (ii), juntos, implicam o princípio (v).¹⁶⁸ De fato, se o valor semântico de uma expressão é a sua característica que determina a verdade ou não-verdade de uma frase na qual ocorre e o sentido de uma expressão consiste na maneira na qual o sujeito apreende seu valor semântico como sendo determinado, então o sentido de uma expressão subfrasal é a sua colaboração para a determinação do valor semântico da frase. Isto é, aquilo que o sujeito apreende quando compreende o sentido de uma expressão subfrasal é um modo particular de determinar o valor semântico de frases nas quais a expressão subfrasal pode ocorrer.

Dummett também exprime a relação entre os princípios (ii), (v) e sua concepção de valor semântico do seguinte modo. Dada sua definição de valor semântico, o que princípio (v) exprimiria é que a noção de valor semântico é a noção correta à qual devemos apelar a fim de explicar a noção de sentido. O princípio do contexto só pode exprimir isso se o princípio (ii) estiver correto. Assim, dado o princípio (ii) e o princípio (v), a noção de valor semântico deveria ser considerada a noção correta à qual deveríamos apelar para explicar a noção de sentido.¹⁶⁹

Sobre os princípios (iv) e (v), além do que foi dito nas seções anteriores, é interessante notar o seguinte. Dummett entende que o princípio (iv) envolve que compreendemos uma expressão complexa por compreender suas partes e o modo como se combinam. Mas, ele interpreta esse princípio como envolvendo ainda outro elemento, a saber, que não poderíamos compreender um sentido complexo sem concebê-lo como tendo essa complexidade.¹⁷⁰ Assim, por força do princípio (iv), (a) para compreender o sentido de uma expressão complexa seria necessário (b) apreender o sentido dessa expressão como tendo uma complexidade correspondente àquela de sua expressão.

O conteúdo do princípio do contexto é que é essencial ao sentido de qualquer expressão subfrasal poder ser combinada com o sentido de outras expressões subfrasais para formar frases cujos valores semânticos são

¹⁶⁷ Esta observação é importante para entender o item (6) do segundo apêndice, cf. p.125.

¹⁶⁸ *The interpretation*, p.369-70, 549.

¹⁶⁹ *The Logical Basis*, p. 138.

¹⁷⁰ *The Logical Basis*, p. 144, 137-138.

determinados pelos sentidos de suas expressões componentes. Ora, uma vez que uma expressão complexa é uma frase ou uma expressão que pode ser obtida pela omissão de um ou mais termos de uma frase, por força do princípio (v), é também suficiente que (b) compreendamos uma expressão complexa como tendo uma complexidade correspondente àquela da expressão para (a) compreendermos o sentido da expressão complexa. Temos então que, pelo princípio (iv), se (a), então (b); e, pelo princípio (v), se (b), então (a). Desse modo, dos princípios (iv) e (v), teríamos: (b) se e somente se (a). ¹⁷¹

Se essas relações entre esses princípios de uma teoria do sentido e sua concepção de valor semântico têm implicações para o problema que nos propomos na introdução, é o que discutiremos no terceiro capítulo. Antes, veremos como Dummett entendeu o princípio do contexto como uma tese sobre a referência.

2. O PRINCÍPIO DO CONTEXTO COMO UMA TESE SOBRE A REFERÊNCIA

Em *Frege: Philosophy of Language*, Dummett afirmou que a interpretação do princípio do contexto como uma tese sobre o sentido, “embora exiba uma parte importante de seu conteúdo, não o esgota”. ¹⁷² Não o esgotaria, porque, como brevemente dissemos acima, também seria parte do princípio uma tese sobre a referência. Desse modo, o princípio do contexto compreenderia duas teses, embora, segundo Dummett, a correção de qualquer uma das teses componentes do princípio não implique a correção da outra. Nesta seção, vamos começar a expor essa outra parte do conteúdo do princípio do contexto.

Uma questão que ocupou Dummett e que está intimamente conectada ao princípio do contexto como uma tese sobre a referência foi aquela de saber como podemos investigar se algo pertence à categoria ontológica dos objetos ou não: estabelecemos que um termo é um termo singular por ele referir a um objeto, ou, inversamente, por estabelecermos que algo é um termo singular, segue-se que seu referente é um objeto? A resposta mais intuitiva é a que enuncia que é por algo ser um objeto que qualquer termo que o nomeie deve ser um termo singular. Essa foi, por exemplo, a resposta que Peter Geach, em *Three Philosophers*,

¹⁷¹ Cf. *The Interpretation*, p. 549; *The Logical Basis*, p. 138.

¹⁷² *F:POL*, p. 495.

atribuiu a Frege.¹⁷³ Segundo Geach, foi pelo fato de Frege ter sustentado a controversa concepção filosófica de que números são objetos que ele teria se visto obrigado a classificar numerais como termos singulares. Nessa concepção, em um primeiro momento, notaríamos que determinada expressão linguística teria como referência certa entidade¹⁷⁴, por exemplo, um número; em um segundo momento, reconheceríamos, pelo caráter da entidade, a categoria ontológica à qual ela pertenceria; por fim, classificaríamos a expressão por meio da qual nos referimos à entidade de acordo com a da categoria ontológica da entidade – caso a entidade fosse um objeto, a expressão seria classificada como um termo singular, caso fosse um conceito, um predicado de primeira ordem com um lugar de argumento, e assim por diante.

Entretanto, visto que essa resposta envolveria aceitar que poderia ser o caso de um termo referir a certa entidade antes de sabermos a categoria lógica do representado, Dummett avaliou que essa resposta não poderia ser a correta.¹⁷⁵ Para exemplificar sua razão para pensar assim, imaginemos alguém que tivesse uma concepção geral de certa categoria ontológica, por exemplo, a categoria dos objetos, e que estivesse em dúvida sobre se certo item linguístico representa uma entidade dessa categoria ou não. Segundo Dummett, isso implicaria também dizer que o sujeito está incerto sobre a categoria lógica do termo, que o sujeito está incerto não apenas sobre o colorido da expressão, mas sobre um aspecto fundamental de seu uso. Uma dúvida desse tipo, pelo que vimos nas seções anteriores, é uma dúvida sobre como a expressão pode figurar em frases e, de modo mais geral, de como a expressão funciona dentro da linguagem. Ora, uma vez que o sentido de uma expressão conecta-se unicamente ao seu papel em frases (princípio v), desconhecer o modo como ela funciona dentro da linguagem seria desconhecer seu sentido; e se não se compreende o sentido de uma expressão, tampouco se poderia compreender que tipo de coisa a expressão teria como referente. Afinal, o sentido determina o valor semântico da expressão (princípio ii).

Pode-se considerar que Dummett está propondo um argumento contra uma posição pouco atrativa, visto que essa posição envolveria uma premissa

¹⁷³ *Three Philosophers*, p. 136.

¹⁷⁴ Por “entidade” refiro-me a qualquer das seguintes categorias ontológicas: objeto, conceito, relação ou função.

¹⁷⁵ *F:POL*, p. 56-57.

falsa, qual seja, a de que é possível investigar diretamente se uma determinada coisa é um objeto, um conceito, ou uma função – isto é, que seria possível realizar uma investigação desse tipo considerando a própria coisa, em vez de como a sua expressão é utilizada dentro de uma linguagem. No entanto, a posição de Dummett pode ser defendida sem precisar supor que a posição oposta está baseada numa crença nessa premissa. Em linhas gerais, isso poderia ser feito da seguinte maneira. Assim como é fundamental à filosofia de Frege que não possamos pensar qualquer pensamento sobre uma entidade a menos que a entidade nos seja dada, ou apresentada, de um modo particular, assim também o é para a filosofia de Dummett. O modo de apresentação no qual a coisa nos é dada é o sentido de uma possível expressão que tem a entidade como referente.¹⁷⁶ Caso tenhamos essa expressão, devemos saber se ela é completa – saturada – ou incompleta e, no caso de ela ser insaturada, quantos lugares de argumento tem e qual ou quais tipos lógicos de expressões são necessários para preenchê-los. Isso deve ser conhecido, pois, é uma parte essencial da caracterização de certa expressão, que determina em boa medida como a expressão funciona dentro de frases. Ora, se sabemos o tipo lógico da expressão, por isso, sabemos também o tipo lógico de seus referentes.¹⁷⁷

Podemos imaginar a seguinte linha de objeção a Dummett. Na linguagem natural, frequentemente a categoria lógica de uma expressão não é aparente. Por exemplo, em § 52 de *Os Fundamentos de Aritmética*, Frege comenta, sobre a expressão “quatro nobres cavalos”, que as palavras “nobre” e “quatro” parecem funcionar do mesmo modo, ambas parecem ter a função de adjetivo.¹⁷⁸ No entanto, para Frege, “quatro” é um termo singular, enquanto que “nobre” é um predicado de primeira ordem – “nobre” seria uma expressão insaturada e “quatro” uma expressão saturada. Assim, visto que julgamos que alguém pode compreender a expressão “quatro nobres cavalos” sem saber que há uma

¹⁷⁶ Cf. *Origins*, 8-9, onde é defendida a tese de que a referência é primariamente da expressão e apenas em uma acepção derivada poderíamos dizer que a referência é uma propriedade do sentido.

¹⁷⁷ Ademais, conhecer o tipo lógico de uma expressão é condição para compreender uma expressão complexa na qual a expressão ocorra como componente. O princípio (iv) requer que devamos ter uma concepção do tipo lógico de uma expressão, isto é, do valor semântico que deve estar associado à expressão. Em caso contrário, não teríamos como compreender como os sentidos componentes das expressões complexas se combinam para formar o sentido do todo.

¹⁷⁸ *Os Fundamentos da Aritmética*, p. 243.

diferença de tipo lógico entre “quatro” e “nobre”, parece ser possível saber como uma expressão funciona dentro da linguagem sem saber o tipo lógico (correto) da expressão.

O modo como Dummett enfrentou esse tipo de objeção foi por chamar a atenção para o fato de que a compreensão da categoria lógica de um termo não precisa ser explícita, isto é, reflexiva. Por dominar as convenções tácitas que arregimentam o funcionamento da linguagem, um sujeito poderia compreender completamente os sentidos das expressões “quatro” e “nobre” mesmo sem nunca ter obtido um conhecimento reflexivo da diferença de funções semânticas dessas expressões.

Dummett adverte, todavia, que uma compreensão implícita está mais sujeita às falsas analogias, que podem levar o sujeito que tenha apenas tal tipo de compreensão da categoria lógica da expressão a fazer enunciados sem sentido. O seguinte exemplo é instrutivo. Em um de seus textos, Dummett comentou que alguns políticos britânicos discutiam o assunto da imigração de negros para o Reino Unido dizendo que o que eles, os políticos, objetavam não era a cor dos imigrantes, mas o seu número. Tais políticos mantinham esse discurso mesmo diante do fato de apenas haver restrições à entrada de imigrantes negros no Reino Unido. Supondo que os políticos estavam de boa fé, o que eles não notavam, de acordo com Dummett, era que a antítese que propunham era uma falsa antítese. Afinal, os políticos britânicos estariam falando sobre o número de *pessoas negras no país*, pois as cores seriam propriedades de objetos e por meio de atribuições numéricas enunciaríamos algo de conceitos. Então, a suposta antítese proposta por tais políticos seria algo como: “não é contra os imigrantes negros que estamos nos opondo, estamos nos opondo contra o número de imigrantes negros”. Por isso, ao propor a antítese, eles não estariam enunciado nada com sentido. Em última análise, eles estariam impondo restrições aos negros. No que diz respeito à consciência reflexiva da categoria lógica de um termo, fica a lição: o sujeito não precisa estar reflexivamente consciente da categoria lógica de um termo, embora conhecê-la possa ser útil para evitar um mau uso da expressão.

Em suma, Dummett defendeu a prioridade das categorias lógicas sobre as categorias ontológicas; isto é, defendeu que as categorias linguísticas teriam

prioridade, em relação à nossa compreensão, sobre as categorias ontológicas¹⁷⁹ – chamaremos essa tese aqui de tese da prioridade sintática.¹⁸⁰

Se a tese da prioridade sintática estiver correta, o problema, por exemplo, da existência ou não de números poderia começar a ser formulado do seguinte modo: “se numerais têm o comportamento lógico típico de termos singulares, então seus referentes são objetos”. Poderíamos agora inferir, sob a suposição de que esse é um condicional verdadeiro de antecedente verdadeiro, que os números existem? Obviamente, não. Restaria ainda justificar que tais termos têm, de fato, referentes; pois, a tese do critério sintático estabelece, nesse caso, tão somente que se os numerais tiverem referentes, eles deveriam ser classificados na categoria ontológica dos objetos. Essa justificativa adicional é fornecida, segundo Dummett, por meio da admissão do princípio do contexto como uma tese sobre a referência. De acordo com o princípio do contexto como uma tese sobre a referência, é apenas no contexto de uma frase que um nome pode ser dito propriamente referir a um objeto.¹⁸¹ Esse princípio nos auxiliaria a justificar a nossa crença em relação à existência de qualquer tipo de entidade e, em particular, em relação à existência dos objetos abstratos.

Na versão sobre a referência, o princípio estabelece que “se um sentido foi fixado para todas as frases possíveis nas quais uma expressão pode ocorrer, então nenhuma estipulação adicional é necessária para conferir uma referência àquela expressão”.¹⁸² Teríamos então a situação descrita na seguinte passagem:

De acordo com o princípio do contexto, o que nos justifica a considerar uma expressão como denotando um objeto é, primeiro, que ela comporte-se como um termo singular, e,

¹⁷⁹ Formulação de *The Interpretation*, p. 384.

¹⁸⁰ Ele pretende que essa tese seja válida para todos os termos de nossa linguagem; aplicar-se-ia, além de aos termos singulares, também às expressões predicativas e relacionais. É também digno de nota que o nome da tese sugere que os critérios para discernir a categoria lógica dos termos são meramente sintáticos. Essa sugestão é enganadora, dado que Dummett em várias ocasiões chamou atenção para o fato de que a análise sintática deve ser feita tendo em vista a subsequente análise semântica de como as frases são determinadas como verdadeiras ou não verdadeiras em acordo com sua composição. Apesar do nome da tese ser infeliz, ele é aqui adotado em respeito ao seu uso consagrado na literatura. Esse nome foi dado a essa tese pela primeira vez por Crispin Wright em sua tese de doutorado, *Frege's Conception of Numbers as Objects*; no original: “the syntactic priority thesis”. Cf. *Frege's Conception of Numbers as Objects*, p. 51 e F:POM, p. 185.

¹⁸¹ *The interpretation*, p. 366.

¹⁸² *The Interpretation*, p. 380. Ou, na elegante expressão de Peter Sullivan: “se o jogo de linguagem funciona, seus termos referem.” Cf. *The Philosophy of Michael Dummett*, p.781.

em segundo lugar, que um sentido definido tenha sido dado para toda frase na qual ela pode ocorrer.¹⁸³

Desse modo, o princípio do contexto sobre a referência funcionaria sob a assunção de que a tese da prioridade sintática está correta e, com seu auxílio, nos forneceria razão para crer na existência de certo tipo de entidade.

Que tipo de razão o princípio do contexto e a tese da prioridade forneceria? Há a tentação de interpretar Dummett como propondo que eles forneceria *razão suficiente*.¹⁸⁴ Porém, mesmo que o princípio como ora considerado e a tese do critério forem necessários, eles não parecem suficientes para nos assegurar a existência de qualquer entidade particular. Pois, em princípio, é possível que saibamos qual a categoria lógica de um termo *a*, por exemplo, bem como tenhamos estabelecido um sentido para todas as frases nas quais desejamos que *a* ocorra, e ainda assim *a* não tenha referência. Esse parece ser o caso, por exemplo, da célebre descrição definida de Russell: “o atual rei da França”.¹⁸⁵

Desde seus primeiros escritos sobre o assunto, Dummett esteve consciente de que o princípio como tese sobre a referência e a tese do critério sintático não parecem fornecer razão suficiente para a existência de uma entidade em particular. Mas ele julgou que o princípio e a tese, juntos, esgotariam as questões filosóficas sobre a existência de certo tipo de entidade. Se um termo tem um comportamento lógico definido e as frases nas quais ocorre têm sentido, todas as questões filosóficas sobre a existência do referente desse termo já estariam respondidas. Poder-se-ia ainda investigar se o termo tem um referente, mas Dummett julgou que a natureza dessa questão já não seria filosófica, isto é, que não seria o tipo de questão que caberia ao filósofo responder.¹⁸⁶

¹⁸³ The Interpretation, p. 382.

¹⁸⁴ Cf. Karen Green, em *The Context Principle and Dummett's Argument for Anti-realism*, p. 97, 100. Coferir também *Dummett: Philosophy of Language*, p. 40-52.

¹⁸⁵ Assumindo aqui que, diferente do que pensou Russell, essa descrição definida é um termo singular genuíno.

¹⁸⁶ Há alguma controvérsia sobre o que Dummett pretendeu por “filosófica” nesse caso, mas basta notar que por meio do uso do termo ele pretendeu salientar que nem todas as questões sobre existência são questões filosóficas. Ele pretendeu, pois, separar uma pergunta pela existência de uma entidade em particular, como, por exemplo, “Sócrates existiu?” ou “há um número primo perfeito menor do que 100?”, de perguntas como “números existem?” ou “o que significa dizer que algo existe?”. Cf. Green, 2001, 2009.

De acordo com Dummett, se o termo de nosso exemplo, *a*, fosse um numeral, a questão sobre se ele tem um referente seria uma questão que caberia a um matemático responder. O que o matemático deveria fazer seria encontrar um predicado “*F*” tal que o enunciado “*a* é *F*, e apenas *a* é *F*” fosse verdadeiro.¹⁸⁷ Encontrar esse predicado e descobrir se ele é verdadeiro de *a* seria uma questão matemática que deveria ser investigada de acordo com os critérios típicos dessa investigação. Do mesmo modo, “a questão de saber se o nome ‘Vulcano’ tem uma referência é uma questão astronômica, nomeadamente, quanto à possibilidade de haver um planeta cuja órbita está dentro da [órbita] de Mercúrio”.¹⁸⁸ Ou seja, essa seria uma questão empírica que caberia ao astrônomo responder de acordo com os métodos de investigação característicos da astronomia, e não uma questão filosófica. Essas questões – a do matemático e a do astrônomo – e tantas outras que poderiam figurar aqui como exemplo, são questões sobre a verdade de certos enunciados existenciais, e questões desse tipo não são consideradas, em geral, filosóficas por Dummett. Se existe ou não um planeta habitável fora nosso sistema solar não é uma questão que deve ser respondida por um filósofo, enquanto filósofo. Como Dummett escreveu em *Nominalism*: “[o princípio do contexto] se destina a ter relevância para discussões filosóficas, não para discussões cotidianas sobre se uma palavra tem referência”.

189

Em estreita conexão com isso, Dummett escreveu, “todo o propósito do princípio do contexto é [...] negar que hajam quaisquer noções filosóficas especiais de existência e de objeto que devem ser distinguidas daquelas utilizadas no correto modo de expressão de nossos pensamentos”.¹⁹⁰ E, em outro lugar, mas ainda sobre o princípio concebido como uma tese sobre a noção de referência: “o único sentido que temos para “existe” é aquele dado pelo quantificador existencial nas frases que ordinariamente usamos”.¹⁹¹ Assim, pensa Dummett, o princípio do contexto funcionaria como uma cláusula proibitiva

¹⁸⁷ Se aceitarmos a semântica clássica, seria suficiente que uma frase que contivesse o termo singular possuísse um dos dois valores de enunciado da semântica clássica, fosse ele o verdadeiro ou o falso. Pois, nessa semântica, se uma de suas partes não tem referência (valor semântico), o todo também não tem. Assim, se a frase é verdadeira ou falsa, segue-se que todas as suas partes têm referência.

¹⁸⁸ F:POL, p. 497.

¹⁸⁹ Nominalism, p. 40.

¹⁹⁰ The Interpretation, p. 386.

¹⁹¹ F:POL, p. 497.

de expressões adverbiais como “de fato”, para formular perguntas como: “a despeito de tal termo ter a função sintática de tal e tal categoria lógica, de acordo com tais e tais critérios, e cientes de que as frases nas quais tal termo ocorre têm um sentido determinado e de conhecermos algumas frases verdadeiras quantificadas existencialmente nas quais ocorre, esse termo tem, *de fato*, uma referência?”; ou, sendo tal termo um termo singular, “há, de fato, o objeto representado por tal termo?”. Isto significa que, por exemplo, uma vez que se aceite que “há um número perfeito entre 7 e 30” é um enunciado verdadeiro, não podemos dizer que, a despeito disso, o número 28, *de fato*, não existe.¹⁹²

O princípio do contexto em sua versão sobre a referência pode ser usado para justificar a existência de uma entidade particular. Mas, neste caso, será necessário que pelo menos uma frase, na qual o termo singular que o nomeia ocorra, seja verdadeira. Quando o princípio do contexto for usado para justificar nossa crença em um objeto particular ou em um tipo de objeto, diremos daqui em diante que o princípio está sendo usado em sua interpretação ontológica.

Dummett também interpreta o princípio em sua versão sobre a referência como tendo uma leitura epistêmica. Essa interpretação do princípio permite explicar como o conhecimento dos objetos é possível. Em especial, como o conhecimento de objetos abstratos é possível. Por definição, objetos abstratos são aqueles que não estão sujeitos às interações causais. Ora, se não podemos entrar em relação causal com os objetos abstratos, como podemos vir a conhecê-los? O princípio do contexto pode ser usado para responder a esse tipo de questão. Com base no princípio contextual, podemos explicar nosso conhecimento desse tipo de objeto como consistindo em um conhecimento do sentido das frases nas quais tais termos ocorrem. Assim, dentre outras coisas, o princípio ofereceria uma alternativa ao modelo de conhecimento de objetos baseados na interação causal entre sujeito e objeto.¹⁹³

2.1. DEFINIÇÕES CONTEXTUAIS E O PRINCÍPIO DO CONTEXTO CONCEBIDO COMO UMA TESE SOBRE A REFERÊNCIA

A existência de uma diversidade de métodos de definição é um fato amplamente conhecido. Um desses métodos é a definição direta, ou explícita. Uma definição

¹⁹²Cf. Truth and Other Enigmas, p. 40 e F: POL, p. 497.

¹⁹³ O princípio do contexto, em sua interpretação epistêmica, nos ensina que a exigência de que o referente de um termo deva poder nos ser mostrada nem sempre é legítima.

explícita de um termo se dá quando o definimos em termos de expressões mais simples, que, por sua vez, já tiveram seus sentidos dados de algum modo. Exemplos de definição desse tipo são: “a direção da reta a é a extensão do conceito ‘paralelo à reta a ’”¹⁹⁴; cavalo é um mamífero hipomorfo; número irracional é todo número real que não possa ser representado por meio de uma razão entre dois números naturais; etc.

Um tipo de definição de natureza distinta é a definição contextual. Esse tipo de definição caracteriza-se por ser um procedimento no qual não se define um termo isoladamente, isto é, nesse tipo de definição não se seleciona um *definiendum*, geralmente posto à esquerda, ao qual se acrescenta, à direita, um *definiens*. Em vez disso, nas definições contextuais, estipula-se as condições de verdade de frases que constituem casos paradigmáticos de ocorrência do termo a ser definido. Por meio dessa estipulação – ou estipulações, no caso de ser necessário mais de uma –, definir-se-ia um termo e, de modo peculiar, isso seria feito no *contexto* de certas frases nas quais termo a ser definido ocorreria. Por exemplo, uma definição contextual do operador matemático de intersecção, “ \cap ”, poderia ser realizada pela estipulação da equivalência entre “ $x \in y \cap z$ ” e “ $x \in y$ e $x \in z$ ”; já uma definição contextual do operador “a direção de x ” poderia ser dada pela estipulação da equivalência de “a direção de x é mesma direção de y ” com “ x é paralelo à y ”.

A definição contextual nos interessa, pois, para Dummett, a admissão desse tipo de definição, como um procedimento legítimo de definição, é uma consequência do princípio do contexto como uma tese sobre a referência.¹⁹⁵ O que se exige de uma definição contextual é que ela nos dê o sentido e a referência da expressão definida. Por meio de uma definição contextual, podemos estipular as condições de verdade de certos enunciados e, em decorrência disso, conferir a eles um sentido. Por força do princípio como uma tese sobre a referência, poderíamos considerar que, dado que foi conferido um sentido a certo tipo de enunciado, então suas partes logicamente relevantes têm referência. Por conseguinte, definições contextuais forneceria sentido e

¹⁹⁴ Os Fundamentos da Aritmética, p. 253. §68.

¹⁹⁵ The Interpretation, p. 363, F:POM, p. 125.

referência às expressões introduzidas. As definições contextuais deveriam, pois, ser admitidas como um procedimento legítimo de definição de termos.

Uma breve exposição de uma definição contextual será útil. Vamos considerar uma definição contextual, meramente ilustrativa, da função “a direção de (...)”.¹⁹⁶ Onde “dir(...)” abrevia “a direção de (...)”, “//” é o sinal de “é paralelo a”, e “a” e “b” são variáveis que variam sobre um domínio composto por linhas, teríamos:

$$\text{dir}(a) = \text{dir}(b) \leftrightarrow a // b.$$

Essa estipulação daria sentido às frases de identidade nas quais a função “a direção de (...)” poderia ocorrer e, dado que essa função nada mais é do que uma função formadora de termos singulares para direções, também dotaria de sentido às frases de identidade nas quais termos singulares para direções podem ocorrer.

Vamos supor que a definição contextual nos possibilitou introduzir um objeto de tipo distinto das linhas, isto é, que por meio da definição contextual direções foram introduzidas em nossa ontologia. Teríamos então agora uma linguagem com dois tipos de entidades: direções e linhas. Na prática, isso significa que as variáveis a e b não podem variar sobre o domínio das direções. Então, para variar sobre o domínio das direções, vamos introduzir as variáveis p e q .

Podemos desenvolver nosso exemplo introduzindo mais um predicado para as direções, o de ortogonalidade. Onde “ $p \perp q$ ” é o modo formal de grafar “ p é ortogonal a q ”, teríamos:

$$\forall p \forall q (p \perp q) \leftrightarrow \exists a \exists b (p = \text{dir}(a) \text{ e } q = \text{dir}(b) \text{ e } a \text{ é perpendicular a } b).$$

Dummett entende como característico de um procedimento de definição que ela nos permita a eliminação da expressão definida, por meio de uma transformação de frases nas quais ocorre a expressão definida em frases equivalentes nas quais ela não ocorre. Como isso é característico de definições, as definições contextuais também estão sujeitas a essa exigência. As definições

¹⁹⁶ O exemplo a seguir é baseado em um trecho de *Frege: Philosophy of Mathematics*, p. 134-135.

acima parecem passar bem por esse teste. Consideremos dois exemplos. Primeiro, o de frases quantificadas:

$$\forall p (...p....);$$

Esta frase poderia, com base nas estipulações definidoras, ser convertida em:

$$\forall a [...dir(a)...];$$

Por sua vez, “ $dir(a)$ ” seria eliminada por, primeiro, encontrarmos uma frase como:

$$dir(a) = dir(b);$$

E então, dada nossa primeira estipulação – isto é, dado que “ $dir(a) = dir(b) \leftrightarrow a // b$ ” –;

$$a//b.$$

O caminho para eliminar os nomes para direções, em uma ocorrência tal como “ $p \perp q$ ”, poderia ser o seguinte. Sendo c e d variáveis que variam sobre o domínio das linhas:

$$p \perp q \leftrightarrow dir(c) \perp dir(d);$$

Por sua vez:

$$dir(c) \perp dir(d);$$

Pode ser convertida em;

$$\exists a \exists b (a//c \text{ e } b//d \text{ e } a \text{ é perpendicular a } b)$$

Desse modo, a linguagem que possuía dois tipos de entidade, isto é, uma linguagem na qual havia quantificação sobre (e referência a) linhas e direções, poderia ser reduzida a uma linguagem na qual há apenas quantificação sobre (e referência a) linhas. Como veremos no próximo capítulo, essas considerações sobre as definições contextuais terão consequências para o debate entre realistas e antirrealistas.

2.2. O PRINCÍPIO DO CONTEXTO COMO UMA TESE SOBRE A REFERÊNCIA E A NOÇÃO DE VALOR SEMÂNTICO

Numa curta passagem de *The Interpretation Of Frege's Philosophy*, Dummett descreve as relações entre o princípio do contexto como uma tese sobre a referência e sua concepção de valor semântico.¹⁹⁷ Ele inicia o trecho perguntando se o princípio do contexto como uma tese sobre a referência é incompatível com sua concepção de valor semântico. Para ter um exemplo por meio do qual pudesse expor sua posição, ele supõe que, ao interpretar uma linguagem formal, postulamos que a constante primitiva “0” denota o número zero. O trecho continua assim:

Nada é pressuposto, por isso, sobre como deveríamos explicar o que está envolvido em considerar um símbolo como denotando esse número; presume-se que se sabe o que é assim considerá-lo. *Con_R* [O princípio do contexto como uma tese sobre a referência] aplicado a este caso, toma como uma hipótese que encontramos algum modo de fixar os sentidos de todas as frases nas quais “o número zero” ocorre, e então, tendo em vista que esta expressão se comporta logicamente como um termo singular, nos licencia a considerá-la como tendo uma referência. [...]. A estipulação do valor semântico de “0” permanece neutra quanto às explicações do que é para um símbolo ter uma dada referência. Sustentar que as referências dos símbolos que compõem uma fórmula, em conjunto, determinam seu valor de verdade não diz nada sobre o que ter uma referência envolve, e é, portanto, compatível com *Con_r* e com sua negação.¹⁹⁸

Todo o trecho é construído para destacar que, seja qual for o valor semântico que adotarmos para as expressões logicamente relevantes de dada linguagem, isso não terá implicações para o modo como deveríamos entender a relação de referência. Não teria implicações porque a concepção de Dummett de valor semântico seria neutra no que diz respeito ao modo como deveríamos entender a relação de referência. Em miúdos, uma vez definido valor semântico como aquela característica de uma expressão da qual depende a verdade ou não-verdade de qualquer frase na qual a expressão ocorra, nada se seguiria sobre como deveríamos explicar a relação das expressões com essa característica, com seu valor semântico. Por exemplo, se adotarmos como valor semântico do termo “0” um objeto matemático que existe atemporalmente e que pode ter propriedades epistemicamente inacessíveis para nós; ou se adotarmos a concepção segundo a qual o valor semântico de “0” é um conjunto de sentidos equivalentes, nada seria prejudicado por essas estipulações sobre como

¹⁹⁷ The Interpretation, p. 549-50.

¹⁹⁸ The Interpretation, p. 549-50.

deveríamos explicar a relação de “0” com seu valor semântico. Isto é, considerações sobre a natureza do referente não afetariam como a relação de referência deve ser explicada, desde que o referente seja o valor semântico da expressão.

O trecho pôde ser assim redigido, a fim de responder à questão sobre se a noção de valor semântico é incompatível com “ Con_R ”, porque Dummett entende como essencial ao princípio do contexto como uma tese sobre a referência que ele forneça uma resposta a esta outra questão: o que é para um sinal denotar certa entidade? ¹⁹⁹ Ou, em uma recente formulação de Linnebo: “o que torna o caso que um objeto sintático ‘morto’ – alguma marca de tinta sobre o papel (...) – ‘alcance’ algum referente com o qual o termo singular não mantém nenhuma conexão intrínseca?”. ²⁰⁰ Uma instância dessa pergunta é, por exemplo: o que é para a expressão “Monte Everest” ter determinada montanha como seu referente, em que consiste a relação entre essa expressão e essa montanha? Segundo Dummett, o princípio como uma tese sobre a referência estabelece que para uma expressão manter com certa entidade uma relação de referência é, para a primeira, ocorrer em frases com um sentido determinado. ²⁰¹ Em sintonia com o princípio do contexto, não seria em *decorrência* de nosso uso de um termo singular em frases com um sentido determinado que chegaríamos a referir a objetos, pois, referir a um objeto e usar um termo que o nomeia em frases com sentido seria uma e a mesma coisa. ²⁰²

Embora o princípio do contexto seja neutro em relação à noção dummetiana de valor semântico, a relação de referência será pensada de modo distinto pelo realista e pelo antirrealista. Certo tipo de antirrealista, por exemplo, não aceitará que termos para os quais não temos método efetivo de identificar o

¹⁹⁹ Há uma intrigante semelhança entre as explicações de “denotar”, ou “referir”, e do predicado “é verdadeiro”. Sobre essa semelhança Cf. *Origins Of Analytical Philosophy*, p.19-20. Cf. também F:POM, p. 195.

²⁰⁰ Frege's Context Principle and Reference to Natural Numbers, p. 14.

²⁰¹ A qualificação “determinado” posposta ao termo “sentido”, nesse período, merece uma nota. Para Dummett, dizer que um sentido é determinado, não o contrário de dizer que ele é vago. Vagueza e indeterminação são, para ele, fenômenos distintos. Um conceito é vago quando há pelo menos um objeto do qual faz sentido perguntar se ele cai ou não sob aquele conceito, mas para a qual não há resposta – e se há, ela não é a única admissível. Um conceito é indeterminado em relação a um objeto se a pergunta sobre se esse objeto cai ou não sob esse conceito nem mesmo surge. Exemplos: o conceito “ser azul” é indeterminado para o número 2; o conceito “ser um monte” é vago para sete grãos de arroz. Cf. F:POL, p. 647, e *The logical Basis*, p. 326.

²⁰² *The Interpretation*, p. 141-142.

seu referente tenham referência. Não aceitará que possa haver uma relação de referência entre certas expressões e certas entidades nas quais o realista acredita. Um extremado antirrealista sobre o passado, por exemplo, pode não admitir que os termos para entidades de um passado muito remoto refiram. Mas o desacordo entre realista e antirrealista nesse caso não é sobre a correção ou não do princípio do contexto sobre a referência, em vez disso, é um desacordo sobre os sentidos dos enunciados nos quais ocorrem tais expressões. Dummett é enfático quando diz que o princípio do contexto sobre a referência pressupõe, para sua aplicação, que o sentido dos enunciados já tenha sido estabelecido. O desacordo entre realistas e antirrealistas sobre quais entidades referem está, pois, no nível do sentido.

CAPÍTULO III: REALISMO E PRINCÍPIO DO CONTEXTO

1. O REALISMO E O PRINCÍPIO DO CONTEXTO

Uma vez reconhecida a distinção feita por Dummett entre os dois modos de entender o princípio do contexto, como uma tese sobre a referência e como uma tese sobre o sentido, a pergunta que é mote desta dissertação pode (e talvez deva) se dividir em duas. São elas: “a neutralidade da formulação é prejudgada pelo duplo papel do princípio como uma tese sobre a referência?”, “e como uma tese sobre o sentido?”. Uma vez dividida, a questão original perde boa parte de sua cogência, porque agora surge a possibilidade de não ser o mesmo princípio que desempenha um duplo papel. Pode ser que o princípio como uma tese sobre o sentido desempenhe um papel metodológico na formulação do debate contemporâneo sobre o realismo e que apenas o princípio como uma tese sobre a referência tenha consequências antirrealistas. Se esse for o caso, a impressão de que há uma tensão entre os papéis do princípio tende a desaparecer. Além do mais, deve-se admitir que essa é uma leitura mais caridosa dos textos de Dummett e, por isso, preferível.

Até o presente momento, no entanto, nem mesmo foi dito como o princípio do contexto – seja em sua versão sobre a referência ou em sua versão sobre o sentido – participa da formulação de Dummett do debate sobre o realismo. Na verdade, seja nessa ou naquela versão, nem mesmo foi dito que ele participa. Tampouco foi dito como o princípio do contexto, em qualquer de suas interpretações, teria consequências antirrealistas; além disso, nem mesmo é claro que ele, de fato, as tenha. Este capítulo tem a finalidade de responder a essas demandas. Isto é, este capítulo destina-se a responder, mesmo que de forma provisória e parcial, às seguintes questões: o princípio do contexto tem participação na caracterização do realismo? No caso de resposta afirmativa, em qual versão e de que modo ele participa da formulação? O princípio do contexto tem consequências antirrealistas? Se ele as tem, ele as tem quando interpretado como um princípio sobre o sentido, sobre a referência, ou sobre ambos? Quando essas questões forem respondidas, a questão sobre se o princípio do contexto prejudga o debate entre realistas e antirrealistas terá também obtido sua resposta.

2. O PRINCÍPIO DO CONTEXTO E A CARACTERIZAÇÃO DO REALISMO

2.1 UMA BREVE INCURSÃO PELA CARACTERIZAÇÃO INICIAL DE DUMMETT DO REALISMO

Karen Green defendeu que o princípio do contexto teve um papel essencial na caracterização inicial de Dummett da posição realista e, uma vez que as posições antirrealistas não passam de reações ao realismo, também da posição antirrealista.²⁰³ Segundo Green, apesar do princípio do contexto ter tido um papel essencial nas caracterizações iniciais da posição realista, em um momento posterior, como um reflexo da recusa de Dummett de certa interpretação do princípio do contexto, a caracterização do realismo teria sofrido alterações. Analisar a tese de Green é útil para entender o tipo de papel que o princípio do contexto poderia ter na caracterização do realismo, e isso, por sua vez, pode ajudar a entender como uma adesão ou uma rejeição do princípio do contexto altera aquilo que deve ser considerado como essencial a uma posição realista. Antes de passarmos a essa análise, faremos alguns comentários sobre a caracterização inicial de Dummett do realismo.²⁰⁴

Na caracterização dummettiana inicial, o realismo não consiste em uma adesão irrestrita à semântica clássica; o realismo consiste em uma adesão irrestrita apenas ao princípio de bivalência. Desse modo, ser realista sobre qualquer dos enunciados da classe em disputa se resumiria a sustentar o princípio de bivalência para aqueles enunciados.²⁰⁵ Contudo, à época dessa formulação da posição realista, Dummett defendia que nem toda rejeição da bivalência implicaria antirrealismo. Haveria uma espécie de limbo: uma posição no debate que nem poderia ser adequadamente descrita como realista, nem como antirrealista; muito embora fosse uma posição que apresentasse mais semelhanças com uma posição realista. Vejamos os motivos de Dummett ter admitido essa posição intermediária.

Ainda à época de sua caracterização inicial, ele distinguia entre razões *profundas* e *superficiais* para rejeitar a bivalência: as profundas implicariam

²⁰³ Cf. Dummett: *Philosophy of Language*, p. 1, 24-30. A posição de Green é exposta com mais detalhes em: *The Context Principle and Dummett's Argument for Anti-realism*.

²⁰⁴ Nesse trabalho, não estamos seguindo o desenvolvimento das ideias de Dummett. Se Dummett apresenta uma tese e depois a reformula propondo algumas alterações, apresentamos apenas a tese em sua última versão. Aqui não estamos interessados na evolução do pensamento de Dummett. Essa foi a razão de não termos mencionado que o modo como Dummett caracterizou o realismo e o antirrealismo mudou no transcorrer de sua carreira – o que, diga-se de passagem, é natural, tendo em vista a extensão de sua carreira filosófica.

²⁰⁵ Cf. *Realism*(1963); e *The Interpretation*, p. 437.

antirrealismo; as superficiais, não. As superficiais seriam representadas pelo tratamento dado por Strawson e Frege aos enunciados com termos singulares sem referentes e resultariam em uma negação da bivalência. As profundas seriam aquelas que não nos levariam a negar a bivalência, e sim, a uma recusa em asserti-la.²⁰⁶ Tipicamente, essas seriam as razões aduzidas pelos intuicionistas em filosofia da matemática.

Como é sabido, Strawson objetou à teoria das descrições de Russell, segundo a qual descrições definidas não são termos singulares. Segundo Strawson, uma característica de nosso uso de frases nas quais ocorrem descrições definidas seria a pressuposição de que essas expressões complexas têm um referente. Quando essa pressuposição fosse infundada, como em uma elocução de “O atual rei da França é calvo”, então a elocução da frase não seria nem verdadeira nem falsa.²⁰⁷ Por conseguinte, visto que às vezes ocorre a elocução de frases com termos singulares genuínos, mas sem referentes, nem toda frase seria determinadamente verdadeira ou falsa. Então, pelos menos na qualidade de princípio geral, a bivalência estaria incorreta.

A posição de Strawson parece implicar que alguma instância da fórmula “ $\sim(P \text{ ou } \sim P)$ ” seria verdadeira. Porém, visto que “ $\sim(P \text{ ou } \sim P)$ ” é logicamente equivalente a “ $(\sim P \text{ e } \sim \sim P)$ ”, negar “ $(P \text{ ou } \sim P)$ ” seria incorrer em contradição. Com o propósito de evitar a contradição, aquele que rejeita a bivalência pode defender a existência de um terceiro valor de verdade para certos enunciados. Naturalmente, a admissão de um terceiro valor de verdade mudaria o significado das constantes lógicas. Mas, o que interessa dizer é que, no caso de “P” ter esse terceiro valor de verdade, “ $(\sim P \text{ e } \sim \sim P)$ ” também teria esse mesmo valor e, por isso, não seria contraditória. Ou seja, “ $(\sim P \text{ e } \sim \sim P)$ ” não seria logicamente falsa, pois nenhuma de suas instâncias seria falsa, todas elas teriam o terceiro valor de verdade.

²⁰⁶ Não assertir a bivalência não é a mesma coisa que negá-la. Se alguém asserte a bivalência, ele compromete-se com o fato de que uma frase com sentido, digamos *Fa*, é determinadamente verdadeira ou falsa. Se ele nega a bivalência, então, para ele, *Fa* pode ser verdadeira, falsa ou não ter nenhum desses dois valores. Se ele, por fim, apenas não asserte a bivalência, ele estará assumindo uma posição intermediária, uma posição que se caracteriza por não se comprometer com o fato de que *Fa* tem que ser verdadeira ou falsa, nem com o fato de que *Fa* tem um terceiro valor de verdade. Ou seja, nesse último caso, o sujeito mostra-se incerto sobre se todas as frases são verdadeiras ou falsas, ou se há alguma exceção a isso.

²⁰⁷ Strawson deve ser entendido à luz do seguinte raciocínio: quando P pressupõe Q, e Q é falso, então P não é nem verdadeiro nem falso.

Por outro lado, as razões profundas para recusar a bivalência já foram mencionadas – como no caso da conjectura de Goldbach. Seriam aqueles casos nos quais ainda estaria em aberto se o enunciado seria verdadeiro ou falso; ou, o que é o mesmo para um intuicionista, aqueles casos nos quais estaria em aberto se poderíamos construir uma prova de sua correção ou de sua incorreção. Note-se que o intuicionista não afirma que há alguma instância de “ $\sim(\sim P \vee P)$ ” que é verdadeira; uma afirmação que o levaria a uma contradição, dado que ele não aceita outros valores de verdade além do verdadeiro e do falso. Ele se limita a não asserir a bivalência, ele não a aceita como um princípio geral, mas isso não significa que ele a negue no sentido de acreditar que há uma instância de “ $\sim(\sim P \vee P)$ ” que seja verdadeira. Dito de modo mais exíguo, o intuicionista aceita o *tertium non datur*, mas não o princípio de bivalência.²⁰⁸

A partir da publicação de *The Interpretation of Frege's Philosophy*, Dummett abandona a distinção entre razões profundas e superficiais para rejeitar a bivalência. Mais do que isso, abandona a pretensão de formular qualquer distinção entre razões para rejeitar a bivalência.²⁰⁹ Desde então, ele passa a considerar que qualquer rejeição da bivalência implica uma posição antirrealista. E, além disso, acrescenta à sua formulação original, dada tão somente em termos do princípio de bivalência, uma tese sobre como os valores semânticos dos enunciados são determinados – tese essa que tem como seu elemento central a participação da noção de referência na determinação dos valores de verdade dos enunciados da classe em disputa.

2.2 A PROPOSTA DE GREEN

Feita essa breve digressão, podemos agora considerar a posição de Green. De acordo com ela, “a aceitação por Dummett de uma versão do princípio do contexto justificou sua adesão inicial da afirmação de que é a frase que é o veículo primário de significado”.²¹⁰ Partindo dessa atribuição de uma versão do princípio do contexto a Dummett, Green escreve:

²⁰⁸ O *tertium non datur* é o princípio que diz que nenhum enunciado é nem verdadeiro nem falso. Há uma lista de princípios semânticos e o modo como Dummett os entende em *Truth and Other Enigmas*, p. xix.

²⁰⁹ *The Interpretation*, p. 438.

²¹⁰ *The Context principle and Dummett's Argument for Anti-Realism*, p. 94.

Tendo aceitado que o princípio do contexto implica que a frase é o veículo primário de significado, a disputa entre realistas e idealistas se tornou uma disputa sobre a noção de verdade para as frases. Realistas adotam a lógica clássica. Dummett compreendeu os antirrealistas como vinculando a noção de verdade ao uso que fazemos de frases, e isso o conduziu a considerar a recusa em asserir a bivalência como a característica (de uma perspectiva internista) do antirrealismo. Como os realistas, os defensores da lógica polivalente suprimiram a conexão da verdade com o uso, e, assim, introduziram uma noção de verdade tão inaceitável quanto a dos lógicos clássicos.²¹¹

Em linhas gerais, Green argumenta do seguinte modo. O princípio do contexto implica que as frases são os veículos primários de significado. Se as frases são os veículos primários, então, a disputa entre realistas e antirrealistas (idealistas) deve ser sobre características do significado de frases. Mais especificamente, deve ser sobre a noção de verdade relevante para as frases da classe em disputa, sobre se a noção de verdade dos enunciados em disputa está sujeita à bivalência ou não. Uma adoção irrestrita da bivalência implica uma noção de verdade não-epistêmica, isto é, se a bivalência é um princípio correto para certa classe de enunciados em disputa, esses enunciados serão verdadeiros ou falsos independentemente dos meios de que dispomos para descobrir esse valor de verdade. Certo modo de entender o lema wittgensteiniano, segundo o qual significado é uso, tem como consequência que o significado de uma frase não pode conter nada que não seja manifesto em seu uso. Isso pode ser posto nos seguintes termos: se duas pessoas concordam completamente sobre o uso de um enunciado, então elas estão de acordo sobre seu significado.²¹² Uma noção de verdade para a qual a bivalência estivesse correta permitiria frases como “todo o universo duplica de tamanho a cada dois segundos”. Para frases como essa, onde não dispomos de qualquer meio para descobrir seu valor de verdade, não haveria diferenças no comportamento ou nas capacidades de alguém que a tivesse compreendido e alguém que não a tivesse. (Na verdade, um sujeito que alegasse compreender tal frase poderia ter o seu comportamento verbal levemente alterado, mas, do mesmo modo, alguém que alegue compreender “o número dois é mais pesado que o número um” poderia ter mudanças em seu comportamento verbal. Em ambos os casos, a sugestão é a mesma: a diferença de comportamento não teria como razão a compreensão de um enunciado).

²¹¹ The Context Principle and Dummett's Argument for Anti-Realism, p. 104.

²¹² Truth and Other Enigmas, p. 216.

Certo modo de ver a conexão do significado de frases com seu uso, então, teria como consequência o abandono do princípio de bivalência.

Ora, como vimos acima, há rejeições do princípio de bivalência que não estão baseadas em considerações sobre a noção de verdade que os enunciados possuem, em vez disso, estão baseadas no caráter referencial dos termos singulares. Essas rejeições da bivalência não seriam motivadas por considerações sobre as relações entre significado e uso.²¹³ Mais do que isso, são posições que afirmam que há um espaço lógico entre dizer algo com sentido que seja incorreto e dizer algo falso. São posições, portanto, que separam a noção de incorreção de asserções da noção de falsidade.²¹⁴ Da perspectiva de Dummett, essa dissociação apenas pode ser feita se não aderirmos à tese de que o significado é completamente determinado por seu uso. Assim, os que negam a bivalência para enunciados com termos singulares sem referentes, auxiliadas pela introdução de outros valores de verdade, seriam tão realistas quanto os que defendem uma noção de verdade não-epistêmica.

Como também vimos acima, com a intenção de separar os casos de abandono da bivalência que implicariam uma interpretação antirrealista dos enunciados da classe em disputa daqueles que seriam compatíveis com o realismo, Dummett teria tentado formular um critério para distinguir entre razões superficiais e profundas para rejeitar a bivalência. Ele teria, então, adotado a política de considerar a bivalência uma condição necessária para uma interpretação realista de certos enunciados. Assim, para Green, visto que a caracterização inicial de Dummett dependia do princípio do contexto, suas caracterizações posteriores seriam um sinal de seu abandono do princípio do contexto.²¹⁵

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE KAREN GREEN

A primeira coisa que salta aos olhos é o modo como Green formula aquilo que ela considera ser uma consequência de certa versão do princípio do contexto, ela escreve: “a frase é o veículo primário de significado”.²¹⁶ Esse modo de

²¹³Ao menos, não de modo evidente.

²¹⁴F:POL, p 417-19 Cf. também: Dummett: *Philosophy of Language*, p. 26-27, *Truth and Other Enigmas*, 25-29.

²¹⁵The Context Principle and Dummett's Argument for Anti-Realism, p. 93.

²¹⁶Em inglês: “the sentence is a primary vehicle of meaning”. Dummett: *Philosophy of Language*, p. 27. *The Context Principle and Dummett's Argument for Anti-realism*, p. 94, 104.

expressão é típico nos textos de Quine e muito raramente ocorre nos textos de Dummett.²¹⁷ Na verdade, Dummett usa esse modo de expressão tão somente quando está discutindo o holismo de Quine e suas relações com o princípio do contexto. Ao que tudo indica, Dummett, quando assim se exprime, o faz para, por assim dizer, padronizar o vocabulário no qual se dará a sua crítica a Quine. Dummett é bastante claro sobre como ele entende essa expressão: “há um claro sentido no qual podemos dizer que [...] a frase é o veículo primário de significado: o sentido de uma palavra pode ser explicado apenas por referência às suas ocorrências em frases.”²¹⁸ Desse modo, apesar do jargão “a frase é o veículo primário de significado” não ser um que Dummett tenha escolhido para exprimir suas ideias sobre o princípio do contexto, ficaria ao menos estabelecido qual versão do princípio do contexto Green julga ser relevante para a caracterização inicial de Dummett do debate sobre o realismo. A versão relevante do princípio do contexto seria a sua versão sobre o sentido, o princípio (v).

Entretanto, essa não é a interpretação de Green. Para ela, “a interpretação inicial de Dummett do princípio do contexto o faz soar menos como uma *restrição* sobre a atribuição de referência, e mais como uma *condição suficiente* para conferir referência”.²¹⁹ A versão do princípio do contexto referida por Green é a versão do princípio como uma tese sobre a referência. Isso é evidente em seu artigo. Nele, ela não apenas cita uma formulação do princípio do contexto como uma tese sobre a referência de *The Interpretation of Frege’s Philosophy*, como também, em diversas ocasiões, chama atenção para como o princípio do contexto estabeleceria uma condição suficiente para a posse de referência por uma expressão. E, como vimos, entender o princípio como uma condição suficiente para posse de referência é entendê-lo em sua versão sobre a referência. No entanto, deve-se reconhecer que parece haver duas ocasiões nas quais ela não se refere ao princípio como uma tese sobre a referência – essas aparentes exceções serão discutidas abaixo.

Poder-se-ia talvez alegar, em defesa de Green, que o princípio do contexto como uma tese sobre a referência pressupõe a correção do princípio (v). Desse modo, se o princípio (v) estabelece que a frase é o veículo primário

²¹⁷ Cf. From a logical point of View, p. 39, p. 6. Cf. também Epistemology Naturalised, p. 72.

²¹⁸ F:POL, p. 595.

²¹⁹ The Context Principle and Dummett’s Argument for Anti-realism, p. 97.

de significado, o princípio como uma tese sobre a referência também implicaria a primazia da frase. Em todo o caso, a versão do princípio que teria como consequência que frases são o veículo primário de significado seria o princípio (v). Diante disso, vamos aqui nos permitir supor que a versão do princípio que teria participação na formulação do debate, para Green, é o princípio (v).

Em uma melhor situação sobre qual versão do princípio do contexto seria relevante, podemos começar a avaliar uma das premissas do argumento de Green esboçado acima. Uma premissa crucial no argumento é a que enuncia que, dado que as frases tem certa primazia, então, a disputa torna-se uma sobre a noção de verdade.²²⁰

Não é claro como a afirmação de que os veículos primários de significado são as frases, isto é, como a afirmação de que, na ordem da explicação, o sentido das frases tem primazia em relação ao sentido das expressões subfrasais, implica que o desacordo entre realistas e antirrealistas deve ser sobre a noção de verdade. Infelizmente, Green não menciona, tampouco cita, qualquer trecho de Dummett que corrobore a interpretação de que o princípio teria esse papel na formulação inicial do debate entre realistas e antirrealistas.²²¹ A despeito disso, o que pode ser alegado com base nos textos de Dummett para sustentar que o princípio do contexto tem um papel na formulação do debate?

Em *The Interpretation of Frege's Philosophy*, Dummett afirmou que o princípio da determinação do valor semântico e sua concepção de valor semântico implicam, em conjunto, o princípio do contexto como uma tese sobre o sentido.²²² Em *The Logical Basis of Metaphysics*, ele escreveu:

[...] definimos o valor semântico de uma expressão [...] como aquela característica dela que determina a verdade ou não verdade de uma frase na qual ela ocorre. Quando “valor semântico” é assim compreendido, o que o princípio (v) exprime é que o valor semântico foi a noção correta a se apelar para explicar a noção de sentido; valor

²²⁰ A rigor, Green não se exprime por meio de um condicional, como é possível ver no trecho citado acima. Mas como entender que o princípio tenha algum papel no argumento senão desse modo, isto é, a não ser que o entendamos como o antecedente de um condicional que tem como consequente uma frase sobre qual a noção relevante na disputa entre realistas e antirrealistas?

²²¹ Ela também não cita, nem menciona, qualquer trecho que justifique essa sua afirmação em seu livro sobre Dummett, *Dummett: Philosophy of Language*.

²²² *The Interpretation of Frege's Philosophy*, p. 549.

semântico é precisamente o que devemos considerar o sentido como determinando.²²³

Essa passagem é um comentário sobre a relação entre valor semântico e o princípio (v). O princípio (v) serviria como razão para adotarmos a noção de valor semântico como aquela noção por meio da qual devemos explicar a noção de sentido. Mas, gostaríamos de chamar atenção para duas importantes pressuposições no trecho. A primeira é que o sentido é aquilo que determina o valor semântico, o princípio (ii). É com base nesse princípio que Dummett justifica que devemos explicar o sentido de uma expressão relativamente a seu valor semântico – o que claramente é pressuposto na passagem acima. Ora, aceitar os princípios (ii) e (v) nos compromete a considerar o valor semântico das expressões subfraseais com relação aos valores semânticos dos enunciados, mas não em relação aos seus valores de verdade. Assim, patenteia-se uma segunda pressuposição na passagem acima, a saber, a ideia de que a noção de verdade tem um papel fundamental na explicação da noção de sentido. É bem verdade que na semântica clássica os valores de verdade são precisamente aquilo que os valores de enunciado são; porém, como já fizemos notar, isso é uma peculiaridade dessa semântica. Há semânticas cujos valores de enunciado não são o verdadeiro ou o falso, ou qualquer outro valor de verdade. Assim, sobretudo em razão da existência de tais semânticas, o segundo pressuposto precisa ser justificado.

De saída, no entanto, deve-se reconhecer que este último pressuposto é intuitivo. Ele deve sua força à conexão que geralmente se presume existir entre significado e verdade.²²⁴ Quando os filósofos discutem, por exemplo, se frases

²²³ The Logical Basis of Metaphysics, p. 138.

²²⁴ Por exemplo, Cf. O Pensamento; *Tractatus Logico-Philosophicus*, 4.024. Observe-se o seguinte. As condições de verdade de uma frase determinam o pensamento que pode ser expresso por meio de uma elocução dela, mas também governam o uso que pode ser feito dessas frases em uma conversa, por exemplo. Parece possível, então, descrever o uso diretamente e considerá-lo como determinando seu significado. Isto é, em vez de caracterizar as condições de verdade das frases e, em seguida, explicar como os usos das frases dependem de seu significado como caracterizado com relação às suas condições de verdade, opta-se por descrever diretamente seus usos. Nesse caso, a noção de verdade perderia o seu papel central em uma explicação do significado das frases. Esse parece ter sido o curso adotado pelo segundo Wittgenstein. Dummett não concorda com essa alteração de curso. Adotar a abordagem wittgensteiniana tem como consequência uma abordagem fragmentária. O caráter assistemático, que Wittgenstein veria com bons olhos, é para Dummett um defeito. Em favor de Dummett, podemos citar o seguinte: “sistematização não [...] é motivada somente por um desejo de ordem: como uma apresentação axiomática de uma teoria matemática, ela serve para isolar pressuposições iniciais.” (Origins Of Analytical Philosophy, p. 20.)

que atribuem valores morais a atos, ou a pessoas, podem ser consideradas verdadeiras ou falsas, eles não pretendem estar discutindo apenas a aplicação dos predicados “...é verdadeiro” e “...é falso”. Em vez disso, elas pretendem estar discutindo o significado desses enunciados. Essa conexão também é apontada pela ideia que apreendemos o que uma frase significa quando apreendemos o que a torna verdadeira.²²⁵ Muito embora a ideia seja confortavelmente intuitiva, Dummett não pressupõe que a noção verdade tenha um papel fundamental na explicação do significado, muito menos se contenta em indicar o caráter intuitivo que essa ideia tem. Ele argumenta em favor dela.²²⁶ No entanto, a fim de voltarmos ao fio do argumento, vamos nos limitar a considerá-la intuitiva.

Chegamos, então, à seguinte situação. A noção de verdade é essencial a uma explicação da noção de significado de frases. O sentido de qualquer expressão subfrasal deve ser explicado relativamente ao sentido de frases. A noção de sentido deve ser explicada por meio da noção de referente. O referente de uma expressão deve ser a sua característica da qual depende a verdade ou não-verdade de qualquer frase na qual ocorre. Então, essa noção geral de referente (valor semântico) é a noção correta a se apelar em uma explicação do significado. Ademais, as posições realistas e antirrealistas envolvem teorias do significado, isto é, modos de entender a noção de significado e, portanto, a noção de verdade. Por tudo isso, os princípios (ii), (v) e a tese de que as noções de significado e verdade devem explicadas juntas, estabelecem os termos nos quais se dará a disputa entre realistas e antirrealistas.

Terá sido essa a linha de raciocínio que levou Green a pensar que, dado que a frase é o veículo primário de significado, o debate entre realistas e antirrealistas deve ser sobre a noção de verdade para os enunciados da classe em disputa? Com base em seu livro, *Dummett: Philosophy of Language*, e no supramencionado artigo sobre o princípio do contexto, é impossível ter certeza. Em nenhuma ocasião, ela tenta explicar o que pretendeu ao dizer que o princípio do contexto tem um papel fundamental na caracterização inicial de Dummett do debate entre realistas e antirrealistas. Por outro lado, não há nada nesses dois textos que desautorize a atribuição dessa interpretação a ela. Por isso e na

²²⁵ *Origins of Analytical Philosophy*, p. 15.

²²⁶ Cf. *The Logical Basis*, cap. 6.

ausência de uma sugestão melhor, vamos supor que essa tenha sido a interpretação de Green.

Uma vez localizado o papel do princípio do contexto na caracterização do realismo, podemos agora avaliar outro elemento da interpretação de Green. De acordo com ela, “seguindo o princípio que a frase é o veículo primário de significado, Dummett tentou, em seus primeiros escritos, distinguir entre razões profundas e superficiais para suspeitar da bivalência.” ²²⁷ Em outras palavras, o princípio teria um papel na caracterização *inicial* do debate; naquelas formulações nas quais a adoção irrestrita da bivalência caracteriza completamente o realismo, ainda que nem todas as rejeições da bivalência caracterizassem antirrealismo. Sobre isso, o seguinte trecho de Green é oportuno:

A razão por que essas objeções foram consideradas superficiais foi porque o terceiro valor de verdade que é introduzido não está relacionado ao uso que fazemos de frases quando elas são asseridas por si mesmas. Na verdade, Dummett afirmou que ‘qualquer outra característica do significado deve consistir em sua contribuição para o que é transmitido pela elocução de alguma frase completa’ (Dummett 1973, p. 449). Podemos ver por trás disso uma adesão ao princípio do contexto como discutido acima. ²²⁸

As objeções às quais Green faz alusão no início da passagem são aquelas direcionadas contra a bivalência em razão de certas expressões não terem referentes. Na passagem, Green tenta vincular o princípio do contexto ao fato de que significado é aquilo que pode ser transmitido por meio de uma elocução de uma frase completa. ²²⁹ A introdução de um terceiro valor de verdade em decorrência da recusa em asserir a bivalência não seria motivada por nenhuma característica do uso de frases completas. A introdução de um terceiro valor de verdade teria como motivação apenas facilitar uma explicação do comportamento lógico de certas frases atômicas quando elas ocorrem em frases

²²⁷ The Context Principle and Dummett’s Argument for Anti-realism, p. 94.

²²⁸ The Context Principle and Dummett’s Argument for Anti-realism, p. 103-4.

²²⁹ Não é claro que a citação feita por Green de Dummett na passagem acima é uma formulação ou até mesmo uma consequência do princípio do contexto. Sobretudo, porque, na passagem da qual Green extraiu o trecho, Dummett está comentando as diferenças entre compreender uma frase atômica como uma unidade por meio da qual podemos fazer uma asserção e compreender uma frase atômica como um componente em uma frase complexa. Portanto, a relação relevante no trecho parece ser entre frases simples e complexas, em vez de entre frases e expressões subfraseais.

complexas.²³⁰ Esse tipo de recusa da bivalência não seria motivado por características do emprego dessas frases e, por conseguinte, não estaria de acordo com o princípio do contexto. Ora, dado que o princípio do contexto seria essencial à formulação do debate, esse tipo de rejeição da bivalência deveria ser considerado superficial; isto é, não deveria representar qualquer abandono de uma interpretação realista dos enunciados da classe em disputa.

Como dissemos, na formulação dummettiana posterior do debate, não há mais a distinção entre razões para rejeitar a bivalência. Green avalia que, por Dummett ter revisto sua opinião favorável ao princípio, ele teria abandonado a pretensão de formular um critério entre razões para rejeitar a bivalência:

Quando Dummett estava comprometido com a verdade da leitura suficiente do princípio do contexto, ele tinha um argumento persuasivo para distinguir razões profundas das razões superficiais para não endossar a bivalência. Mas, uma vez que se desiste da leitura forte do princípio, esse argumento afunda.²³¹

“Leitura suficiente do princípio”²³² é como ela denomina a interpretação do princípio segundo a qual ele forneceria razão suficiente para a existência de certas entidades. Essa é a versão do princípio como uma tese sobre a referência, mas já dissemos nossas razões para pensar que a versão que interessa à interpretação de Green é a interpretação do princípio como uma tese sobre o sentido. Agora como antes, lamentamos o fato de Green nem citar nem indicar qualquer passagem de Dummett que pudesse corroborar sua interpretação de que a caracterização do realismo teria mudado em virtude da mudança de opinião de Dummett sobre o princípio do contexto.

Na verdade, a situação é sensivelmente mais crítica. Pois, a posição exegética de Green envolve atribuir a Dummett uma mudança de opinião sobre o princípio do contexto. Essa é uma posição difícil de avaliar. Green aponta que, em um texto de 1995, Dummett teria lançado dúvidas sobre a razoabilidade do princípio do contexto.²³³ Faremos algumas considerações sobre esse artigo em uma das próximas seções, ocasião na qual será mais oportuno avaliar a força

²³⁰ Cf. *Truth and Other Enigmas*, p. 12-14.

²³¹ *The Context Principle and Dummett's Argument for Anti-realism*, p. 105.

²³² Mais precisamente, “the sufficiency reading of the context principle”. Uma tradução mais literal seria: “a leitura da suficiência do princípio do contexto”.

²³³ *The Context Principle and Dummett's Argument for Anti-realism*, p. 98.

que a sugestão de Green pode ter. No entanto, desde logo, é conveniente fazer notar a opinião de Dummett sobre esse seu artigo. Antes mesmo de começar o artigo, ele avisa ao leitor que:

Esta conferência é auto-suficiente. Nela eu irei contradizer um número de coisas que tenho escrito anteriormente, algumas delas tão recentes quanto em Dummett (1991). Portanto, será inútil tentar reconciliar o que eu disse aqui com o que tenho escrito antes.²³⁴

Desse modo, todos os usos desse artigo de Dummett, com a finalidade de oferecer uma interpretação de seu trabalho que vá além dos limites desse artigo, devem ser cautelosos. Em todo o caso, no que respeita à relação do princípio do contexto com as caracterizações do realismo dadas por Dummett, cumpre ainda notar que o artigo ao qual se aferra Green é muito posterior à adoção de Dummett de sua formulação definitiva do debate entre realistas e antirrealistas. A formulação de Dummett que incorpora qualquer abandono da bivalência como uma forma de antirrealismo data desde a publicação de *The Interpretation of Frege's Philosophy*, que veio a público em 1981; e foi consolidada no longo artigo do ano seguinte, de título *Realism*.²³⁵

Seja como for, o debate entre realistas e antirrealistas, para Dummett, continuou a ser sobre a noção de verdade. Assim, se o princípio do contexto contribuía para a formulação do debate justamente por pôr a noção de verdade no centro da disputa, uma vez que esse elemento é mantido nas caracterizações posteriores, o princípio deve também ter sido mantido. Essa é a linha interpretativa que adotaremos aqui.

2.4 O PRINCÍPIO DO CONTEXTO NA CARACTERIZAÇÃO FINAL DO REALISMO

Agora vamos voltar a nos concentrar no papel do princípio do contexto no debate em sua formulação final. A participação do princípio do contexto é compatível com a inclusão da noção de referência como essencial a uma posição realista? Começemos por relembrar o modesto papel do princípio na formulação. Realismo e antirrealismo são doutrinas metafísicas. Ambas as posições envolvem concepções distintas sobre o tipo de significado que nossos

²³⁴ The Context Principle: Centre of Frege's Philosophy, p. 259.

²³⁵ Cf. Realism(1982), The Interpretation of Frege's Philosophy, p. 437-40.

enunciados possuem e, em razão disso, concepções distintas sobre qual a explicação correta dos significados dos enunciados de certa classe. Então, a questão é o que é o significado dos itens linguísticos, isto é, que tipo de significado eles possuem. Frases e expressões subfrasais veiculam significado. Ora, visto que o significado das expressões subfrasais consiste em sua contribuição para o significado de frases, a questão torna-se: em que consiste o significado de frases? ²³⁶ Dado o vínculo entre significado e verdade, a questão passa a ser qual a noção de verdade relevante para os nossos enunciados. Poderíamos prosseguir dizendo que há uma conexão sistemática entre três aspectos do significado dos enunciados: suas condições de verdade, o que conta como evidência para ele, e as consequências de tomá-lo como verdadeiro. Poderíamos então dizer que os realistas assumem o primeiro aspecto como o elemento central de sua teoria do significado, com relação ao qual os outros dois deverão ser explicados. Antirrealistas, por sua vez, podem assumir o segundo ou o terceiro como o aspecto central de sua teoria do significado – no primeiro caso, teríamos uma teoria do significado de tipo verificacionista; no segundo, uma de tipo pragmatista.

Mas, como a noção de referência entra nesse modelo? Esse último elemento é uma adição a esse modelo. O valor semântico de um termo singular é um objeto. O sentido determina o valor semântico. A teoria semântica forma a base para uma teoria do sentido. Assim, o sentido de um termo singular deve ser dado como um meio de determinar seu valor semântico e a determinação do valor semântico da frase se dará por meio da identificação do referente. Quando se considera os casos mais simples, fica mais evidente a força desse elemento constitutivo de uma posição realista. “O *Mont Blanc* é a mais alta montanha da Europa” será verdadeira apenas se o predicado “é a mais alta montanha da Europa” for verdadeiro do valor semântico de “*Mont Blanc*”, isto é, se for verdadeira do objeto *Mont Blanc*. A relação que se presume existir entre termo singular e seu valor semântico fornece um modelo para explicar como o valor de verdade das frases é determinado. Desse modo, fornece a base sobre a qual

²³⁶ The Logical Basis, p. 101. Em *The Philosophy of Michael Dummett* (p.370), Dummett, discorrendo sobre a forma de uma teoria do significado, escreveu em uma réplica a McDowell: “Em que consiste o significado [das palavras], e o que é conhecê-los? Essa é uma questão filosófica; e ele [McDowell] fará bem em aceitar desde o início o princípio de Frege da prioridade do significado da frase sobre o significado da palavra: o sentido da palavra é a sua contribuição para o sentido da frase na qual ocorre”.

será possível explicar em que consiste o significado dos enunciados da classe em disputa; mais especificamente, uma base para a explicação do significado de certos termos “segundo o modelo ‘objeto e nome’”.²³⁷

Propor uma explicação do significado de um termo singular por meio do modelo nome/objeto pode sugerir que estamos propondo uma explicação atomística do significado de uma expressão subfrasal. E é isso que parece dar plausibilidade a hipótese exegética de Green, a hipótese de que, ao incorporar uma tese sobre como o valor de verdade das frases em disputa é determinado, Dummett não teria acrescentado à sua explicação anterior mais um elemento, e sim que ele a teria abandonado completamente. Se esse foi o fundamento para a sua hipótese, então a hipótese deveria ser rejeitada. Estipular a referência de um termo singular pode ser um passo no estabelecimento das condições de verdade de uma frase. É um passo na escolha da teoria semântica. Mas são estipulações que deverão ser justificadas ou rejeitas por meio de uma teoria do sentido que possa vir a ser construída sobre elas. O que é requerido para a adição de Dummett a sua caracterização original é que termos singulares tenham uma referência e que o seu sentido seja dado como aquilo que determina seu valor semântico. Não se requer que a explicação dos termos singulares seja dada sem levar em conta a posterior colaboração desse termo em frases.

3. ANTIRREALISMO E O PRINCÍPIO DO CONTEXTO

3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Uma vez admitido como essencial ao realismo que os sentidos dos termos singulares devem ser explicados por meio do modelo nome/objeto – isto é, do modelo termo singular/objeto do domínio –, passa a ser uma forma de antirrealismo negar que a noção de referência tenha esse papel. O caso paradigmático de rejeição do realismo via noção de referência se dá pelo uso do princípio do contexto como uma tese sobre a referência. Nas próximas seções, apresentaremos esse tipo de rejeição ao realismo via princípio do contexto; antes, porém, faremos algumas considerações preliminares.

Uma vez mais, permita-nos supor que fomos bem-sucedidos em dar uma definição contextual de “a direção de (...)”. Suponhamos também que, a exemplo

²³⁷ Para uma crítica a esse modelo, ver *Philosophical Investigations*, I, §293. Cf também, *Realism*(1982), p. 64-65; *The Logical Basis*, p. 314.

do que se dá com “ $\text{dir}(a) = \text{dir}(b)$ ” em relação a “ $a//b$ ”, fosse possível traduzir todas as frases com termos para (e quantificação sobre) direções para frases com apenas termos para (e quantificação sobre) linhas retas. Em outras palavras, assumamos, para fins argumentativos, que estamos de posse de uma série de definições contextuais de termos para direções e que elas nos permitiram introduzir não apenas termos singulares para direções, como também todos os predicados aplicáveis às direções.

Nesse cenário, teríamos um caso de adoção de uma tese *reducionista*, a tese que enuncia que existe uma tradução de certa classe de enunciados para enunciados de alguma outra classe. Essa tese difere da tese *reductiva* que, mais modestamente, diz que nenhum enunciado da classe em disputa pode ser verdadeiro a menos que pelo menos um enunciado de outra classe seja verdadeiro.²³⁸ À classe de enunciados à qual estamos nos remetendo aqui de modo indefinido por meio da expressão “outra classe”, Dummett denomina “classe reductiva”. Quais enunciados compõem uma classe reductiva são definidos por dois fatores; a saber: pelos enunciados sobre os quais se disputa a correção de uma interpretação realista; e pelo que o antirrealista sobre aqueles enunciados considera ser aquilo em virtude do que os enunciados da classe em disputa são verdadeiros. Um antirrealista a respeito de enunciados sobre o mundo físico (por exemplo, um fenomenalista) sustentará que aquilo que torna um enunciado sobre o mundo físico verdadeiro é uma experiência atual ou possível e, então, sua classe reductiva seria composta por enunciados sobre experiências atuais e possíveis. Um tipo de construtivista, um antirrealista sobre os enunciados matemáticos, sustentará que aquilo em virtude do que um enunciado matemático é verdadeiro, quando verdadeiro, é uma prova; por isso, sua classe reductiva contaria com enunciados sobre a existência de provas. Um neutralista, um antirrealista a respeito do futuro, defenderá que o que torna os enunciados sobre o futuro verdadeiros são as tendências presentes; assim, a sua classe reductiva seria formada por todos os enunciados sobre tendências presentes. Etc.

Para acentuar a diferença entre as teses reductiva e reducionista, Dummett cita três razões que um defensor de uma tese reductiva poderia aduzir para não

²³⁸Cf. Realism (1982) p.70.

aderir a uma tese reducionista em relação a certo tipo de enunciado da classe em disputa. A primeira consiste em dizer que, para cada enunciado da classe em disputa, poderia haver infinitos enunciados da classe redutiva cuja verdade de qualquer um deles garantiria a verdade do enunciado relevante da classe dos enunciados disputados. Se a linguagem dos enunciados da classe redutiva não possuísse mecanismos por meio dos quais fosse possível formar um enunciado que representasse a disjunção de todos os enunciados da classe em disputa, então a tradução não seria possível. Outra razão baseia-se no fato de o vocabulário da classe redutiva poder fazer uso do vocabulário da classe dos enunciados disputados; por exemplo, no caso da classe redutiva ser composta por enunciados sobre provas matemáticas, onde o vocabulário da classe redutiva é praticamente o mesmo dos enunciados disputados. Em casos como esse, a tradução não é possível porque é uma condição necessária para realizar uma tradução de certos enunciados para outros que o vocabulário dos enunciados traduzidos não seja idêntico ao vocabulário de suas traduções. Uma terceira razão poderia consistir na ausência de meios para identificar, para cada um dos enunciados da classe dada, o enunciado da classe redutiva que o torna verdadeiro. Obviamente, sem realizar essa identificação, não é possível traduzir os enunciados de uma classe para os da outra. Essa seria, por exemplo, a situação de um defensor materialismo do estado-central (*central-state materialism*).²³⁹ Tal materialista sustenta que, para cada enunciado sobre eventos e estados psicológicos, há um enunciado sobre o estado do sistema nervoso central em virtude do qual os primeiros seriam verdadeiros.

Feita a distinção entre as teses redutiva e reducionista, podemos caracterizar a hipótese sobre as direções assim: sendo a classe em disputa constituída por enunciados sobre direções e os enunciados sobre linhas retas compondo a classe redutiva, há uma tradução dos enunciados da classe dada para os enunciados da classe redutiva, isto é, a tese reducionista é verdadeira quando aplicada aos enunciados sobre direções. Suponha-se também que apreender o esquema de tradução é parte de nossa compreensão dos enunciados sobre direções e que os enunciados sobre linhas já possuem suas condições de verdade determinadas.²⁴⁰

²³⁹ Cf. Realism (1982), p. 76.

²⁴⁰ Realism(1982) p. 66.

3.2. ANTIRREALISMO SOBRE A REFERÊNCIA

Uma vez que tivéssemos estabelecido as condições de verdade dos enunciados sobre direções por meio do esquema de tradução, estaríamos justificados, pelo princípio do contexto como uma tese sobre a referência, a atribuir referência a termos que nomeiam direções. Não poderia, então, haver nenhuma questão sobre se direções realmente existem, com a exceção das questões factuais, isto é, questões sobre o valor de verdade de enunciados existenciais.²⁴¹ Ou ainda, em termos mais propriamente metafísicos, poderíamos dizer que, nesse caso, estaríamos justificamos a admitir direções em nossa ontologia.²⁴²

Apesar de justificados por força do princípio do contexto, essa explicação seria incompatível com uma interpretação realista dos enunciados sobre direções, porque a noção de referência, essencial ao realismo, seria semanticamente inoperante quando aplicada aos termos para direções. A noção de referência tornar-se-ia semanticamente inoperante²⁴³ no sentido em que não seria mais necessário fazer uso dela para explicar como os enunciados sobre direções são determinados como verdadeiros ou falsos. Na verdade, essa inoperância é decorrente do modo como as condições de verdade foram estipuladas. Como acima rapidamente exemplificamos na seção sobre definições contextuais, no estabelecimento das condições de verdade dos enunciados sobre direções não se fez qualquer uso da relação que esses objetos abstratos teriam com as expressões que a eles se referem. Por conseguinte, não se fez uso da noção de referência para explicar o significado dos enunciados sobre direções.

Vamos tentar destrinchar as observações do parágrafo anterior. Por exemplo, consideremos uma frase atômica “F(d)”, onde “F(...)” é um predicado de direções não intensional, e “d” é um nome de uma direção. Pelo que vimos, a determinação do valor de verdade dessa frase se daria por uma tradução desse enunciado para um sobre linhas retas; o valor de verdade de “F(d)” seria, em última análise, determinado pelo valor de verdade da frase relevante sobre linhas retas.²⁴⁴ Em razão disso, o modelo padrão da semântica clássica, que

²⁴¹ Realism(1982) p. 67.

²⁴² Realism (1982) p. 67.

²⁴³ Sobre o uso da expressão “inoperância semântica” ver a seção abaixo “Duas noções de referência e a inoperância semântica”, a seção 3.5.

²⁴⁴ Realism (1982), p. 68.

seria especificar uma direção como sendo aquele objeto ao qual o seu nome se refere e, em seguida, determinar se aquele predicado é verdadeiro ou não desse objeto, simplesmente não se aplicaria.

Note-se que a noção de referência não deixa de ter um papel no estabelecimento das condições de verdade das frases sobre direções tão somente em virtude da aplicação da tese reducionista à classe de enunciados sobre direções. Pois, por exemplo, ainda teríamos uma tese reducionista se cada termo singular de direção fosse substituído por um termo singular para uma classe de linhas paralelas. Consideremos a seguinte definição explícita da função “a direção de (...)”, onde “a” é uma variável para linhas:

“A direção de a” é a classe de todas as linhas que são paralelas a a.²⁴⁵

Nesse caso, a tese reducionista envolveria dizer que direções nada mais são do que classes de linhas. Ou, em termos semânticos, envolveria a concepção segundo a qual os termos singulares para direções têm como referentes classes de linhas.²⁴⁶ Mas, nesse caso, a noção de referência teria um papel na determinação das condições de verdade das frases nas quais “a direção de a” ocorre e, em virtude disso, também teria um papel na determinação do valor de verdade dessas frases.

A diferença fundamental entre esses dois exemplos de aplicação da tese reducionista – o da definição contextual e da definição explícita da função “a direção de (...)” – é que no primeiro caso não há estipulação direta de referentes dos termos para direções, enquanto no segundo tal estipulação ocorre. No primeiro caso, por peculiaridades do método de definição contextual, a função “a direção de (...)” pôde ser introduzida sem que fosse preciso estipular qual é o seu referente. Não é difícil perceber que, em “ $\text{dir}(a) = \text{dir}(b) \leftrightarrow a // b$ ”, “ $\text{dir}(a)$ ” não é introduzida como referindo-se nem ao referente de “a”, nem ao de “/b”, e nem mesmo ao de “a//b”.

Em suma, o reducionismo²⁴⁷ “não é intrinsecamente antirrealista: depende do caráter da tradução proposta”²⁴⁸, ou seja, a aplicação da tese reducionista

²⁴⁵ Cf. Michael Dummett, p. 55

²⁴⁶ Realism(1982), p. 74-5.

²⁴⁷ Reduccionismo é a aplicação da tese reducionista a uma classe de enunciados.

²⁴⁸ Realism(1982), p. 75.

não é suficiente para tornar a noção de referência semanticamente inoperante. E é precisamente por isso que a tese reducionista precisa ser auxiliada pelo princípio do contexto (mas não apenas por ele) para conduzir à rejeição de uma interpretação realista de certos enunciados.

3.3 UMA DÚVIDA SOBRE O ANTIRREALISMO SOBRE A REFERÊNCIA

Nesse momento, uma intrigante pergunta se impõe. O antirrealismo que gira em torno da noção de referência é aquele sobre que tipos de coisas compõem a realidade, sobre quais tipos de coisas constituem o mobiliário do mundo.²⁴⁹ Dadas certas condições, o princípio do contexto como uma tese sobre a referência nos autoriza a dizer que, por exemplo, direções existem. Naturalmente, se há uma disputa entre realistas e antirrealistas sobre a existência de certo tipo de entidade, aquele que defende a existência da entidade disputada é o realista, e aquele que nega a existência da entidade, o antirrealista. Como então pode o princípio do contexto ajudar a implicar uma posição antirrealista? Toda a aparência é em sentido contrário, isto é, tudo leva a crer que o princípio é uma tentativa de justificar o realismo – por exemplo, de justificar a admissão de direções em nossa ontologia.

A fim de entender como o princípio do contexto colabora com uma interpretação antirrealista, vamos reconstruir o argumento que estamos considerando. Em linhas gerais, o argumento foi o seguinte. (P1) Fixamos o sentido de frases que contêm termos para direções.²⁵⁰ (P2) Termos para direções comportam-se como termos singulares genuínos – de acordo com os critérios sintáticos e de inferência dedutiva. (P3) Termos para direções ocorrem em frases verdadeiras. (P4) O princípio do contexto como uma tese sobre a referência pode ser aplicado às frases sobre direções. Portanto, (C) há direções.

A partir dessa reconstrução, é mais fácil perceber que, sob pena de circularidade, a noção de referência – a relação entre um item linguístico e um objeto do domínio – não pode ter sido utilizada na estipulação das condições de

²⁴⁹ Realism(1963), p. 145. Cf. também Philosophy Now: Michael Dummett, p. 52.

²⁵⁰ Dummett diz, em F:POM (p. 188), que o princípio do contexto em sua versão sobre a referência requer, para poder ser aplicado a certo conjunto de enunciados, que as condições de verdade desses enunciados tenham sido fixadas.

verdade das frases sobre direções. Caso contrário, (C) estaria pressuposto no modo como se deu (P1); o que caracterizaria petição de princípio.

Dessa reflexão podemos extrair a seguinte lição: em um argumento que tem como premissa o princípio do contexto como uma tese sobre a referência e cuja conclusão é um enunciado que afirma a existência de algum tipo de entidade, a noção de referência não pode participar do modo como essas condições foram determinadas. Assim, se o argumento não é circular, o antirrealismo estaria implicado por (P1), porque, no caso que estamos discutindo, o modo como as condições de verdade foram determinadas não fez uso da noção de referência, o que caracteriza um tipo de antirrealismo. Isso pode ser expresso em termos mais propriamente metafísicos do seguinte modo: não pode ser mantida a suposição de que os objetos denotados pelos termos singulares para direções existem antes de estabelecermos as condições de verdade para frases nas quais ocorrem. Em consequência disso, tais objetos não podem ser considerados objetos independentes de nós: tais objetos existiriam em função de termos frases com sentido nas quais expressões que o nomeiam ocorrem.²⁵¹

Agora, se o único elemento antirrealista no argumento esboçado acima foi modo como fixamos as condições de verdade das frases sobre direções, o princípio do contexto teria colaborado com uma interpretação antirrealista dos enunciados sobre direções apenas via definições contextuais, mais especificamente, em virtude de ter justificado esse método de introdução de termos.

3.4. TRÊS MODOS DE ENTENDER AS DEFINIÇÕES CONTEXTUAIS

No mínimo desde a publicação de *Frege's Conception of Numbers as Objects*, existem três modos de interpretar definições contextuais.²⁵² O defensor de uma interpretação austera afirma que, visto que explicamos as frases sobre direções por meio de um esquema de tradução de frases sobre direções para frases sobre linhas, não estaríamos comprometidos com a existência de direções. A explicação das frases sobre direções por definições contextuais relevaria que as

²⁵¹ Cf. Dummett and The Problem of Abstract Objects, p. 65; Dummett on Abstract Objects, p. 11-12.

²⁵² Frege's Conception of Numbers as objects, p. 64-84.

frases sobre direções contêm uma forma superficial – uma forma gramatical – enganadora. Por outro lado, um defensor de uma interpretação robusta, como Wright, defenderá o seguinte: as definições contextuais são bem-sucedidas em conferir sentido às frases contendo os termos definidos contextualmente e, além disso, o tipo de sentido conferido pelas definições contextuais justifica nossa concepção de tais frases como tendo a estrutura semântica sugerida por sua forma superficial. Os termos definidos contextualmente seriam termos singulares genuínos e questões sobre a referência de tais termos se limitariam às questões factuais. Por fim, há ainda uma interpretação intermediária. O proponente de uma interpretação intermediária sustenta que as definições contextuais explicam o que significa dizer que, por exemplo, “existe uma direção que é ortogonal à direção das linhas *a* e *b*”, ou, “existe uma direção que difere da direção de *a*”, etc. As definições contextuais explicariam o que tais frases significam, segundo o intermediarista, em vez de mostrar que deveríamos procurar evitar tais frases. Portanto, o defensor da interpretação intermediária, assim como o defensor da posição robusta, afirma que direções existem. Todavia, o intermediarista discorda de uma interpretação robusta no seguinte: quando um termo é introduzido por definição contextual, a noção de referência, quando aplicada ao termo recém-introduzido, não pode ser interpretada como semanticamente operante. Em outras palavras, a identificação ²⁵³ do referente do termo singular não fará parte do mecanismo por meio do qual a frase, na qual o termo ocorre, é determinada como verdadeira ou falsa.

A interpretação austera implica uma posição antirrealista. A teoria das descrições de Russell, à qual já fizemos menção neste capítulo, fornece o mais claro exemplo disso. Segundo essa teoria, descrições definidas não são termos singulares genuínos. Por isso, tendo em vista que descrições definidas não teriam o comportamento lógico de termos singulares, frases nas quais ocorrem descrições definidas não deveriam ser interpretadas em seu valor nominal (*face value*). Essa concepção é rica em consequências; ela implica, por exemplo, que não podemos inferir “o rei da França escova seus dentes à noite” de “todos escovam seus dentes à noite”. ²⁵⁴ Assim, a teoria de Russell representa uma reação ao realismo de Meinong, caracterizado por interpretar todos os termos

²⁵³ Sobre o uso do termo “identificação” aqui ver a seção 3.5.

²⁵⁴ Cf. F:POM, p.189.

singulares ordinários como genuínos. Do mesmo modo, uma interpretação austera de uma definição contextual da função “a direção de(...)”, levaria a constatação de que “a direção de *s* é igual à direção de *d*” – onde “*s*” e “*d*” são termos singulares para linhas – tem uma forma superficial enganadora, isto é, que nem “a direção de *s*” nem “a direção de *d*” são termos singulares genuínos. Nessa leitura, portanto, nosso modo usual de falar sobre direções teria algo de enganador; afinal, não haveria termos singulares para direções.

A interpretação robusta é consoante com uma interpretação realista. Para um defensor dessa interpretação, é um fato irrelevante que, por exemplo, na tradução de uma frase na qual ocorre “dir(a)” não haja um termo que corresponda a ele. O que importa é que o comportamento sintático de “dir(a)”, em frases atômicas e complexas, seja o comportamento de um termo singular genuíno. Por conseguinte, os termos definidos contextualmente deveriam ser considerados como termos singulares genuínos. Some-se a isso que as frases nas quais ocorrem tiveram um sentido determinado pelas definições contextuais e teremos que admitir – segundo o robusto –, por força do princípio do contexto, que termos para direções denotam objetos abstratos.

Dummett é adepto de uma interpretação intermediária.²⁵⁵ Para ele, então, definições contextuais implicam antirrealismo. A nossa pergunta intrigante era: como pode o princípio do contexto sobre a referência implicar antirrealismo, dado que ele ajuda a justificar a atribuição de referência a certos termos singulares? Essa pergunta é ambígua, pois não leva em consideração a diferença que há entre uma interpretação intermediária e robusta. Eliminada essa ambiguidade a resposta é simples: o princípio do contexto ajuda a implicar antirrealismo porque a noção de referência que ele justifica – e, diga-se, a única que ele capaz de justificar – é uma noção incompatível com o realismo, isto é, uma noção de referência semanticamente inoperante.

3.5. DUAS NOÇÕES DE REFERÊNCIA E A INOPERÂNCIA SEMÂNTICA

No que diz respeito à noção de referência, o que distingue a concepção realista de uma concepção antirrealista é que, na semântica realista, a noção de referência tem um papel, ao passo que na semântica antirrealista a noção de

²⁵⁵ Cf. F:POM, p. 191.

referência é inoperante.²⁵⁶ Desse modo, sempre que a noção de referência for semanticamente inoperante, teremos uma forma de rejeição de uma interpretação realista dos enunciados da classe em disputa. Nessa seção, vamos fazer algumas observações sobre o que significa dizer que a noção de referência é semanticamente inoperante.

Dummett escreveu sobre a noção de referência do intermediarista que ela era uma noção segundo a qual:

“a direção de *a*’ denota algo” é indisputavelmente verdadeira, porque ela se reduz a “a linha *a* tem uma direção”, e “a direção de *a*’ denota a direção de *a*” que é trivialmente verdadeira, porque se reduz a “a direção de *a* é a direção de *a*”.²⁵⁷

A posição do intermediarista, portanto, se resume a dizer que se referir a um objeto é usar um termo singular genuíno em frases com sentido determinado. Ao que tudo indica, essa é uma posição inevitável para qualquer um que aceite a tese do critério sintático e o princípio do contexto como uma tese sobre a referência.

Por outro lado, a noção de referência será realista (isto é, semanticamente operante) quando fizer parte do mecanismo de determinação do valor de verdade das frases. No entanto, embora isso esteja correto, é pouco informativo, visto que teoria semântica é justamente a explicação do mecanismo de determinação das frases como verdadeiras ou não-verdadeiras. Um modo mais informativo de apresentar a operacionalidade da noção de referência é obtido por meio da ideia de identificação do referente. A passagem a seguir é especialmente apta a esse propósito:

A noção de referência, quando aplicada a termos singulares, é operativa dentro da teoria semântica, em vez de ociosa, apenas no caso da identificação de seu referente ser concebida como um ingrediente no processo de determinação do valor de verdade de uma frase na qual ele ocorre.²⁵⁸

²⁵⁶ Ter uma noção de referência antirrealista não é característico de todas as posições antirrealistas, assim, quando mencionamos as semânticas antirrealistas nesse período, estamos nos limitando aos casos de antirrealismo sobre a referência.

²⁵⁷ F:POM, p. 195.

²⁵⁸ F:POM, p. 239.

Tomemos a seguinte frase como um exemplo: “Titã é o maior satélite natural de Saturno”. Vamos considerar que sua análise seja “(t)R(s)”, onde “t” denota “Titã”, “s” denota Saturno e “(x)R(y)” denota a relação expressa por “...é o maior satélite natural de...”. Por fim, vamos supor que a teoria semântica estabelece que “(t)R(s)” é verdadeira se, e somente se, o referente de “s” mantém com o referente de “t” a relação denotada por “(x)R(y)”. Agora, o que deveríamos fazer para *verificar* o valor de verdade desse enunciado? Para Dummett, o procedimento canônico de verificação do valor de verdade de um enunciado é fortemente sugerido pela teoria semântica que explica como o seu valor de verdade foi determinado.²⁵⁹ Assim, com o propósito de descobrir o valor de verdade de “(t)R(s)”, o procedimento sugerido seria identificar os referentes de “t” e de “s” e, em seguida, descobrir se eles mantêm entre si a relação denotada por “R”.

Consideremos mais um exemplo, o célebre “Phosphorus é Hesperus”. A teoria semântica clássica nos diz que esse enunciado de identidade é verdadeiro se, e apenas se, “Phosphorus” e “Hesperus” denotarem o mesmo objeto do domínio. Como no exemplo anterior, a teoria semântica nos diz qual o procedimento padrão para reconhecer o valor de verdade desse enunciado: identificar os referentes de “Phosphorus” e “Hesperus” e, finalmente, verificar se eles são um e o mesmo. Nesse caso, não seria suficiente identificar, pela manhã, um corpo luminoso no céu como o referente de “Phosphorus”, e, pela tarde, um corpo luminoso como o referente de “Hesperus”. Provavelmente precisaríamos do auxílio de cálculos orbitais, ou de instrumentos poderosos de observação astronômica para descobrir se eles têm o mesmo referente. De todo modo, a verificação do valor de verdade desse enunciado ainda estaria em sintonia com a sua explicação semântica, uma vez que, até mesmo para realizar investigações adicionais sobre se eles denotam o mesmo objeto ou não, o primeiro passo no processo deveria ser a identificação dos referentes de “Phosphorus” e “Hesperus”.

Naturalmente, tanto nesse último exemplo como no anterior, a verificação do valor de verdade poderia ser realizada de modos indiretos – pode-se, por exemplo, descobrir o valor de verdade de “Phosphorus é Hesperus” fazendo uma

²⁵⁹ Cf. Reply to Peter M. Sullivan, p. 791

pergunta a um sujeito bem-informado. No entanto, para que a noção de referência seja semanticamente operante, não é necessário que a verificação do valor de verdade ocorra sempre via a noção de referência; o que é requerido é que o modo padrão de verificação – o modo canônico – se dê por meio da noção de referência. Nem todos precisam saber que “Phosphorus é Hesperus” é verdadeira por ter feito uso da noção de referência; porém, deve ao menos ser possível descobrir seu valor de verdade via a noção de referência de seus termos.²⁶⁰

À primeira vista, essas considerações não parecem semânticas, e sim epistêmicas. Por essa mesma razão, não é claro como essas considerações podem afetar a semântica. Isso se patenteia na seguinte linha de pensamento. A referência de um termo singular é a sua contribuição para a determinação do valor de verdade das frases nas quais ocorre. Nossos meios de descobrir o valor de verdade de um enunciado dependem apenas de nossa compreensão do sentido dos termos que compõem o enunciado. A referência do termo singular não precisa ter nada a ver com os nossos meios de vir a reconhecer o valor de verdade das frases nas quais ocorre. Por exemplo, se o sentido das frases sobre direções foram determinados por definições contextuais, então nossos meios de vir a reconhecer o valor de verdade das frases sobre direções será por meio de traduções de frases sobre direções para frases sobre linhas. Porém, isso não diz respeito ao modo como a frase foi determinada, em virtude de como o mundo é, como verdadeira ou falsa, tal como explicado por uma teoria semântica. Na melhor das hipóteses, definições contextuais nos dão a conhecer o sentido de frases sobre direções.²⁶¹

Desse modo, estaríamos diante de duas questões distintas e independentes: a primeira seria a de saber se a identificação do referente de um termo singular (pelo menos o modo canônico de identificação) *precisa* ser uma etapa no processo de reconhecimento do valor de verdade de uma frase no qual tal termo ocorra; a segunda seria a de saber se o referente do termo singular determina o valor de verdade da frase na qual o termo que o nomeia ocorre.

²⁶⁰ O seguinte trecho de *Frege: Philosophy of Language* (p. 636) é relevante: “O sentido de uma frase será sempre complexo, e o método direto de determinar uma frase como verdadeira ou falsa irá portanto sempre consistir de um procedimento complexo, cujos passos correspondem de um modo natural à complexidade da frase”.

²⁶¹ Cf. F:POM, p. 236.

Dummett parece conectar logicamente as duas perguntas, de tal modo que uma resposta negativa à primeira implicaria uma resposta negativa à segunda. E isso parece injustificado, pois conecta muito intimamente considerações epistêmicas e semânticas.

Segundo Dummett, por mais forte que possa parecer, essa linha de raciocínio não é correta, visto que ela subverte a relação entre a teoria do sentido e a teoria semântica. Como Dummett escreveu certa feita:

Uma teoria semântica não é justificada apenas por ter conferido os valores de verdade corretos às frases da linguagem, à luz de como as coisas são: ela tem também que ser adaptada a servir como uma base para uma teoria do sentido correta.²⁶²

De acordo com a linha de raciocínio apresentada nos dois parágrafos precedentes, a teoria semântica não precisaria ser explorada em uma explicação do sentido das frases de nossa linguagem. Nesse caso, quando explicássemos o sentido de uma expressão, estaríamos explicando como poderíamos, ainda que idealmente, vir a conhecer o valor de verdade das frases nas quais tal expressão figurasse. Portanto, uma explicação do sentido das frases não precisaria mostrar como essas frases são, em virtude de como o mundo é, determinadas como verdadeiras ou falsas. O princípio de determinação do valor semântico deveria então ser rejeitado.²⁶³ Pois, por exemplo, mesmo para um realista conhecer o sentido de um termo singular não seria conhecer a condição para o termo ter determinado referente, em vez disso, consistiria em conhecer um critério para descobrir a verdade de enunciados nos quais tal termo ocorresse. E esses critérios não precisariam ter nenhuma relação interna com a estrutura semântica da frase. O conhecimento do sentido do termo *não precisaria* ter nada a ver com o seu referente.

De acordo com Dummett, se devemos considerar a teoria semântica como a base para uma teoria do sentido, a explicação da relação entre um termo e um objeto do domínio deve permitir algum procedimento de identificação do objeto como o referente do termo.²⁶⁴ Obviamente, de um ponto de vista realista,

²⁶² F:POM, p. 237.

²⁶³ O princípio da determinação do valor semântico é o princípio (ii), da seção 4, do primeiro capítulo.

²⁶⁴ The Interpretation, p. 424.

esse processo de identificação não precisa ser pensado como realizável em todos os casos. O que é essencial à posição realista é que haja algum espaço para a noção de identificação, mesmo que seja uma noção de identificação idealizada. Ou seja, ao menos uma criatura com capacidades epistêmicas superiores à nossa deveria poder explorar a relação de referência entre um termo singular e um objeto com vistas a verificar se a frase que contém tal termo singular é verdadeira ou falsa.²⁶⁵

Quando um termo é explicado por meio de definições contextuais, como no caso das direções, não há espaço para a identificação do referente. Como também não parece haver em “o número de xícaras é o mesmo número de pires” quando entendida apenas por meio da equivalência semântica com “há tantas xícaras quanto pires”. A expressão “o número de xícaras” é um termo singular, então, se ela denotar, denotará um objeto. Pode-se dizer que a estipulação semântica conferiu sentido às frases na qual a expressão ocorre; assim, por força do princípio do contexto, essa expressão teria referência. Dada a equivalência semântica – isto é, “o número de xícaras é o mesmo número de pires” se e somente se “há tantas xícaras quanto pires” – a teoria semântica nos instrui a descobrir o valor de verdade de frases nas quais tal termo singular ocorra por meio de um procedimento de comparação entre conjuntos de coisas. Em sintonia com a explicação semântica da frase, poderíamos verificar o valor de verdade de “o número de xícaras é o mesmo número de pires” por meio de uma substituição de xícaras por pires, ou por colocá-los lado a lado, de tal modo que fosse possível ver se há ou não tantas xícaras quantos pires. Nesse procedimento não é um passo, na verificação do valor de verdade de “o número de xícaras é o mesmo número de pires”, a identificação do referente de “o número de xícaras”. Se todas as frases nas quais ocorresse “o número de xícaras” fossem analisadas dessa forma, então aqui também não haveria espaço para a identificação do referente. Isso nos leva a concluir que, ainda que fosse legítimo dizer que o número denotado por “o número de xícaras” existe, ele seria semanticamente inoperante.

3.6. WEISS E UMA DIFICULDADE PARA A ESTRATÉGIA SEMANTICISTA DE DUMMETT

²⁶⁵ Cf. Reply to Peter M. Sullivan, p. 794.

Nesse momento parece surgir uma dificuldade para a filosofia de Dummett. Ela foi notada por Bernhard Weiss, em seu livro *Michael Dummett*:

[Dummett] endossa uma versão do princípio do contexto de acordo com a qual um funcionamento de um termo como um termo singular combinado com sua ocorrência em enunciados verdadeiros é suficiente para garantir a ele uma referência. Mas Dummett pode, de modo consistente, permitir isso? Ele concebe a teoria semântica como parte da teoria do significado, assim, se estamos legitimamente supondo que certa relação semântica ocorre, isso deve ser porque uma explicação adequada do significado leva-nos a atribuir essa relação. Mas [...] a teoria semântica que é a base para a teoria do significado para enunciados sobre direções não faz apelo à referência, embora supostamente estejamos autorizados a usar o princípio do contexto para justificar uma atribuição de referência a termos para direções. Assim, é postulada uma relação [de referência] que está fora da teoria semântica correta.²⁶⁶

A teoria semântica é a base para uma teoria do sentido e, portanto, para uma teoria do significado. Dummett é muito claro a esse respeito. Segundo ele, precisamos da noção de referência (valor semântico) “como a base para uma teoria do sentido: ela tem um propósito se, e apenas se, ela participa de nossa explicação do sentido.”²⁶⁷ Por isso, uma cláusula de uma teoria semântica, como por exemplo, “‘XIII’ denota 13”, pode ser útil a uma teoria do sentido apenas se for possível fazer uso dela para explicar em que consiste conhecer o sentido do sinal “XIII”.

Em uma interpretação intermediária, o princípio do contexto nos permite dizer que termos singulares para direções são termos genuínos; permite-nos dizer que, por exemplo, “dir(a)” denota um objeto abstrato; em outros termos, autoriza-nos a postular uma relação de referência entre um termo singular e determinado objeto. A despeito disso, não é feito uso dessa relação para explicar em que consiste o sentido do termo justificado pelo princípio do contexto. O sentido de “a direção de *a*” nos é dado por meio do esquema de tradução estabelecido pela definição contextual. Assim, por exemplo, a cláusula semântica “‘dir(a)’ denota o objeto abstrato *d*” não poderia ser usada para explicar em que consiste o sentido de “dir(a)”.

²⁶⁶ Michael Dummett, p.57-58.

²⁶⁷ The Interpretation of Frege's Philosophy, p. 157.

Agora, podemos exprimir assim a dificuldade: se o único propósito das relações semânticas é auxiliar a explicação do sentido dos termos de nossa linguagem, como podemos postular uma relação semântica nos casos nos quais essa relação não é útil para explicar o sentido de termos de nossa linguagem?

Bernhard Weiss diagnostica a dificuldade como uma tensão. De acordo com Weiss, Dummett estaria impressionado por certas características de nossa prática linguística ordinária – tratamos termos para direções como se fossem termos singulares e reconhecemos que existem enunciados verdadeiros sobre tais objetos –; ao mesmo tempo em que teria um projeto filosófico que pretende revelar como essa prática realmente funciona. Esses dois elementos do pensamento de Dummett colidiriam, porque, apesar de certas características da prática linguística ordinária conduzirem-no a pensamentos sobre a semântica de nossa linguagem, ele teria mantido que a única forma de justificar proposições semânticas seria por meio da construção de uma teoria do significado.²⁶⁸

Entretanto, Weiss não vê essa tensão como um problema insolúvel dentro da filosofia de Dummett, visto que propõe um modo simples de dissipá-la. De acordo com Weiss, a fim de dissipar a tensão, precisamos de um método para admitir certas proposições semânticas, muito embora essas proposições não façam parte de uma teoria semântica correta. O método sugerido por Weiss consiste em usar a linguagem para especificar sua própria semântica. Ele tem em mente cláusulas como:

- (1) “cachorro” denota cachorro;
- (2) “a direção da linha a” denota a direção da linha a;
- (3) “13” denota 13.

Weiss reconhece a trivialidade dessas cláusulas e acrescenta que, em essência, elas são comentários sobre o comportamento lógico de certas expressões. Ainda assim, propõe que essas cláusulas sejam tomadas como uma base para uma explicação do sentido: isto é, para ele, o que a teoria do sentido deverá explicar é em que consiste o conhecimento dessas cláusulas.²⁶⁹

Agora, voltemos nossa atenção, mais uma vez, para o caso paradigmático das direções. Segundo Weiss, o conhecimento da cláusula (2) consistirá em um

²⁶⁸ Michael Dummett, p. 58.

²⁶⁹ Michael Dummett, p. 58

conhecimento de como determinar o valor de verdade de frases contendo “a direção da linha *a*”.²⁷⁰ Dado o modo como as definições contextuais explicam a expressão “a direção de *a*”, conhecimento da cláusula (2) envolverá um conhecimento de como frases nas quais “a direção da linha *a*” ocorre podem ser traduzidas para frases com quantificação e termos singulares para linhas. Desse modo, ao relevar a dependência semântica das frases sobre direções em relação às frases sobre linhas, uma explicação do que é conhecer a cláusula (2) revelaria como a nossa linguagem funciona.

Para Weiss, a explicação semântica adequada para as frases sobre direções – a explicação via definição contextual – explicaria a cláusula (2), em vez de propor substituí-la, ou abandoná-la por completo.²⁷¹ As definições contextuais explicariam o que significa dizer que “a direção de *a*” tem como valor semântico certo objeto, em vez de mostrar que, por exemplo, nosso discurso sobre direções é um modo mais ou menos indireto de falar sobre linhas e suas propriedades e relações. Por isso, seria legítimo aceitar direções em nossa ontologia, muito embora, dado o modo como se deu a explicação semântica das frases sobre direções, uma concepção realista sobre esses enunciados devesse ser abandonada.²⁷²

A primeira dificuldade com a proposta de Weiss diz respeito à natureza de suas cláusulas, em especial, a da cláusula (2). Essa cláusula é realmente uma proposição semântica? Se o único propósito de uma cláusula semântica é servir como base para uma explicação do sentido e a cláusula (2) não serve a esse propósito, por que deveríamos considerar (2) uma proposição semântica? Parece que a solução seria considerar a cláusula (2) tão somente como um comentário sobre a categoria gramatical da expressão. Entretanto, pode-se alegar em favor da interpretação de Weiss que, se negarmos o status de proposição semântica à cláusula (2), dado que semântica e metafísica têm o mesmo conteúdo, não poderíamos mais admitir direções em nossa ontologia. O assunto é certamente delicado, mas não iremos continuar tratando dele nesta dissertação, pois isso nos afastaria dos nossos propósitos.

²⁷⁰ Weiss não o menciona, mas isso é assim em razão do princípio (v).

²⁷¹ Michael Dummett, p. 58.

²⁷² Michael Dummett, p. 58-9.

O que Weiss não menciona é a incompatibilidade entre o princípio do contexto como uma tese sobre a referência e o princípio da determinação do valor semântico. Dummett notou essa incompatibilidade. Especificamente para objetos abstratos, ela é enunciada no prefácio de *Truth and Other Enigmas*:

Se uma expressão que se comporta como um termo singular é considerada como tendo uma referência exatamente pelo fato de termos estabelecido condições de verdade para as frases nas quais ocorre [...], então a noção de referência, como aplicada a essa e a expressões similares, não pode ter desempenhado um papel nos meios pelos quais essas condições foram especificadas. Nesse caso, a noção de referência, como aplicada a termos do tipo em questão, não é ligada àquela de sentido do mesmo modo quando é aplicada a nomes de objetos concretos: isto é, o sentido não é dado como aquilo que determina a referência.²⁷³

De modo mais geral, ela aparece no seguinte trecho:

O que está em conflito com Con_R é Giv [cf. os dois primeiros períodos que se seguem imediatamente a esta citação]. Se Con_R é requerido para justificar a atribuição de referência a certos termos, então seus sentidos não podem ser dados como um modo de determinar suas referências, ou, de outro modo, nenhuma justificação seria necessária; as condições de verdade das frases contendo eles [os termos] devem, em vez disso, ter sido fixadas de modo a prover um meio de determinar seus valores de verdade que não procede via as referências dos termos.²⁷⁴

“ Giv ” é a concepção de sentido de uma expressão “como sendo aquilo em nossa compreensão dela que determina sua referência”.²⁷⁵ Assim, Giv é outro nome para aquilo que estamos chamando até o presente momento de princípio da determinação do valor semântico. Lembremos também que a contribuição que uma expressão dá para a determinação do valor de verdade de uma frase na qual ocorre é exaurida pela identificação de algo como seu referente.²⁷⁶ Isto é, “uma vez que tenhamos determinado o objeto denotado por um nome, o sentido do nome foi completamente utilizado (*exploited*).”²⁷⁷ Tudo isso decorre da interpretação forte do princípio da determinação do valor semântico – segundo

²⁷³ *Truth and Other Enigmas*, p. xlii.

²⁷⁴ *The Interpretation*, p. 550.

²⁷⁵ *The Interpretation*, p. 549.

²⁷⁶ *F:POL*, p. 236.

²⁷⁷ *The Logical Basis*, p. 147.

a qual saber o sentido de uma expressão é, no pior dos casos, saber a condição para ela ter determinada referência.

Mas, quando a referência de um termo é justificada por Con_R , o seu sentido não pode mais ser dado como aquilo que determina a referência. Parece resultar disso que nem mesmo teríamos uma interpretação antirrealista quando Con_R fosse utilizado para justificar a referência de termos da classe em disputa. Em última análise, com a incompatibilidade entre Giv e Con_R , não teríamos nem mesmo um modelo para construir uma teoria do sentido.²⁷⁸ Por isso, o problema notado por Weiss – “uma relação que está fora da teoria semântica correta semântica é postulada”²⁷⁹ –, à parte a questão sobre se aquelas cláusula são ou não semânticas, talvez deva ser alterado para o seguinte: o uso de Con_R para justificar a atribuição de referência a certos termos é compatível com a construção de uma teoria semântica para esses enunciados? Vamos explorar um pouco mais essa pergunta na próxima e última seção deste capítulo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas seções anteriores, comentamos o papel que o princípio do contexto sobre o sentido teria na formulação do debate e que força tem determinada sugestão de que o princípio do contexto sobre a referência poderia implicar antirrealismo. O mesmo não foi feito em relação a, por um lado, o princípio sobre a referência e a formulação do debate e, por outro, o princípio sobre o sentido e o antirrealismo. Vamos começar essas considerações finais dizendo algo a respeito dessas omissões.

Não é claro que o princípio como uma tese sobre o sentido possa ter consequências antirrealistas. Deve-se observar de início que não há nenhuma sugestão nos textos de Dummett de que ele poderia ter tais consequências. Na verdade, há certa insistência no caráter neutro desse princípio. Algo diferente foi sugerido por Bernhard Weiss, que escreveu certa vez que o molecularismo, derivado do princípio do contexto, faria parte de um argumento contra a semântica realista.²⁸⁰ Infelizmente, Weiss não desenvolveu sua sugestão. Nem é possível antever, pelos breves comentários feitos no segundo capítulo desta

²⁷⁸ F:POL, p. 671.

²⁷⁹ Michael Dummett, p. 58.

²⁸⁰ Cf. Apêndice.

dissertação, como isso se daria. Assim, nossa conclusão é: o princípio do contexto sobre o sentido não parece ter consequências antirrealistas, embora a questão deva ficar em aberto até que se compreenda melhor a relação do molecularismo com a semântica clássica.

O princípio como uma tese sobre a referência, por sua vez, não parece desempenhar nenhuma função na formulação do debate entre realistas e antirrealistas. Vimos que, em relação às caracterizações iniciais, Karen Green sustentou que tal princípio teria desempenhado uma importante função. No entanto, não vimos razão para concordar com ela. Isso nos deixou em uma situação na qual não dispomos nem mesmo de uma sugestão de como o princípio sobre a referência poderia ter algum papel na formulação do debate sobre o realismo.

O papel que o princípio do contexto como uma tese sobre o sentido tem na formulação do debate é mediado pelo princípio segundo o qual o sentido determina a referência. Não fosse por esse último princípio, considerações sobre o sentido das expressões não teriam consequências para a teoria semântica, isto é, não teriam consequências metafísicas. Dado que o debate entre realistas e antirrealistas é um debate sobre qual é a concepção metafísica correta da realidade, o princípio do contexto sobre o sentido não teria razão para ser importante para o debate. Ainda poderia haver um desacordo entre realistas e antirrealistas sobre o tipo de significado que nossas expressões possuem – sobre se o significado tem uma relação intrínseca com o conhecimento ou não, por exemplo –, mas esse desacordo não precisaria ser, ao mesmo tempo, um desacordo sobre a natureza da realidade.

Para Dummett, todas as expressões significativas de uma linguagem têm um tipo de valor semântico a elas associado. Dummett sustentou que devemos explicar o sentido das expressões por meio de seu valor semântico – isto é, explicar o sentido de uma expressão seria explicar em virtude do que a expressão tem o valor semântico que tem. Mas Dummett define valor semântico por meio de uma propriedade que apenas frases podem possuir – valor semântico é a característica de uma expressão da qual depende a *verdade ou não-verdade* das frases nas quais ocorre. O sentido de uma expressão subfrasal consiste em sua contribuição para o sentido de certas frases nas quais pode ocorrer. Assim, o sentido de qualquer expressão deve ser explicado

relativamente ao modo como o valor semântico de um tipo de item linguístico particular (as frases) é determinado. O princípio do contexto como uma tese sobre o sentido nos ajuda a conduzir a questão disputada entre realista e antirrealista da questão mais geral sobre o tipo de significado que nossas expressões possuem para a questão mais específica sobre o tipo de significado que as *frases* de nossa linguagem possuem. Esse é o papel do princípio do contexto na formulação do debate e pode ser resumido no lema: na ordem da explicação, o sentido das frases tem primazia em relação ao sentido das expressões subfrasais.

O princípio do contexto como uma tese sobre a referência é um princípio antirrealista, isto é, implica ou ajuda a implicar uma posição antirrealista? Há dois modos de entender o princípio sobre a referência.²⁸¹ Em um desses modos, ele é interpretado como um princípio que veicula uma proposta de explicação sobre em que consiste a relação de referência entre termos singulares e objetos. Segundo essa leitura do princípio, uma explicação de em que consiste a relação de referência apenas pode ser dada por meio de uma explicação do sentido das frases nas quais tais termos singulares ocorrem.²⁸² Vimos na seção 2.2 do segundo capítulo que, nessa interpretação, não há motivos para acreditar que o princípio sobre a referência tenha consequências antirrealistas. A interpretação do princípio sobre a referência que parece ter consequências antirrealistas é a ontológica. A leitura ontológica caracteriza-se por interpretar o princípio como justificando as relações de referência. Na primeira leitura assume-se que, por exemplo, “7” refere-se ao número 7 e, a partir desse fato, procura-se oferecer uma explicação de em que consiste essa relação. Na interpretação ontológica, por outro lado, o princípio é usado para justificar, por exemplo, a crença de que “7” tem um referente.²⁸³

A fim de investigar como o princípio do contexto sobre a referência, em sua leitura ontológica, poderia implicar antirrealismo, consideramos a hipótese de sua incompatibilidade com a noção realista de referência. Para tanto,

²⁸¹ De modo mais preciso, se também levarmos em conta a leitura epistêmica, há três modos de entender o princípio do contexto sobre a referência. No corpo do texto não discutimos a leitura epistêmica por ela, aparentemente, ser irrelevante para os nossos propósitos. Cf. seções 2 e 2.2 do segundo capítulo.

²⁸² Nessa leitura, o princípio rivaliza com algumas teorias causais da referência, por exemplo. Cf. Linnebo, *Compositionality and Frege's Context Principle*, pp. 25-26.

²⁸³ Qual a relação entre essas duas leituras do princípio? Não parece haver relação lógica nenhuma entre elas.

exploramos o exemplo conjectural da introdução da função formadora de termos singulares para direções – “a direção de (...)”. Esse exemplo nos foi útil por apresentar um caso no qual o valor de verdade de certos enunciados não é determinado via referentes dos termos singulares. Quando isso ocorre, a noção de referência torna-se semanticamente inoperante dentro da teoria do significado, o que a torna incompatível com uma interpretação realista, visto ser essencial ao realismo que noção de referência seja semanticamente operante. Vamos sucintamente recapitular o percurso que fizemos.

O ponto de partida foi a admissão de definições contextuais como um procedimento legítimo de definição, isto é, um procedimento que, quando corretamente aplicado, confere sentido e referência à expressão definida. A admissão desse procedimento de definição foi justificada por meio do princípio do contexto como uma tese sobre a referência. Se o princípio do contexto como uma tese sobre a referência fosse rejeitado, uma definição contextual poderia conferir sentido a uma expressão ou explicar o seu sentido sem ter que conferir uma referência a ela – e isto seria equivalente a adotar uma interpretação austera das definições contextuais.

Vimos que quando nosso único modo de explicar ou conferir sentido a uma expressão é por meio de definições contextuais, temos um caso peculiar de adoção de uma tese reducionista em relação aos termos assim definidos. Nesse caso, a tese pode ser qualificada como peculiar por conferir sentido às frases às quais se aplica sem fazer uso da noção de referência. Como vimos no exemplo da função “a direção de (...)”, a definição contextual explicou a função “a direção de (...)” através de regras de transformação de frases nas quais a função ocorria em frases nas quais ela não ocorria – e nem mesmo ocorria qualquer outro termo correspondente à função. Esse modo de explicar essa função tem como consequência a inoperância da noção de referência quando aplicada às frases nas quais ocorrem termos singulares para direções. Ou seja, tal tipo de explicação implica que não é possível fazer uso da relação entre um termo singular e um objeto relevante do domínio para explicar o mecanismo de determinação do valor de verdade da frase na qual tal termo singular ocorra. Como lembramos há pouco, ²⁸⁴ é essencial ao realismo que a noção de

²⁸⁴ Cf. Seção 3.5 do presente capítulo.

referência seja semanticamente operante. Desse modo, visto que o princípio do contexto chancela uma tese reducionista que torna a noção de referência semanticamente inoperante, o princípio do contexto ajudaria a implicar uma posição antirrealista.

Deve-se reconhecer que o princípio do contexto não *parece* ser o fator antirrealista nesses casos. À primeira vista, uma interpretação realista dos enunciados sobre direções tem que ser abandonada em razão do caráter da tese reducionista. O princípio do contexto nos autorizaria a dizer que, a despeito da aplicação da tese reducionista, há os objetos denotados pelos termos singulares dos termos para direções. Infelizmente para o realista, a noção de referência que o princípio do contexto legitima, neste caso, seria inoperante semanticamente. Então, tudo se passa como se o princípio do contexto fosse utilizado para justificar o realismo, mas não fosse capaz de fazê-lo.

Entretanto, essa é, em nossa opinião, uma aparência enganadora. Pois, quando quer que apelemos ao princípio do contexto em sua leitura ontológica, não podemos supor que os objetos que o princípio ajuda a justificar existem antes da especificação das condições de verdade das frases que contêm termos que se referem a tais objetos. Se não podemos supor isso, então o sentido de tais termos não pode ser dado como um modo de determinar sua referência. Afinal, se o sentido fosse dado como o modo de determinar a referência, nenhuma justificação seria requerida – à parte as questões sobre se uma expressão particular daquele tipo tem referência. O tipo de tese reducionista que consideramos no caso de frases sobre direções oferece um método que confere condições de verdade a certas frases sem pressupor a existência do tipo de entidade denotada pelos termos singulares que nelas ocorrem. Tal método não explica o sentido como um modo de apresentação da referência e, em decorrência disso, a noção de referência torna-se semanticamente ociosa. Mas, se fosse possível encontrar outro método, um método que não envolvesse uma tese reducionista, mas ainda assim justificássemos nossa crença na existência de um tipo de entidade pelo princípio do contexto em sua leitura ontológica, o método deveria do mesmo modo tornar a noção de referência ociosa. Porque, sob pena de circularidade, o sentido dessas expressões não poderia ser dado como aquilo que determina a referência. Por isso, como dissemos ainda neste capítulo, o princípio do contexto, em sua leitura ontológica, sempre implicará uma

noção de referência incompatível com o uma interpretação realista dos enunciados da classe em disputa.

Esse percurso nos levou ao seguinte problema para a filosofia de Dummett: a noção de referência semanticamente inoperante é compatível com a interpretação forte do princípio de acordo com o qual o sentido determina a referência? Tudo leva a crer que não, porque, a noção de referência semanticamente inoperante não permite nenhum procedimento de identificação do referente. Um sujeito que compreendesse o sentido de um termo singular para o qual a noção de referência fosse semanticamente inoperante não conheceria nenhum modo (nem mesmo idealizado) de identificar o referente. Na verdade, a referência de um termo singular não precisaria ter nada a ver com nossa compreensão desse tipo de expressão. Presumivelmente, então, o fato de um termo singular ter uma referência em um contexto intensional e outra em um contexto extensional, seria irrelevante para nossa compreensão das frases onde tal termo singular ocorresse. Não apenas por isso, mas também por isso, é um dos fundamentos da filosofia de Dummett que “não podemos explicar o que é tratar um nome como referindo a um objeto de um certo tipo sem explicar o que é identificar um objeto desse tipo”.²⁸⁵

Negar o princípio que o sentido determina a referência, em sua interpretação forte, implica negar que uma teoria do sentido possa ter uma teoria semântica como sua base – a um só tempo, seria negar que o princípio do contexto em sua versão sobre o sentido tem relevância para formulações de questões metafísicas. Por sua vez, isso teria como consequência, de acordo com Dummett, que não teríamos nem mesmo por onde começar a construir uma teoria do significado para a nossa linguagem. Assim, o princípio do contexto nem mesmo implicaria antirrealismo, pois a noção de referência que ele ajuda a justificar é incompatível não apenas com a teoria do significado do realista, mas com qualquer teoria do significado que tenha uma teoria semântica em sua base.

286

Por tudo isso, nosso veredicto sobre a tensão que foi mote desta dissertação é: a tensão entre os papéis do princípio e a neutralidade da formulação é apenas aparente. O princípio que tem papel metodológico é o

²⁸⁵ The Interpretation, p. 461.

²⁸⁶ Cf. Apêndice 2.

princípio do contexto como uma tese sobre o sentido e o princípio que está em tensão com o realismo é o princípio como uma tese sobre a referência. A rigor, então, o princípio do contexto nem mesmo desempenha um duplo papel, pois, são dois princípios distintos que desempenham papéis distintos. Acrescente-se que o princípio como a tese sobre a referência, em sua leitura ontológica, está em tensão não apenas com o realismo, mas também com o antirrealismo. Ou melhor, este princípio está em tensão com o projeto de construção de uma teoria do significado, tal como Dummett o concebeu.

APÊNDICES

1. UMA INTERPRETAÇÃO COMPOSICIONAL DO PRINCÍPIO DO CONTEXTO E O MOLECULARISMO

Até o presente momento, temos descrito o sentido de uma expressão subfrasal como uma *contribuição* para o sentido de um tipo de item linguístico particular, as frases. Essa ideia de contribuição associada às expressões subfrasais merece um pouco mais de atenção. Desde logo, convém notar que ela representa a negação do atomismo semântico²⁸⁷ no nível das palavras, concepção segundo a qual cada palavra tem sentido de forma independente de qualquer outra palavra, de tal modo que seria possível que alterações no sentido de outras expressões da linguagem nunca alterassem o sentido de determinada expressão também pertencente à mesma linguagem. Dummett dá a Quine os créditos por ter notado a oposição entre princípio do contexto como uma tese sobre o sentido e o atomismo semântico como modelo de explicação das expressões subfrasais. É possível verificar isso no trecho abaixo:

O que Quine descreve como a descoberta de Frege de que a frase, não a palavra, é o veículo primário do significado foi a sua percepção de que uma teoria atomística do sentido das palavras não funcionará: podemos dar uma explicação dos sentidos das palavras apenas em termos de suas relações com frases das quais fazem parte.²⁸⁸

Depois de rejeitado o atomismo no nível das palavras, o próximo passo é rejeitá-lo no nível das frases. Um exemplo de teoria atomística das frases é aquela que Dummett atribui aos positivistas, uma teoria segundo a qual estaria associado a cada frase, independentemente de todas as outras frases, um conjunto de experiências sensoriais por meio das quais seria possível verificá-la ou falsificá-la. Para Dummett, em contrapartida, a concepção do sentido das expressões subfrasais como uma regra nos levaria à constatação de que “uma teoria adequada do sentido deve ter em conta a relação de frases com outras frases.”²⁸⁹ Assim, rejeitar-se-ia, com o auxílio do princípio do contexto, o

²⁸⁷ Esse é um uso da palavra semântico que difere do que tem sido seguido até aqui, pois, relaciona-se ao sentido das expressões e não ao seu valor semântico ou como ou valores semânticos de frases dependem dos valores semânticos de suas expressões componentes. As expressões “holismo semântico”, “molecularismo semântico” e “atomismo semântico” são as únicas que não estão sujeitas ao uso padrão do termo “semântica” neste trabalho.

²⁸⁸ F:POL, p. 597

²⁸⁹ F: POL, p 597

atomismo em ambos os níveis, tanto no nível das expressões subfrasais quanto no nível das frases.

No entanto, o que exatamente na noção de contribuição, que o princípio do contexto como uma tese sobre o sentido envolve, desabona o atomismo semântico? No que diz respeito ao atomismo semântico no nível das frases, uma dificuldade seria que a explicação do sentido das palavras, ou melhor, das expressões subfrasais de um modo geral, poderia ser, ao menos em princípio, dada antes e de forma independente do resto da linguagem. Essa dificuldade, contudo, apenas refletiria a verdadeira incompatibilidade. Uma frase não pode ser composta apenas por um tipo de palavra, tem que haver, no mínimo, um “é” de identidade ligando um termo a outra ocorrência dele mesmo (algo como “a é a”).²⁹⁰ Assim, como o sentido da expressão subfrasal *consiste* na contribuição para o sentido das frases nas quais pode ocorrer, seria em princípio impossível que uma palavra tivesse sentido independentemente de todas as outras palavras da linguagem.

Como vimos, para Dummett, o sentido é parte daquilo que se compreende ao se compreender uma expressão. De modo geral, dado que a noção de significado é correlata a noção de compreensão, podemos extrair consequências para a noção de compreensão por refletir sobre a noção de significado, e vice-versa.²⁹¹ Podemos, por isso, descrever a seguinte consequência do parágrafo anterior: não é possível compreender o sentido de uma, e apenas uma, palavra.²⁹² Posto isso, passemos a considerar a recusa por Dummett do atomismo semântico no nível das frases.

De acordo com Dummett, tampouco seria possível compreender apenas uma frase, pois, “a prioridade do sentido da frase sobre o sentido da palavra requer que a compreensão de uma palavra consista em uma habilidade para compreender *certas* frases”.²⁹³ Por exemplo, alguém não poderia compreender

²⁹⁰ Recorde-se da já mencionada tese da complexidade essencial das frases, defendida por Dummett.

²⁹¹ Em *Origins*, Dummett apresenta dúvidas sobre tratar uma teoria do significado como idêntica a uma teoria da compreensão. Apesar de suas dúvidas, ele não mudou completamente de ideia a respeito, em vez disso, passou a sustentar que a relação entre significado e compreensão era mais sutil do que ele havia suposto anteriormente. Neste trabalho, não vamos levar em conta tais sutilezas, pois elas parecem ser indiferentes aos propósitos do presente trabalho, como enunciados na introdução.

²⁹² Cf. *The Interpretation*, p. 371.

²⁹³ *The logical Basis*, p. 224

a frase “aquela vaca está deitada”, a não ser que também pudesse compreender outras frases, digamos, “aquela vaca está em pé”. E, a fim de entender a expressão predicativa “...está em pé”, como nós a entendemos, deveríamos saber que ela não se aplica apenas a vacas; o que implica que o sujeito deveria também poder compreender a expressão quando aplicada a outras criaturas. Dessa maneira, Dummett estaria mais uma vez subscrevendo a Wittgenstein: “compreender uma frase é compreender uma linguagem”. ²⁹⁴

Parece então que o princípio do contexto como uma tese sobre o sentido implicaria a correção do holismo semântico, que, de acordo com Dummett, é uma teoria do significado que afirma que o sentido de todas as expressões da linguagem é determinado por nossa prática linguística como um todo. Nesse caso, Dummett estaria seguindo uma leitura do princípio do contexto proposta por Davidson em *Truth and Meaning*:

Podemos dar o significado de qualquer frase (ou palavra) apenas por dar o significado de cada uma das frases da linguagem. Frege disse que apenas no contexto de uma frase uma palavra tem significado; na mesma linha, ele poderia ter acrescentado que apenas no contexto da linguagem uma frase (e, portanto, uma palavra) tem significado. ²⁹⁵

Primeiro, em razão do princípio do contexto, aceita-se que uma palavra só tem sentido no contexto de uma frase, em seguida, percebe-se que uma frase só tem sentido no contexto de uma linguagem. Assim, o princípio do contexto seria o primeiro passo, de dois, para a adoção do holismo. Entretanto, embora essa interpretação do princípio do contexto sugira que o holismo é a concepção correta do significado dos termos de uma linguagem – e não raro se diz que o princípio do contexto generalizado foi o que teria levado Wittgenstein ao seu holismo ²⁹⁶ –, dever-se-ia acrescentar que, pelo menos para Dummett, o princípio do contexto não o implica. Como é sabido, Dummett posicionou-se contra o holismo algumas vezes em sua carreira. ²⁹⁷ No entanto, o que talvez cause

²⁹⁴ Investigações, § 199. Citado em *The Logical Basis*, p. 222. Cf. também, *The Varieties Of Reference*, p. 100-5.

²⁹⁵ *Inquiries into Truth and Interpretation*, p. 22.

²⁹⁶ Por exemplo, Cf. Introdução à Filosofia da Linguagem, 187-188 e §16 de *Word and Object* de Quine. Por outro lado, o próprio Dummett não atribui o holismo a Wittgenstein, cf. *The Logical Basis*, 222.

²⁹⁷ Cf. especialmente Cap. 10 de *The Logical Basis of Metaphysics*.

alguma surpresa é o fato de ele ter se oposto ao holismo justamente em virtude do princípio do contexto, em razão da interpretação composicional desse princípio. Um modo de expor sua oposição é por meio de um dilema que apresentaremos mais adiante nesta seção.

Agora, consideremos o seguinte trecho de *Frege: Philosophy of Mathematics*:

Devemos compreender cada uma das frases nas quais uma expressão ocorre? Obviamente não: porque a nossa compreensão de tais frases dependerá de nossa apreensão dos sentidos de outras expressões que nelas ocorrem. Mas suponha que *compreendemos* todas as frases: nossa compreensão delas *constitui* a nossa compreensão da expressão referida? Uma vez mais, obviamente não.²⁹⁸

Dado que, pelo que vimos até aqui, compreender o sentido de uma expressão subfrasal é o mesmo que compreender sua contribuição ao pensamento expresso por qualquer frase na qual ocorra, Dummett depara-se com a questão de saber qual o âmbito da noção de contribuição das expressões subfrasais. Pode-se tentar explicitar sua questão por meio da seguinte formulação: uma vez que compreender uma expressão subfrasal é compreender sua contribuição para o pensamento expresso por *qualquer* frase na qual pode ocorrer, então, compreender uma expressão subfrasal implicaria compreender, ao menos potencialmente, todas as frases de uma linguagem? Para Dummett, responder a essa questão afirmativamente é aderir a uma concepção holista do significado das expressões de uma linguagem, isto é, uma concepção do significado de acordo com a qual o significado de uma expressão depende de toda a linguagem à qual a expressão pertence.

No trecho citado acima, Dummett observa que, dado que precisaríamos conhecer também o sentido de outras expressões, a resposta natural seria dizer que a compreensão de uma expressão subfrasal não é constituída por uma compreensão de todas as frases da linguagem à qual pertence. No entanto, para Dummett, o fato de não conhecermos todas as expressões de nossa linguagem não é a razão pela qual a compreensão de uma expressão subfrasal não é constituída por uma compreensão de todas as frases nas quais pode ocorrer. Não poderíamos alegar, por exemplo, acerca de uma linguagem artificial

²⁹⁸ F:POM, p. 202.

composta por um número muito restrito de expressões subfrasais, que a compreensão de uma de suas expressões subfrasais não é constituída pela compreensão de todas as frases nas quais ocorre. Ao menos, não poderíamos fazer tal alegação com base no fato de não compreendermos uma ou outra expressão subfrasal pertencente a essa linguagem, pois bem poderia ser o caso de compreendermos todas as expressões subfrasais dessa linguagem. Por essa razão, Dummett propõe uma rejeição de uma interpretação holista da noção de contribuição das expressões subfrasais em outras bases; por meio do apelo ao fato de que compreenderíamos novas frases *por* compreendermos suas expressões constituintes.²⁹⁹ Em suas palavras:

Apreendemos o sentido de uma frase *por* conhecer os sentidos de suas expressões constituintes: é porque nós já conhecemos aqueles sentidos que estamos aptos a compreender novas frases que nunca encontramos antes, expressando pensamentos que nós nunca previamente consideramos.³⁰⁰

De acordo com o paradigma fregeano, como já vimos, o sentido de uma frase é composto pelo sentido das expressões que a compõem (princípio iv). Dummett entende esse elemento da filosofia de Frege como apresentando um modelo de como geralmente se dá a compreensão do significado de uma frase: compreenderíamos o sentido de uma frase *por* compreendermos o sentido de suas expressões constituintes e seu modo de combinação; modo este que seria determinado pela maneira na qual as palavras são organizadas para formar uma frase. Nesse sentido – isto é, em sintonia com o modelo composicional da compreensão –, o reconhecimento do sentido das palavras poderia ser, e no mais das vezes seria, anterior ao reconhecimento do sentido das frases. Quando não fosse anterior, como parece ser o caso das frases elementares por meio das quais aprendemos a usar um termo, seria *simultâneo*.³⁰¹

²⁹⁹ Poder-se-ia objetar que a compreensão desse homem não seria composicional e que para ele não haveria frases novas. Dummett negligencia essa possibilidade, ao que parece por não sermos esse homem extraordinário; para nós sempre poderia haver frases novas e nossa compreensão seria sempre composicional.

³⁰⁰ F:POM, p. 202.

³⁰¹ “O princípio do contexto implica que nossa apreensão do sentido de um nome é simultânea à nossa apreensão dos sentidos das frases que o contêm: apreendemos o sentido do nome apenas *como* uma contribuição ao sentido dessas frases, que desde o começo apreendemos como complexas. The Interpretation, p. 353.

De todo modo, para Dummett, não poderia ser o caso de compreendermos um pensamento expresso por uma frase e não apreendermos também esse pensamento como complexo. A apreensão de um pensamento como articulado, como composto por tais e tais sentidos, “joga um papel essencial em nossa identificação do pensamento expresso [por uma frase]”.³⁰² Em todos os casos, então, o pensamento expresso por uma frase só poderia ser apreendido por uma apreensão de seus sentidos componentes e do modo como se combinam para formar o sentido da frase.³⁰³ O princípio (iv) envolve que nossa compreensão de uma expressão complexa se dá por conhecermos os sentidos das expressões componentes da expressão complexa e do modo como se combinam. Assim, em relação à ordem de reconhecimento, as expressões subfrasais teriam prioridade em relação às frases, pois, compreenderíamos a frase por compreender as suas partes e o modo como se combinam. Em outras palavras, na ordem de identificação do pensamento expresso por uma frase, os sentidos de suas expressões constituintes teriam prioridade, pois identificaríamos o pensamento expresso via sentido de suas partes. Naturalmente, a prioridade na ordem do reconhecimento não seria sempre uma prioridade temporal, a afirmação de tal prioridade equivale apenas à afirmação de que a apreensão do pensamento seria sempre a apreensão de um complexo constituído por seus sentidos componentes, que nunca apreenderíamos o pensamento como um único sentido, acerca do qual poderíamos, depois de tê-lo apreendido, notar que é composto por tais e tais sentidos.

Então, o que temos é que, para Dummett, em consequência da natureza composicional dos sentidos das frases (princípio iv), a compreensão seria sempre composicional. Ora, dado que nossa compreensão dos sentidos de certas frases nem sempre seria simultânea à compreensão da frase, também ocorreriam casos nos quais compreenderíamos o sentido da frase por já conhecermos o sentido de suas partes de antemão – aliás, esses casos seriam os mais numerosos. A existência desses últimos casos sugere a seguinte lição: devemos estar aptos a isolar a contribuição dada pelo sentido de um termo aos pensamentos expressos por certas frases da contribuição desse termo para os sentidos de frases que dependeriam de seu prévio conhecimento para terem seu

³⁰² The Interpretation, p. 40.

³⁰³ The Logical Basis, p. 137, 144-5.

sentido conhecido. Essa lição *sugere* que deveríamos assentir que nossa compreensão das expressões subfrasais consistiria em apreender essa contribuição por si mesma, independentemente das frases nas quais ocorre. Pois, seria preciso que fôssemos capazes de ter uma compreensão de uma expressão subfrasal antes de conhecermos o sentido de – e mesmo antes de estarmos aptos a – conhecer o sentido de determinadas frases. Para usar uma metáfora inspirada na arte da alvenaria, seria algo como aprender a contribuição feita por um tijolo para a estrutura de uma casa, no sentido em que envolveria compreender que os tijolos servem à estrutura de casas (contribuem para ela), mas também ter deles uma ideia – conhecer seu peso, seu formato, sua resistência – independentemente de sua presença ou participação em qualquer casa. Entretanto, note-se, isso seria um retorno ao já renegado atomismo semântico e, logo, uma violação do princípio do contexto.

Daí o (aparente) dilema: não é possível compreender o sentido de um termo independentemente de qualquer frase na qual ele ocorre (isto é, compreender o sentido de uma expressão subfrasal implica conhecer o sentido de algumas frases); a um só tempo, compreender o sentido de um termo também não pode consistir em compreender todas as frases nas quais ele pode ocorrer, porque compreendemos certas frases *por* já conhecermos os sentidos de seus constituintes.

O dilema não surge, observa Dummett, do fato de o holista não reconhecer o princípio de composicionalidade (princípio iv). Por exemplo, em uma linguagem à qual pertencessem duas frases com sentidos distintos, digamos, **A** e **B**, o holista deveria reconhecer que a frase **A** se distingue da frase **B** por ser constituída de palavras diferentes e/ou por apresentar um modo de combinação diferente. Porém, conhecer³⁰⁴ os itens linguísticos, as palavras, e os modos de combinação, tanto de **A** quanto de **B**, não é suficiente para compreender nenhuma das duas frases. Se alguém compreendeu **A** e/ou **B**, então, deve ter conhecido algo a mais. De acordo com Dummett, o holista sustenta que esse algo a mais seria o mesmo para **A** e **B**: a linguagem considerada em sua totalidade. Assim, afirma Dummett, o holista sustenta que o

³⁰⁴ A palavra “conhecer” não está sendo usada como sinônimo de compreender aqui. Por conhecer os sinais, queremos dizer apenas estar familiarizados com ele, mas não compreender os sentidos que, por ventura, estejam a eles associados.

que um sujeito teria que conhecer a fim de conhecer o sentido de **A** seria: (1) as suas palavras constitutivas; (2) seu modo de composição; (3) toda a linguagem à qual pertence. Nessa concepção, portanto, depois de conhecer o sentido de **A**, dado que (3) é constante, o sujeito, a fim de compreender uma frase **B**, deveria conhecer apenas o equivalente a (1) e (2), isto é, as suas palavras componentes e seu modo de combinação.

Se o holista estivesse correto, compara Dummett, nossa linguagem se assemelharia a um jogo de dominó. A fim de entender o papel de uma dada peça de dominó, o que alguém tem que conhecer é: a quantidade de pontos que se encontram em uma de suas faces, como esses pontos estão distribuídos e, por fim, *todas* as regras do jogo de dominó. Para o holista, segundo Dummett, as peças de dominó seriam como as frases; os pontos de suas faces seriam o equivalente às palavras; e a distribuição dos pontos em cada peça equivaleria ao modo de composição das frases. O holista julga compreender uma determinada frase por, além de conhecer as suas palavras componentes e o modo como se combinam, compreender toda a linguagem; bem como o jogador de dominós julga conhecer o papel de cada peça por conhecer todas as regras do jogo.³⁰⁵

Ora, se a compreensão de nossas palavras não é nem como pensa o holista nem como pensa o atomista; como então explicar em que consiste o sentido dos termos, em que consiste, portanto, a ideia de contribuição atribuída às expressões subfrasais? Para Dummett, a saída do dilema se daria ao constatarmos que as frases, e os pensamentos que elas expressam, estão organizadas por uma ordem de dependência lógica. Para compreender os pensamentos expressos por certas frases seria necessário tão somente compreender os sentidos frasais expressos por outras frases mais simples. A contribuição para as outras frases de complexidade lógica superior seria então compreendida e explicada por referência a essas frases mais simples. Um exemplo é o da palavra “frágil”:

Para compreender a palavra “frágil”, por exemplo, é necessário compreender seu uso para algumas predicções simples como “esse prato é frágil”; uma compreensão de uma frase como “Temo ter

³⁰⁵ Cf. The Logical Basis, p. 222.

esquecido que ele era frágil” constrói-se sobre e exige uma compreensão prévia da palavra frágil, mas não é uma condição para compreendê-la.³⁰⁶

A interpretação composicional do princípio do contexto é um dos elementos que, tomados em conjunto, nos levariam a distinguir dois tipos de frases nas quais uma expressão subfrasal pode ocorrer: aquelas constitutivas do significado do termo e aquelas outras que não constituem o significado da expressão, mas que dependem de seu sentido como estabelecido pelas frases do primeiro tipo. A noção de contribuição das expressões subfrasais deveria ser entendida, assim, como sendo constituída apenas por aquelas frases mais básicas, que poderíamos chamar de casos paradigmáticos de sua aplicação. Esse conjunto de frases, essa molécula dentro da linguagem, seria o conjunto em termos do qual a noção de contribuição deveria ser explicada e que constituiria o sentido da expressão.

Um caso clássico dessa explicação é o dos conectivos lógicos. De acordo com Dummett, para compreender o sentido de “ou” não é preciso compreender todas as frases nas quais o conectivo poderia ocorrer, mas apenas aquelas nas quais ele figuraria como o operador principal, como em (A ou B) ou em (C ou D).³⁰⁷ Não exigiria que se compreendesse, portanto, frases complexas como, “{(A ou B) → (C e D)}”, ou “{(A ou B) e (C e D)}”, nas quais ele não figura como operador principal. Essas últimas, de complexidade lógica superior, por sua vez, exigiriam uma prévia compreensão do conectivo “ou”, mas não seriam constitutivas de seu sentido. Entretanto, isso não significa que compreender o conectivo “ou” seria compreender todas as frases nas quais ele é o operador principal, dado que pode haver muitas frases atômicas desconhecidas por um sujeito que compreende o conectivo “ou”. Além disso, não é claro que seja uma tarefa factível estabelecer exatamente quais frases constituem o sentido do operador (ou de qualquer expressão subfrasal) e nem é claro que haja esse limite.³⁰⁸ Todavia, o exemplo é suficiente para ilustrar a posição de Dummett, uma posição que se situa entre

³⁰⁶ The Logical Basis, p.224-5

³⁰⁷ The logical Basis, p.222.

³⁰⁸ Isso não invalida a distinção entre as frases constitutivas do significado de um termo e aquelas que dependem de seu significado. A observação apenas revela que o critério para a distinção não é um critério que torne a fronteira precisa entre os dois tipos de frase, embora o critério estabeleça uma fronteira, mesmo que vaga.

o atomismo e o holismo semânticos. Essa concepção do sentido dos termos de uma linguagem é conhecida pelo nome “molecular”.

2. GUIA PARA O ARGUMENTO DO TERCEIRO CAPÍTULO

São numerosas as teses com as quais nos ocupamos no terceiro capítulo, bem como são numerosas as relações que elas mantêm entre si. Por isso, um esquema pode ser útil ao leitor. Segue abaixo um esquema constituído por boa parte dessas teses e no qual figuram algumas das relações que elas mantêm entre si:

1. $Giv \leftrightarrow (Giv_1 \wedge Giv_2)$
2. $(Giv \wedge U) \leftrightarrow SB$
3. $(Sem \wedge Giv) \rightarrow Con_s$
4. $Con_r \rightarrow \sim(Giv_2)$

5. Portanto, $Con_r \rightarrow \sim(SB)$
6. Se em (3) o condicional fosse substituído por um bicondicional, teríamos ainda: $Con_r \rightarrow \sim(Con_s)$. Isto é, as versões do princípio seriam incompatíveis entre si.

Explicação das siglas:

Con_r = princípio do contexto como uma tese sobre a referência em sua versão ontológica;

Con_s = princípio do contexto como uma tese sobre o sentido;

Giv = dado como o mundo é, o sentido de uma expressão determina o seu valor semântico;

Giv_1 = interpretação fraca de Giv , segundo a qual o que Giv estabelece é que, se duas expressões tem o mesmo sentido, então elas devem ter a mesma referência;

Giv_2 = interpretação forte de Giv , segundo a qual saber o sentido de uma expressão é conhecer a condição para ela ter um dado valor semântico;

SB = uma teoria semântica é uma base para uma teoria do sentido;

Sem = valor semântico, ou, em miúdos: a característica de uma expressão da qual depende a verdade ou não verdade das frases nas quais pode ocorrer;

U = o sentido de uma expressão é, e tão somente é, aquilo que podemos compreender – representa a negação do externismo semântico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

B. McGuinness & G. Oliveri (eds). **The Philosophy of Michael Dummett.** (1994). Dordrecht: Kluwer.

DAVIDSON, D. (1975). “**Thought and Talk.**” **Mind and Language**, Ed. S. Guttenplan. Oxford: Oxford University Press.

DAVIES, Martin. (1998). “**Language, Thought, and the Language of Thought.**” In P. Carruthers and J. Boucher (eds), *Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, 226–47.

DUMMETT, Michael. (1973). **Frege: Philosophy of Language.** London: Duckworth.

DUMMETT, Michael. (1991d). **Frege: Philosophy of Mathematics.** London: Duckworth.

DUMMETT, Michael. (1992). **The Metaphysics of Verificationism.** The Philosophy of A.J.Ayer. Ed. L. E. Hahn. La Salle, Illinois: Open Court, 129-48.

DUMMETT, Michael. (2010). **The Nature and Future of Philosophy.** Columbia University Press.

DUMMETT, Michael. (1991b). **Frege and Other Philosophers.** Oxford: Clarendon Press.

DUMMETT, Michael. (1978). **Truth and Other Enigmas.** London: Duckworth.

DUMMETT, Michael. (1981). **The Interpretation of Frege’s Philosophy.** London: Duckworth.

DUMMETT, Michael. (1991c). **The Logical Basis of Metaphysics.** Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press.

- DUMMETT, Michael. (1996). **The Seas of Language**. Oxford: Clarendon Press.
- DUMMETT, Michael. (1993b). **Origins Of Analytical Philosophy**. London: Duckworth.
- DUMMETT, Michael. (2006). **Thought and Reality**. Oxford: Oxford University Press.
- EVANS, Gareth. (1982). **The Varieties of Reference**. Oxford: Oxford University Press.
- EVANS, Gareth. (1985a). **Collected Papers**. Oxford: Clarendon Press).
- FIELD, Hartry. (1982). **Realism and Relativism**. In *Journal of Philosophy*, 79(10).
- FODOR, Jerry. (1982). **The Language of Thought**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- FODOR, Jerry.(2001). **“Language, Thought and Compositionality.”** In *Mind & Language*, Vol. 16 No. 1 February 2001, pp. 1–15.
- FREGE, Gottlob. (1884). **Os Fundamentos da Aritmética**, in São Paulo, Ed. Abril, (Col. Os Pensadores.)
- FREGE, Gottlob. (1893). **The Basic Laws of Arithmetic**, trans. Montgomery Furth. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- FREGE, Gottlob.(1918). **O Pensamento: uma investigação lógica. Investigações lógicas**. Tradução de Paulo Alcoforado. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- GREEN, Karen. (2000). **Davidson’s Derangement: Of the Conceptual Priority of Language**. In *Dialectica* 55.
- HEYTING, Arend. (1966). **Intuitionism: An introduction**. Second revised edition North-Holland Publishing Co., Amsterdam.

LINNEBO, Øystein. (2009). **Frege's Context Principle and Reference to Natural Numbers**. Forthcoming in *Logicism, Formalism, Intuicionism: What Has Become of Them?* Ed. S. Lindström, Springer.

PEACOCKE, Christopher. (1992). **A Study of Concepts**. Cambridge, Mass.: MIT Press.

PEACOCKE, C. (1997). "**Concepts Without Words**". Language, Thought and Logic, Ed. R. G. Heck. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-33.

CLARK. P. e HALE. B. (eds.). (1995). **Reading Putnam**. Blackwell, Cambridge (Massachusetts)-Oxford.

RODERICK, Chisholm. (1984). "**The Primacy of the Intentional**". In *Synthese*, Vol. 61, No. 1, The Intentionality of Mind, Part I (Oct., 1984), pp. 89-109.

SLUGA, Hans D. (1975). **Frege and the Rise of Analytic Philosophy**. In *Inquiry*, vol. 18.

STRAWSON, Peter. F. **Introduction to Logical Theory**. London: Methuen and Company, 1952.

WEISS, Bernhard. (2002). **Michael Dummett**. Chesham, Bucks., Acumen.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1961). **Tractatus Logico-Philosophicus**. London, Routledge.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1967a). **Philosophical Investigations**, trans. G. M Anscombe, 3rd edn. Oxford: Blackwell.